

**AUGUSTO CÉSAR PEREIRA DA SILVA**

**Na cartilha de Romana e Euzébio:  
as escolhas da comunidade rural Peraputanga**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT**  
**Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea - ECCO**  
**Cuiabá**  
**Dezembro, 2013**

**AUGUSTO CÉSAR PEREIRA DA SILVA**

**Na cartilha de Romana e Euzébio:  
as escolhas da comunidade rural Peraputanga**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso PPG ECCO/UFMT, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Cultura Contemporânea  
**Linha de pesquisa:** Epistemes Contemporâneas.  
**Orientador:** Prof. Dr. José Carlos Leite

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT**  
**Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea - ECCO**  
**Cuiabá**  
**Dezembro, 2013**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**AUGUSTO CÉSAR PEREIRA DA SILVA**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso PPG ECCO/UFMT, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Cultura Contemporânea  
**Linha de pesquisa:** Epistemes Contemporâneas.  
**Orientador:** Prof. Dr. José Carlos Leite

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Prof. Dr. José Carlos Leite

Instituição: UFMT

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Rodrigo Aleixo Brito de Azevedo

Instituição: UNILAB

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Mário Cezar Silva Leite

Instituição: UFMT

Assinatura: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Apesar da aventura de escrever uma dissertação ser um processo muitas vezes solitário, nunca estive sozinho, mesmo quando a ajuda veio através dos livros. Por isso agradeço.

Aos meus pais, além dos motivos óbvios, por terem priorizado a educação dos filhos além das suas capacidades.

Aos meus irmãos que me ajudaram a ver e ouvir o mundo, especialmente a Lygia e Solange, que abriram a picada na floresta acadêmica.

A Giselle, por compartilhar todos os momentos deste estudo e pela revisão respeitosa.

Aos colegas do ECCO que compartilharam suas dúvidas e o desenvolvimento de seus estudos.

Aos professores do ECCO, que sacudiram convenções das quais eu pensava já haver me livrado.

A orientação paciente e generosa de José Carlos Leite.

A Epifania Vuaden e Gabriela Magalhães, por parecerem comigo e me darem ouvidos.

As pessoas da Peraputanga, por abrirem suas casas, me oferecerem comida, teto e mais do que isso, abrirem suas vidas.

*Água de beber  
Bica no quintal, sede de viver tudo  
E o esquecer  
Era tão normal que o tempo parava  
Tinha sabiá, tinha laranjeira, tinha manga rosa  
Tinha o sol da manhã  
E na despedida,  
tios na varanda, jipe na estrada  
E o coração lá.*

Milton Nascimento  
(Fazenda, 1976)

## RESUMO

O texto que segue trata-se de um estudo sobre a agricultura familiar tradicional do Brasil e as alterações sofridas no sistema sociocultural do campo em anos recentes. Buscou-se retratar as mudanças ou transformações pelas quais vem passando a comunidade Peraputanga, no município de Diamantino, Mato Grosso que foi tomada para pesquisa devido a persistências de características do seu modo de vida tradicional, até os dias de hoje. A comunidade cria gado, coleta frutos e planta à maneira caipira, em pequenas roças de derrubadas e, ainda, tem frequentemente recusado as propostas de integração ao agronegócio que circunda seu território, ao mesmo tempo em que busca técnicas que julgam ser de menor impacto ambiental. As duas formas de uso da terra – práticas relacionadas ao agronegócio, que geralmente adotam tecnologias de alto impacto ambiental, e técnicas ligadas à agricultura familiar – possuem lógicas diferentes; os usos da área rural, os meios para a produção agrícola e as relações sociais se diferenciam nas formas referidas. O estudo se deu entre os anos de 2011 e 2013 em visitas à comunidade, através de entrevistas estruturadas e semiestruturadas - que foram gravadas e, posteriormente, transcritas. Concomitantemente à gravação das entrevistas, ouviu-se e registrou-se as histórias de vida dos moradores. A história oral foi o fio condutor da pesquisa que tomou por apoio teórico pensadores da contemporaneidade, a partir do encontro de epistemes totalizantes e culturas locais, da dicotomia entre ruralidade e urbanidade e do entendimento de cultura como processo negociável por seus agentes. Num primeiro momento, é apresentado um olhar sobre a contemporaneidade, sobre a pesquisa em si e seus objetivos de descrever a comunidade Peraputanga, analisando as mudanças sofridas pelo grupo de moradores. Em seguida, é descrita a metodologia e as referências teóricas que lhe dão lastro. Na forma de vida caipira, produzia-se quase todo o necessário para a sobrevivência das pessoas e os hábitos sociais davam coesão ao grupo para propiciar alimento, moradia e o conforto mínimo necessário. As novas gerações têm a necessidade de sair da localidade para estudar, os jovens interrompem o ciclo de reprodução do que Candido (1979) chamou de cultura caipira e passam a fazer parte de dois mundos que operam de maneiras diferentes. Eles tendem a sair do envolvimento familiar para fazer parte do processo de desenvolvimento. No seio da comunidade há iniciativas que buscam manter os laços sociais e, se possível, as técnicas de produção agrícola.

**Palavras-chave:** Agroecologia. Agronegócio. Conhecimento tradicional.

## ABSTRACT

This study is about the traditional family farming in Brazil and the changes done in the socio-cultural system of the field in recent years. Sought to portray the changes and transformations which comes through the community Peraputanga in the city of Diamantino, Mato Grosso. The community have been taken for study because of the persistence characteristics of their traditional way of life, until the present day. The community cattle, collecting fruits and plant the *caipira* way, in small plantations and also has frequently rejected the proposed integration agribusiness surrounding territory, while seeking techniques they deem to be of lesser environmental impact. The two forms of land use - practices related to agribusiness, which usually adopt high impact technologies to the environmental, and techniques related to family agriculture - have different logics; uses the rural area, the means of agricultural production and social relations differ in the ways mentioned. The study took place between the years 2011 and 2013 visits in the community, through structured interviews and semi-structured - which were recorded and later transcribed. Concurrently with the recording of the interviews, heard and enrolled the life stories of the residents. Oral history was the thread of research that has taken support of contemporary theoreticals, from meeting epistemes totalizing and local cultures, the dichotomy between rurality and urbanity and understanding of culture as a negotiable process by their agents. At first, we present a look at the contemporary, about the survey itself and its aims to describe the community Peraputanga, analyzing the changes undergone by the group of residents, then, we describe the methodology and theoretical references. In the form of *caipira* life, producing almost everything necessary for the survival of people and social habits gave cohesion to the group to provide food, shelter and comfort minimum. The new generations need to leave the town to study, young disrupt the breeding cycle than Candido (1979) called *caipira* culture and become part of two worlds that operate in different ways. They tend to leave the family involvement to be part of the development process. Within the community there are initiatives that seek to maintain social ties and, if possible, the techniques of agricultural production .

Keywords: Agroecology . Agribusiness . Traditional knowledge .

## LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIATURAS

APP	Área de Preservação Permanente
CEMAT	Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A.
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMPAER	Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	Instituto Centro de Vida
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PRAD	Projeto de Recuperação de Área Degradada
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
TI	Terra Indígena



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização da “Fazenda Piraputangas”, entre outras comunidades da região
Figura 2	Localização da vila a leste do assentamento
Figura 3	Croqui que indica a distribuição espacial das casas, na Vila do Assentamento Peraputanga
Figura 4	Descoberta das minas de Mato Grosso
Figura 5	Municípios da bacia do Alto Paraguai
Figura 6	Rio Paraguai no município de Alto Paraguai
Figura 7	Canais de Abastecimento de Água
Figura 8	Um braço do canal vem da casa de Zebinho e Mariinha e segue para a casa de Renato e Eunice
Figura 9	Luiz segura a foto dos avós, Euzébio e Romana
Figura 10	Renato Macedo num pedaço da roça com banana, mandioca, mamão e tocos queimados
Figura 11	Cajueiro, babaçus e casas espaçadas em meio à grama bem aparada por cavalos
Figura 12	Senhor Bom Jesus de Cuiabá
Figura 13	Peraputanga (ou piraputanga, também chamado de pera, na Baixada Cuiabana)
Figura 14	Casa de Xandó: parabólica e palha à medida das necessidades
Figura 15	Atividade de elaboração do Etnomapa técnicos do ICV
Figura 16	Reunião de planejamento de comercialização das mudas
Figura 17	Tanque de peixes na área central da vila
Figura 18	Confraternização do dia das mães do espaço da escola desativada
Figura 19	Antu, acompanhado de um de seus netos, e Tututa na varanda
Figura 20	Placa “Fazenda Piraputanga” (maio de 2013)
Figura 21	Sem placa (setembro de 2013)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
	<b>CAPÍTULO 1 – AS IDEIAS.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>EPISTEMES CONTEMPORÂNEAS .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1</b>	<b>O pensamento abissal.....</b>	<b>17</b>
<b>2.2</b>	<b>O pensamento fraco.....</b>	<b>19</b>
<b>2.3</b>	<b>O fraco e o abissal.....</b>	<b>20</b>
<b>2.4</b>	<b>O Rural e o urbano no Brasil.....</b>	<b>21</b>
<b>2.5</b>	<b>Políticas rurais.....</b>	<b>28</b>
<b>3</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>31</b>
<b>3.1</b>	<b>Identidades .....</b>	<b>32</b>
<b>3.3</b>	<b>Agronegócio .....</b>	<b>34</b>
<b>3.4</b>	<b>Agroecologia .....</b>	<b>37</b>
<b>3.5</b>	<b>Natureza.....</b>	<b>39</b>
<b>3.6</b>	<b>Desenvolvimento sustentável.....</b>	<b>41</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>42</b>
<b>4.1</b>	<b>Viagens de campo .....</b>	<b>45</b>
	<b>CAPÍTULO 2 - TERRA.....</b>	<b>52</b>
<b>5</b>	<b>A TERRA.....</b>	<b>53</b>
<b>6</b>	<b>A REGIÃO.....</b>	<b>56</b>
<b>7</b>	<b>TERRA OCUPADA: Peraputanga .....</b>	<b>59</b>
<b>7.1</b>	<b>Mudanças.....</b>	<b>71</b>
<b>7.2</b>	<b>Reforma agrária .....</b>	<b>73</b>
<b>7.3</b>	<b>Pronaf habitação .....</b>	<b>77</b>
<b>7.4</b>	<b>Garimpo: a introdução do dinheiro .....</b>	<b>78</b>
<b>7.5</b>	<b>O rural pela parabólica .....</b>	<b>81</b>
	<b>CAPÍTULO 3 - ESCOLHAS .....</b>	<b>85</b>
<b>8</b>	<b>O CAMINHO DA PERAPUTANGA.....</b>	<b>86</b>
<b>9</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>101</b>
	<b>LISTA DOS NARRADORES.....</b>	<b>105</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>106</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O texto que segue são descrições de formas de produção agrária tradicional no Assentamento Peraputanga, em Diamantino, Mato Grosso, que é o resultado da pesquisa mencionada no resumo.

A partir desta descrição, são analisadas as transformações que esse conhecimento e práticas rurais sofreram a partir da proximidade com o agronegócio<sup>1</sup> envolvente e das informações sobre agroecologia. Além de tratar do modo de vida tradicional e das transformações no Assentamento Peraputanga, é resultado preliminar da pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO) da UFMT.

Este estudo trata das interferências governamentais, empresariais e não-governamentais realizadas no Assentamento Peraputanga. Cada uma das interferências carrega um pacote de ideias e conceitos do uso da terra, cada uma delas com um foco diferente. Apesar da interferência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) ter sido de grande impacto para a estrutura da comunidade, o olhar se dirige às mudanças causadas pelas diferentes lógicas de agricultura que vieram com a intenção de ensinar novas técnicas agrícolas ou de incorporar a comunidade aos mercados mais amplos e distantes. Compreender as diferentes lógicas será um passo importante na elaboração de novos conceitos do ambiente rural no Brasil.

O Projeto de Assentamento Peraputanga se diferencia de outros assentamentos da reforma agrária por algumas características: a comunidade já existia no local onde foi implantado o assentamento, praticava agricultura à maneira caipira, segundo a descrição de Antonio Candido (1979). Décadas depois da chegada dos atuais moradores, é que o Incra outorgou à área a condição de assentamento da reforma agrária. Essa outorga será descrita à frente.

Outra característica que diferencia esse assentamento de outros da região é a adesão reduzida às técnicas do agronegócio ou mesmo às redes de comércio comuns a assentamentos em Mato Grosso. Área arrendada para monocultura de grãos, pasto para pecuária extensiva, gado de leite com ordenha mecânica, nenhuma destas técnicas estavam presentes na comunidade durante a coleta de dados. A exceção são os tanques de piscicultura instalados em 2008, que são utilizados de forma diferente da proposta comercial, como veremos a seguir. Além de não praticarem algumas das técnicas ensinadas pelas instituições de assistência técnica rural, os moradores demonstram grande interesse nos conceitos agroecológicos trazidos pelo Instituto Centro de Vida (ICV).<sup>2</sup>

Para a coleta de informações sobre a comunidade, fiz três visitas em que realizei entrevistas

---

1 Ver, no item 3.2 à frente, a explicitação da noção ou do conceito “agronegócio”.

2 O Instituto Centro de Vida é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos, fundada em 1991. Tem sede em Cuiabá, Mato Grosso, e atua nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal.

com questões semiestruturadas. Apesar da orientação etnográfica buscada em Geertz, a análise nesse campo de estudo não tinha o objetivo de ser uma etnografia, mas uma busca por compreensão dos embates epistemológicos que ocorrem no dia-a-dia, nas escolhas da comunidade, através da história oral, colhida dos narradores.

Nessa perspectiva, a pesquisa constituiu-se através de um processo continuado de aproximação, compreensão e interação com os moradores da Peraputanga. Consciente da dose de subjetividade presente neste estudo, foi desafiador para mim tirar a camisa de militante. Porém esta implicação fez crescer a necessidade de buscar referências memoriais e tramar com operações conceituais desenvolvidas, construir novos significados a respeito da relação entre o passado e o presente na memória coletiva. As entrevistas foram gravadas, transcritas e tomadas novamente para a audição em diversos momentos da redação.

Meu interesse em pesquisar esta comunidade e suas transformações decorre de diversos fatores, dentre eles o meu tempo de trabalho no ICV e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde-MT. Passei cinco anos acompanhando a Assistência Técnica Rural em assentamentos de Mato Grosso. Minha principal atividade consistia em ajudar a desenvolver estratégias de comunicação com as comunidades rurais. Sou graduado em Comunicação Social, com habilitação em Rádio e TV e, durante essa trajetória, tenho buscado desenvolver o debate sobre democratização dos meios de comunicação. No trabalho voltado ao meio ambiente e questões rurais, procurei inserir a comunicação como facilitador de processos de democracia e transparência. Estive envolvido com a produção de materiais educativos e informativos sobre conservação e recuperação ambiental. Por meio dessas publicações, buscava-se estimular práticas produtivas de baixo impacto ecossistêmico para agricultores familiares. Foram anos de experiências intensas das quais carrego aprendizados práticos e lições de vida da convivência com madeireiros, indígenas, sojicultores, pilotos de garimpo, mas principalmente da luta diária dos agricultores familiares assentados.

Essa vivência ecoou nas minhas memórias de infância, quando ouvia relatos dos meus pais sobre a vida difícil, mas prazerosa do campo. Minha mãe é filha de um sitiante, Américo, que herdou a terra do seu pai, Tertuliano. Como filha do dono da terra, ela tem lembranças e visões mais românticas da vida no campo que meu pai. Este, por sua vez, relata colheitas que minguaram, bem como rememora dívidas pagas com suor e longas caminhadas até a roça. Demorei a entender que a família do meu pai não tinha terra, plantava por arrendamento, ou parceria, como afirma Antonio Candido.

Nasci no Recife e, apesar de crescer como cidadão urbano, tenho nas minhas memórias as férias em Paulo Jacinto, divisa com Quebrangulo, onde o escritor Graciliano Ramos foi prefeito. O interior de Alagoas, com primos, rios, fonte com água limpa para beber, era um refúgio na minha

imaginação, mesmo quando assistia a aulas ou sofria do tédio das cidades.

Com pais católicos, pobres e de cultura rural, não havia outro caminho para mim e meus sete irmãos a não ser estudar para superar a condição. O compromisso com a igreja e a admiração pelo Padre Jaime (James Kohmetscher, nascido em Massachussets, EUA) levaram meus pais a abraçar os conceitos inovadores da Teologia da Libertação, que tinha como maiores expoentes no Brasil, Dom Helder Câmara e Pedro Casaldáliga. Por essa influência doméstica, cheguei à adolescência empunhando a bandeira do comunismo, mas a deixei de lado antes dos 20 anos.

As questões ambientais e as de gênero (o feminismo e o movimento LGBT) deixaram mais claro que as bandeiras tradicionais da esquerda não contemplam as novas demandas sociais. Depois de graduado, meu novo campo de atuação passou a ser o das rádios comunitárias. Em Mato Grosso, na lida com pouca estrutura dos assentamentos, ajudar a elaborar cartazes, produzir materiais impressos foi o caminho de atuação para a comunicação comunitária.

Preocupe-me em expor a atuação profissional e militante já que é inevitável que esta afete o olhar sobre o objeto escolhido. Procuo deixar o mais claro possível os critérios utilizados para selecionar os entrevistados, os dados e as situações. A narrativa segue entre as evidências recolhidas sobre cada aspecto e as interpretações elaboradas por mim enquanto pesquisador e sujeito da história.

Portanto, esse entrelaçamento entre a Peraputanga e o filho urbano de agricultores retirantes é um desafio intelectual e metodológico para a concretização desta pesquisa. A complexa organização entre “saberes globais e saberes locais”, implicados no horizonte da construção social da sustentabilidade, como nos coloca Morin (2000, p.11), nos faz refletir sobre a importância dos valores culturais implícitos nas localidades e que, nesse novo milênio, estão sendo solapados pelo efeito homogeneizador cultural da globalização que vem provocando mudanças estruturais nas culturas locais. O impacto cultural gerado por esta tendência conflitante veio desencadear um novo interesse pela valorização da política de desenvolvimento e defesa das integridades nacionais, a partir de uma perspectiva local, com as suas singularidades culturais e identidades fragmentadas (HALL, 2004, p. 12-3).

Ao mesmo tempo em que o contexto do agronegócio tende a homogeneizar o modelo de ocupação territorial, os moradores do Assentamento Peraputanga conhecem técnicas agroecológicas que valorizam a diversidade de conhecimentos, de produção agrícola e a variedade biológica. A agroecologia chegou à comunidade através de publicações e da assessoria técnica que intencionam estimular práticas produtivas de baixo impacto ecossistêmico para agricultores familiares. Parte dessas publicações foram desenvolvidas pelo Instituto Centro de Vida (ICV).<sup>3</sup>

---

3 O ICV descreve assim a sua missão: “promover a sustentabilidade e a qualidade de vida através de estudos e ações que favoreçam a conservação ambiental, o fortalecimento da cidadania e a harmonia entre sociedade e natureza”. Disponível em: [www.icv.org.br](http://www.icv.org.br). Acesso em: 19 jul. 2012.

Com a Peraputanga e mais três comunidades da bacia do rio Paraguai, o ICV criou um calendário com as datas importantes para esses moradores. O calendário foi organizado por mim, a partir de uma construção coletiva em entrevistas com grupos focais, nas quais moradores assentados contaram sobre a origem da comunidade, sobre as festas, períodos de colheita e sobre frutos nativos. O impresso, em forma de cartilha, podia ser pendurado na parede para acompanhamento do calendário, mas também folheado para o conhecimento dos hábitos em cada comunidade. Além disso, a publicação contém resultados do projeto de recuperação de matas ciliares, desenvolvido pelo ICV<sup>4</sup>.

O Instituto Centro de Vida desenvolveu na região das cabeceiras do rio Paraguai, em Mato Grosso, ações de recuperação demonstrativa de matas ciliares com experimentos agroflorestais. No município de Diamantino e Alto Paraguai localizam-se as nascentes do rio Paraguai. O ICV fomentou experiências de recuperação de matas ciliares em três assentamentos. As matas ciliares, ou matas de galeria, são Áreas de Preservação Permanente, protegidas pela legislação brasileira:

[...] área protegida nos termos dos arts. 2o e 3o desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012).

Para recuperar as nascentes, as comunidades assentadas foram envolvidas e convidadas a planejar, em conjunto, cada procedimento. Adiante, o método utilizado pela ONG para mobilizar as comunidades, será descrito. As reuniões aconteceram com as lideranças dos assentamentos de Nortelândia, do Alto Paraguai e de Diamantino. Depois disso, cada representante conversou com as pessoas de sua comunidade, que aceitaram o trabalho em parceria com o ICV. Nessas localidades aconteceram atividades de recuperação da vegetação nativa estimuladas pela ONG. Cursos e oficinas pretenderam fortalecer as lideranças da Bacia do Alto Paraguai e identificar potencialidades econômicas.

---

4 Foram plantados quatro hectares de sementes e mudas no entorno de cursos d'água em três assentamentos. (ICV, 2012).

## **CAPÍTULO 1**

### **IDEIAS**

## 2 EPISTEMES CONTEMPORÂNEAS

Como já referido no início, o estudo foi realizada no âmbito da linha de pesquisa Epistemes Contemporâneas e buscou por elementos que ajudassem na compreensão das transformações ocorridas no campo, especialmente na cultura e modo de vida do Assentamento Peraputanga. Para compreender os fenômenos culturais mais amplos que alteram a vida das pessoas nessa comunidade rural, é preciso, antes de tudo, dar um passo para trás e observar com mais distanciamento o momento presente, ou contemporâneo.

Neste capítulo procuro relacionar dois conceitos de autores contemporâneos: O “pensamento fraco” do italiano Gianni Vattimo e o “pensamento abissal”, do português Boaventura de Souza Santos<sup>5</sup>. Espero com isso, demonstrar num panorama mais amplo, no espaço e no tempo, as linhas que desenham as epistemes da contemporaneidade.

*Epistemologias do Sul* é mais uma de suas obras com destaque, em que Santos (2007) afirma que existe um Sul colonial, marginal que não está determinado pela localização geográfica. Países da África, Ásia e América pertencem ao Sul político, mesmo que estejam no Hemisfério Norte.

Italiano de Turim, Gianni Vattimo faz uma releitura de Nietzsche que é a sua referência para descrever o fim do período do pensamento metafísico, de uma época em que a epistemologia hegemônica costumava eleger o pensamento e as questões centrais da humanidade. Para o autor, o pensamento metafísico termina com o relativismo epistemológico, campo em que teorias podem co-existir, assim como interpretações conflitantes sobre a sua natureza ou a realidade.

O relativismo é somente outra face do fim da metafísica. Não existe mais um valor supremo em relação ao qual se pode ou se deve mensurar todos os outros valores. Nietzsche escreve que agora Deus está morto e que a existência de muitos dos relativismos não significa ausência de valores, mas fim da pretensão do valor absoluto. Nós não necessitamos nem de uma ditadura do relativismo, nem de uma ditadura do absolutismo (VATTIMO, 2010).

A concepção de Vattimo a respeito do presente como época da pós-modernidade e da pós-história, isto é, como época da perda de unidade (perda de fundamento) da História, evidente na multiplicação de relatos ou histórias, de fábulas desprovidas de fundamentação, tal como o testemunhamos cotidianamente pela mídia. Pós-história, pós-modernidade e pós-metafísica não são pensadas como instâncias de uma superação crítica da história, da modernidade ou da metafísica, em nome de uma nova experiência da história ou de um novo fundamento metafísico da história.<sup>6</sup>

---

5 Boaventura nasceu em Coimbra, graduado em Direito, com doutorado em Sociologia do Direito. O autor é um defensor das manifestações recentes como a dos Indignados na Espanha e o *Ocupe Wall Street* em Nova York. Boaventura sempre vai ao Fórum Social Mundial, segundo ele mesmo, para “perceber as variedades”, mas critica o Fórum por não ter eleito prioridades até hoje.

6 Vattimo se diz cristão e comunista e considera que a atuação política é a forma de intervenção no pós-modernismo



## 2.1 O pensamento abissal

A crítica ao pensamento ocidental – pensamento que surge nas cercanias do Mediterrâneo e se espalha com os processos de globalização tornando-se hegemônico e configurando a maioria das epistemes atuais – é o alvo da crítica de e Boaventura de Souza Santos. Este autor tem como foco de sua análise o conceito de hegemonia – estabelecido inicialmente aqui por Antonio Gramsci. A hegemonia caracteriza-se por uma liderança cultural-ideológica de uma classe sobre as outras; ou configura-se como processo permeado pelo consenso, ou seja, uma orientação cultural na qual prevalece a coerção, seja pelo uso da força ou da ingerência legislativa e estatal. As formas históricas da hegemonia nem sempre são as mesmas e variam conforme a natureza das forças sociais que a exercem (GRAMSCI, 1991). Para Nestor Canclini, deixou-se de perceber o poder apenas como uma ação dominadora exercida verticalmente sobre os dominados e passou-se a considerá-lo como uma prática descentrada e multideterminada das relações políticas, cujos conflitos e assimetrias são moderados pelos compromissos entre os atores colocados em posições desiguais (CANCLINI, 1998).

Santos (2007) defende que o que não pode ser assimilado ou descrito a partir dos paradigmas mediterrâneos tem sido jogado ao abismo. Como diz o autor, “[...] o pensamento moderno é um pensamento abissal”. Tal pensamento e as epistemologias que dele decorrem criam linhas invisíveis, mas claras, sobre o que pertence a este lado da linha e o que não faz parte dele. O que está do outro lado da linha não precisa de compreensão, desaparece da realidade compreensível, surge como exótico ou “folclórico”.

Isso explica o desafio apresentado pelo agronegócio:

Há sem dúvida também um problema cultural emperrando avanços concretos na direção do agronegócio, embora o conceito já esteja disseminado e entendido. É a velha esperança de que o governo resolva a questão da renda com algum tipo de intervenção. Já não há mais esta chance. As diversas cadeias produtivas precisam se articular para resolver seus dramas para oferecer ao consumidor produtos de qualidade a preços compatíveis com a sustentabilidade das atividades produtivas (PADILHA JÚNIOR, 2004).

Diante do pensamento abissal não é possível a uma ideia existir em ambos os lados da linha. O conhecimento científico e o Direito são as manifestações mais definidoras de linhas abissais. Apesar de distintas e diferenciadas, são mutuamente apoiadas. O Direito e o progresso científico não dão espaço para a validade da agricultura familiar, ainda menos à agricultura cabocla. “Já não há mais esta chance”, como aponta Padilha Júnior acima, nem para iniciativas governamentais de resguardar esse modo de vida.

---

para amenizar seus efeitos negativos. Certamente, por isso participou da vida política do seu país concorrendo a eleições para prefeito e para o parlamento. Chegou a representar politicamente o país como membro do Parlamento Europeu. Cf. Disponível em: <<http://www.giannivattimo.it/>>. Acesso em: 20 de set. de 2013.

O modo como opera o agronegócio expressa uma forma de pensamento abissal, uma vez que tende a fazer desaparecer, ou lançar na obscuridade os saberes que não se vinculam a uma forma de prática agrícola. É ao agronegócio, que o Governo Federal tem feito as maiores concessões de poder, de dinheiro e, sobretudo, de espaço físico. A modernidade ocidental tem se apresentado “[...] como um paradigma fundado na tensão entre a regulação e a emancipação social. Esta distinção visível fundamenta todos os conflitos modernos, tanto no relativo a factos substantivos como no plano dos procedimentos” (SANTOS, 2007, p. 4).

A distinção apresenta-se entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais. Os conhecimentos populares, indígenas, assim como a agricultura familiar estão contidos do outro lado da linha que delimita as formas normais – parâmetros definidos – de pensar. O pensamento abissal tende a fazê-los desaparecer como conhecimentos relevantes. Esses se encontram fora do conjunto verificável como verdadeiro ou falso. Do outro lado da linha, não há conhecimento reconhecido; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos. Quando muito, esses conhecimentos tornam-se objeto exótico de pesquisa.

Assim, a linha visível que separa a ciência dos seus “outros” modernos está assente na linha abissal invisível que separa, de um lado, ciência, filosofia e teologia e, do outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem, nem aos critérios científicos de verdade, nem aos dos conhecimentos, reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia. (SANTOS, 2007, p. 5).

Para o Direito, o lado iluminado da linha é o legal. Restando ao que condiz com a infração à ilegalidade. “O legal e o ilegal são as duas únicas formas relevantes de existência perante a lei”, por isso, para profissionais do direito a lei jurídica deve ser tão implacável quanto uma lei da física (ocidental).

Esta dicotomia central deixa de fora todo um território social onde ela seria impensável como princípio organizador, isto é, o território sem lei, fora da lei, o território do a-legal, ou mesmo do legal e ilegal de acordo com direitos não oficialmente reconhecidos. (SANTOS, 2007, p. 7)

Em cada um dos dois grandes domínios – a ciência e o Direito – as divisões realizadas pelas linhas globais são abissais no sentido em que tornam invisíveis quaisquer realidades que se encontrem do outro lado da linha. Esta negação radical de co-presença fundamenta a afirmação da diferença que, deste lado da linha, separa o verdadeiro do falso, o legal do ilegal. Do outro lado, localiza-se uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis, tais como os seus autores, e sem uma localização territorial fixa. Na origem das linhas abissais existiu uma localização territorial e esta coincidiu historicamente com um território social específico: a zona colonial. A nova linha territorial tem separado o rural e o urbano, ou o rural urbanizado. As cercas

foram parte fundamental no processo de divisão e reclassificação, de acordo com o Direito e as formas de produção do pensamento abissal.

## 2.2 O pensamento fraco

Se a modernidade se define como a época da superação, da novidade que envelhece e é logo substituída por uma novidade mais nova, num movimento irrefreável que desencoraja qualquer criatividade, ao mesmo tempo em que a requer e a impõe como única fonte de vida, se assim é, então não se poderá sair da modernidade pensando-se superá-la (VATTIMO, 2010, p. 171).

A pós-modernidade dispensa a superação e retoma aspectos e valores de décadas anteriores, de lugares distantes. Depara-se com o enfraquecimento do nacionalismo pelo benefício do cosmopolitismo. De acordo com Vattimo (1985), Nietzsche fala de uma redução dos valores superiores da civilização aos elementos que a compõe. Nessa análise, a verdade é um valor que também se dissolve. Para Nietzsche a instituição da verdade é própria de épocas em que a segurança das populações corria riscos. Nas sociedades modernas a segurança do grupo não é mais uma preocupação.

A noção de verdade não se sustenta mais e o fundamento não mais funciona. O pensamento deve flunar, não mais ser a fundação filosófica, explicação do mundo. Com a diversidade de pontos de vista, no relativismo “[...] não se sairá da modernidade mediante uma superação crítica, que seria um passo ainda de todo interno à própria modernidade. Fica claro, assim, que se deve buscar um caminho diferente” (VATTIMO, 2010, p. 173).

Vattimo afirma estar mais uma vez diante de um esforço para pensar a saída da metafísica, viver plenamente a experiência da necessidade do erro, de vivê-lo com uma atitude diferente. O pensamento moderno fragmentou a verdade fundacional, forte, metafísica, em várias outras verdades “fracas”, regionais e, portanto restritas. Fracas por não serem totalizantes, são o pensamento da superficialidade do mundo organizado pela técnica e onde as noções de realidade e de verdade-fundamento perdem peso. Essa pode ser a chance para o pensamento pós-moderno criar um novo começo (VATTIMO, 2010, p. 91). Assim, o ser habita a debilidade do pensamento, contextualizando-o como acontecimento histórico e nada mais.

A fraqueza ou debilidade como atributo do pensamento *-pensiero debole-* pretende mostrar a vulnerabilidade do pensamento metafísico e possibilitar a abertura de espaço para as demais formas de pensamentos, sendo o pensamento fraco aquele que é situado no momento histórico; pensa sobre todas as questões, mas não se fecha numa interpretação única, numa fundação. Ele é um pensamento aberto para as possibilidades, pois é passível de questionamento.

Por isso, para este autor, a pós-modernidade, se diferencia da modernidade, ao afirmar como sua característica distintiva o tal pensamento, que se mostra sem força, unidade e predeterminação,

em que se propõe como repensamento de todas as questões sem pretender uma superação, mas sim uma sustentação.

Vattimo ainda defende algumas ideias pouco exploradas na comunicação, mas muito apreciadas por comunicólogos pela importância dada ao fenômeno. Para ele, o nascimento da pós-modernidade está ligado ao surgimento da sociedade de comunicação de massa. Essa sociedade “mais informada” não significou, como se esperava, uma sociedade mais consciente de si, mais iluminada, mas ao contrário é mais complexa e caótica. É precisamente nessa complexidade que Vattimo vê as possibilidades de emancipação. Há aí uma constatação relacionando a pós-modernidade com o contexto histórico cultural dos meios de comunicação. Há também a crítica já que a transparência da mídia não se realizou. Vattimo aponta para o caminho de uma emancipação, através da comunicação no contexto da pós-modernidade.

Para o autor, a chegada dos meios massivos potencializou a dissolução dos pontos de vista centrais. Os monopólios de sentido foram fortemente atacados por uma multiplicação de imagens do mundo, agora não mais visto como algo único e homogêneo, mas diverso e paradoxal. Mesmo diante de conglomerados de comunicação há sempre a existência de mais de um veículo e mais de um narrador oficial. Os meios de comunicação potencializaram o conhecimento do que era distante, revelando diferenças que já existiam, mas que eram dominadas por paradigmas totalizantes. Os meios permitiram um nivelamento de algumas informações, ao menos entre os cidadãos urbanos, o que até então não havia sido partilhado em larga escala e estava restrito às referências locais de cada sociedade e comunidade. As diferenças são agora intercambiadas, através dos meios. "Não só nos confrontamos com outras culturas como o próprio Ocidente vive uma situação explosiva, uma pluralização que torna impossível a concepção do mundo e da história segundo pontos de vista unitários" (VATTIMO, 2010).

O autor considera que a consumação do niilismo se dá na guerra contra o dogmatismo, com um ultrapassamento da metafísica. Ainda assim, os dogmas e a metafísica continuam presentes. Ainda se alimentam de conceitos e imagens ao modo da antropofagia da pós-modernidade. É assim que se sobrepõe o “pensamento fraco”, partindo do niilismo que atinge seu extremo no eterno retorno do mesmo para emergir em niilismo ativo (VATTIMO, 2010).

### **2.3 O fraco e o abissal**

Boaventura de Souza Santos (2007) considera que além do pensamento abissal estão outras epistemes desprezadas pela lógica globalizante. Em outro texto, na introdução do compêndio *Epistemologias do Sul*, o autor português descreve o colonial e o metropolitano, desenvolvendo uma análise dos fluxos que borram esses limites. No direito, por exemplo, tudo o que não pudesse

ser pensado em termos de verdadeiro ou falso, de legal ou ilegal, ocorria na zona colonial. Para ele, o Direito Moderno criou linhas abissais antes mesmo da ciência. A linha global que separava o Velho Mundo do Novo Mundo tornou possível a emergência, da linha abissal de Tordesilhas, do Direito Moderno e, em particular, do direito internacional moderno.

O jurista relata que mesmo sob o comando das metrópoles a aplicação das leis era mais branda nas colônias, criando regiões, em que predomina o que ele chama de “Direito Mole”. Essas regiões continuam a existir mesmo na situação de ex-colônia. Um exemplo simples de Direito Mole ocorre nos municípios do interior do Brasil, onde as leis de trânsito não são relevantes, a fiscalização não atua e os condutores não se sentem impelidos a cumpri-las.

Sob o olhar de Vattimo (2010) essa flexibilização ou tolerância jurídica também poderia ser chamada de “direito fraco”, mas o filósofo italiano contextualiza o pensamento fraco com outros exemplos. A multiplicidade de caminhos para a formação do ser resultou em múltiplas formas de governo, empresas, organizações e inter-relações entre estas. O desenvolvimento das técnicas e políticas de comunicação produziu um fluxo mais acelerado de informações. O processo cria também meios de comunicação que tentam sair da lógica de hegemonia política e econômica dos grandes veículos. E é nesse ambiente, de proliferação de novas demandas sociais que o pensamento fraco se enriquece. São diversas leituras de mundo existentes, nas quais se encontram consumidores de produtos ecologicamente “corretos”, grupos transgêneros e movimentos de povos autóctones. Para Vattimo (2010) a comunicação comunitária é um caminho para que essas expressões afirmem-se e mantenham-se vivas diante das tentativas de epistemes globalizantes.

A forma mais simples de estabelecer uma relação entre o pensamento abissal de Santos e o pensamento fraco de Vattimo é observando a superação proposta por Santos: o pensamento pós-abissal. O pensamento pós-abissal é aquele presente no Fórum Social Mundial, que não está buscando apenas a inclusão das pessoas na economia globalizada, mas também propõe a criação de alternativas a ela. O *slogan* do Fórum afirma que “[...] um outro mundo é possível”. Talvez não seja um mundo sem fronteiras abissais, mas ao menos com mais fronteiras e equivalência entre elas.

Não existe equivalência de conceitos entre o pensamento abissal e o fraco, mas podemos afirmar que o pensamento fraco é uma propriedade do pensamento pós-abissal. É uma propriedade já que os pós-abissais não estão propondo a fundamentação do mundo, não são epistemologias totalizantes como as modernas.

## **2.4 O Rural e o urbano no Brasil**

Para entendermos como se pensa o espaço rural no Brasil é necessário compreender a outra metade da dicotomia em que o país está compreendido: o espaço urbano. É preciso pensar nos critérios que

qualificam um espaço como urbano ou rural, porém, na atualidade, entende-se que eles só podem ser concebidos pelas suas relações. O rural e o urbano, o campo e a cidade comportam relações dialéticas que se complementam, se interpenetram e se ligam. A Sociologia, a Economia e a Geografia têm buscado renovar e reavaliar esse debate em meio a um conjunto de análises, vários autores se dedicam a tratar de questões relacionadas a essas definições. Os sociólogos Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981), Sposito os economistas Abramovay (2000), Veiga (2004), e o geógrafo Reis (2006) tratam desses conceitos.

As formas de ver o rural e o urbano alteraram-se com o tempo, no Brasil, principalmente com a industrialização iniciada nos anos de 1930 e a revolução verde nos anos 1950. A diferença ocupacional é o primeiro e o principal critério citado por Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981) para diferenciar o mundo rural do mundo urbano. A população ou a sociedade rural é caracterizada pelo trabalho de coleta e cultivo de plantas e animais. Assim, através desse critério “[...] a sociedade rural diferencia-se de outras populações, particularmente da urbana, envolvida em atividades ocupacionais diferentes [...]” (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981, p. 200).

O espaço rural é definido como o ocupado por atividades rurais. São as pessoas e seu trabalho, portanto, que fazem com que o rural exista, mas o trabalho rural só tem condições de existir no meio rural. O espaço rural é caracterizado pela natureza antropizada para obtenção de alimento ou comercialização de produtos da terra. Um jardim, por exemplo, é um espaço de natureza antropizada, onde as espécies presentes nele são escolhidas de acordo com a estética, para agrado de quem o concebe, mas não é um espaço rural.

Todas as demais diferenciações entre rural e urbano estão vinculadas à atividade ocupacional. Para se pensar as diferenças a partir desse critério, é necessário ter em mente que

[...] ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas [...] (ABRAMOVAY, 2000, p. 6).

As diferenças ambientais estabelecidas entre o rural e o urbano fazem com que os agricultores se dediquem ao ambiente, trabalhem ao ar livre em proporção maior do que a maioria dos indivíduos urbanos. Conforme os autores, os trabalhadores rurais

[...] estão mais expostos às flutuações das várias condições climáticas. Mais do que isto, eles estão em uma proximidade muito maior e em relação mais direta com a natureza (solo, flora, fauna, água, sol, lua, céu, vento, chuva) do que um urbanita. O morador da cidade é separado de tudo isto pelas grossas paredes das gigantes construções urbanas e pelo ambiente artificial da cidade de pedra e ferro. Também em muitos outros aspectos o caráter da agricultura é radicalmente diferente de quase todas as ocupações urbanas [...] (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981, p. 200-201).

Em decorrência das atividades, a sociedade rural requer uma extensão maior em terreno para se desenvolver, torna-se difícil a concentração dos moradores em grandes comunidades com muitos habitantes. Como regra geral, as comunidades de agricultores têm uma densidade populacional mais baixa do que a comunidades urbanas. Conforme os autores acima, essa diferença encontra-se também ligada, de forma causal, às características de cultivo.

A população das comunidades rurais tende a ser mais homogênea em suas características psicossociais do que a população das comunidades urbanas. Para os autores, a homogeneidade é entendida, em primeiro lugar, pelas similaridades de características psicossociais adquiridas, tais como linguagem, crenças, opiniões, tradições e padrões de comportamento. Os aglomerados urbanos são marcados -no mesmo país e no mesmo período- por uma complexidade maior, manifestada em uma maior diferenciação e estratificação social. Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981) salientam que a cidade representa um corpo social composto de partes mais numerosas e dessemelhantes, com funções especializadas, e sua estrutura é muito mais diferenciada e estratificada ou piramidal do que o corpo e a estrutura de um aglomerado rural.

Mais um fator diferencial é a mobilidade social na população urbana, que tem sido mais móbil ou mais dinâmica do que a rural. As populações agricultoras permanecem mais tempo agricultoras ou, em média, mudam de emprego menos frequentemente do que o grosso da população urbana. Em outras palavras, “[...] as populações urbanas são em média menos ‘enraizadas’ na ocupação do que a população ligada à agricultura” (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981, p. 214). Em relação à migração, as correntes de população, indo do campo para a cidade ou das ocupações agrícolas para as predominantemente urbanas, foram sempre mais fortes e trouxeram mais gente para a cidade do que as correntes migratórias das comunidades urbanas em direção às rurais.

Os fatos apresentados até agora trazem uma consequência às comunidades rurais. Por serem menos volumosas, mais dispersas e terem menor mobilidade espacial, o número de pessoas distintas que um agricultor encontra e com quem ele estabelece um contato intencional, longo ou breve, é bem menor ao número de contatos sociais dos indivíduos. “Isso significa que a cidade é um universo mais dinâmico do que o campo, não somente pelo fato da população urbana ser mais móvel, mas também pelo fato de que o seu sistema de interação é mais complexo, dinâmico e intensivo do que o sistema de interação da população rural” (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981, p. 218).

Os critérios que costumam definir o que era cidade e o que é campo estão fundamentados na localização. Historicamente, a cidade era o lugar da reunião, seja para as questões políticas, seja para as questões religiosas, uma categoria de localidade fundamentada na aglomeração. O campo

era o local onde as pessoas viviam dispersamente, além de ser o lugar do trabalho natural, ligado a terra. Mas o uso das palavras diz mais que somente a escolha de uma ou outra, ele carrega a história de conceitos.

O conceito *campo* se constrói como antítese do conceito *cidade*, demarcando a existência de uma realidade adversa, contrária e antagônica. Assim como o Novo Mundo descrito pelos europeus o era a partir do que não existia na Europa, o mundo rural costuma ser descrito como o espaço onde não existem os aparelhos urbanos.

Como se observa, as palavras *urbanus* e *rusticus* são, respectivamente, adjetivos de *urbs* e *rus*, estas, por sua vez, são conceituadas sobre antagonismos de forma que as adjetivações utilizadas como sinônimos para qualificar os moradores da cidade são positivas, enquanto as usadas para qualificar os habitantes do campo são negativas. A divisão criou categorias de *cidadãos* (os indivíduos contemplados com o direito às benesses do Estado são definidos com um termo ligado à urbanidade). Da mesma forma, a palavra *urbanus* é mencionada para definir qualidades, como cortesia, boa educação, bom relacionamento, o que legitima a superioridade de tudo que faz alusão a cidade; e a palavra *rusticus* referem-se aos incultos, aos rudes, aos grosseiros, aos simples, aos desajeitados, insinuando inferioridade a tudo que diz respeito ao campo (BECHARA, 2000), (HOLANDA, 2010).

Martins (1981) ao escrever sobre os diferentes termos empregados para designar o homem do campo lembra o quanto há de características depreciativas atribuídas ao segmento rural. Segundo o autor, nas inúmeras regiões do Brasil, termos como caipira, caiçara, tabaréu e caboclo, desde tempos remotos, indicam duplo sentido, pois “[...] referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis” (MARTINS, 1981, p. 22).

O importante nesse momento não é distinguir ou diferenciar os dois espaços, mas compreender seus sentidos e papéis, assim como, analisar as relações político-econômicas e os valores culturais que, em cada espaço-tempo, orientam as articulações entre cidade e campo. Não há diferenciação social sem divisão social e territorial do trabalho e a divisão territorial do trabalho mais elementar é a que se estabelece entre a cidade e o campo.

Sposito (2006) destaca que, no século XX, as morfologias urbanas foram alteradas em decorrência do predomínio muito mais intenso da extensão territorial, o que tornou muito difícil distinguir, no plano das formas espaciais, a cidade do campo. Percebe-se que tem se ampliado, consideravelmente, a área de transição entre o que se apreende como cidade e o que se compreende como campo, gerando um nível maior de indefinição ou de dificuldade de distinção entre espaços urbanos e espaços rurais. Diante disso, Sposito (2006) reconhece a constituição de um contínuo cidade/campo. O que não pressupõe o desaparecimento da cidade e do campo como unidades



espaciais distintas, mas considera a constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços, pois os mesmos se caracterizam pelo compartilhamento, no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de usos de solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano.

Aqui a unidade espacial urbana, como marcas das cidades, no decorrer do longo processo de urbanização, cedeu lugar ao binômio urbano/rural resultado, também, da incapacidade, no período atual [início do século XXI], de distinguir onde acaba a cidade e começa o campo. As formas confundem-se porque as relações se intensificam, e os limites entre esses dois espaços tornam-se imprecisos (SPOSITO, 2006, p. 122).

Frente a essa situação, Sposito (2006) acredita que é preciso reelaborar os conteúdos dos conceitos de cidade e campo, rural e urbano à luz desse conjunto de novas formas de manifestação e de novas opções de vida no mundo contemporâneo. O rural vincula-se às atividades primárias, principalmente, agropecuárias. O urbano, em contraposição, reúne percentual significativo da população envolvida em atividades secundárias e terciárias. No entanto torna-se cada vez mais controverso associar o rural e o urbano, ou campo e a cidade a uma determinada atividade econômica. Os defensores do “novo rural” alertam para as múltiplas atividades que vão sendo desenvolvidas no campo, além das primárias. O senador Blairo Maggi, que já foi conhecido na imprensa como o “o rei da soja”<sup>7</sup>, afirmou em discurso proferido na 2ª Bienal dos Negócios da Agricultura, que “[...] é impossível para alguém viver com menos de mil hectares de terra. A não ser que viva na fazenda, como colono, mas como empresário não vive”<sup>8</sup>.

Estabelecer o rural e o urbano a partir dos critérios mencionados, de forma descontextualizada, sem analisar a historicidade presente nos fatos e processos, parece estático demais. No rural, os hábitos são construídos tendo como referência a intensa relação que se estabelece entre terra e trabalho. As tarefas cotidianas surgem dessa relação: preparo, adubação, plantio, poda, irrigação, colheita, entre outras atividades. É do trabalho realizado sobre a terra que os rendimentos são extraídos, seja em forma de produtos para o autoconsumo, seja em forma de produtos para comercialização. No urbano, a relação com a terra assume outra dimensão, pois a terra apresenta-se como “mero chão” sobre o qual estão edificadas as formas que guardam as funções próprias do urbano. Dela nada se retira nada se cultiva com o fim de obter a sobrevivência ou rendimentos. A terra, portanto, nos espaços urbanos, assume outra dimensão: as relações se realizam por meio daquilo que está construído sobre ela. O resultado do trabalho não resulta de condições naturais específicas, mas sim de condições socialmente construídas. Cada um, de acordo com os afazeres e limitações, constrói um tipo de cotidiano. Todavia vale ressaltar que nenhum

---

7 Revista Globo Rural - Edição 296 - Jun/10, <<http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC1709662-2886,00.html>>

8 O título é citado por diversas revistas sobre economia e agronegócio. A 2ª Bienal dos Negócios da Agricultura – Brasil Central aconteceu em Cuiabá, nos dias 8 e 9 de agosto de 2013.

deles está fundamentado na relação com a terra, nem possui uma relação de dependência com as condições naturais [...] (BAGLI, 2006, p. 91).

Este autor ressalta que não é interessante criar a ilusão de que o trabalhador rural é mais livre por estar ligado à lógica territorial mais próxima da natureza. O ritmo natural estabelece uma relação contraditória entre liberdade e dependência. Liberdade, pois não há o estabelecimento de horários rigorosos, para a execução das atividades cotidianas. Há dias em que o trabalho é intenso como na colheita e no plantio, outros em que o trabalho é escasso. Nesses casos, há pouco o que se fazer, porque se espera a época certa para plantar ou colher, ou porque a chuva, constante ou em falta, inviabiliza a realização de parte dos serviços. Os hábitos constituem-se mais uma maneira de diferenciar o rural do urbano. Eles são reflexos das relações estabelecidas no cotidiano, expressam a realidade circundante e estão presentes no modo de trabalhar, descansar e se divertir, desde o momento de acordar, até a hora de dormir.

O importante, nessa diferenciação, é compreender que a constituição de hábitos rurais possui uma lógica mais próxima da natureza, tendo como suporte a relação intensa com a terra e o que ela pode oferecer. Contraditoriamente, os hábitos urbanos são construídos tendo como base uma lógica mais artificial, que erige formas e funções próprias, criando múltiplas relações que se realizam por condições específicas de trabalho e de vida.

Vale destacar que a inserção no mercado de consumo tem construído hábitos comuns ao campo e à cidade. A possibilidade de adquirir determinados produtos e serviços aproxima realidades que outrora eram bem contrastantes. As mercadorias transformadas e produzidas na cidade como eletrodomésticos, automóveis, vestimentas etc. “invadem” o campo, assim como os produtos gerados no campo, alimentos em geral e matérias-primas “invadem” a cidade.

A divisão territorial do trabalho, estabelecida pelo desenvolvimento do modo de produção, determina funções especiais para cada espaço, de modo que eles se inter-relacionem e se complementem. Ambos se transformam, adequando-se às mudanças ou a elas resistindo. O uso de tecnologias oriundas do mundo urbano-industrial e a incorporação de infraestruturas como telefonia, energia elétrica, pavimentação, entre outras, têm motivado reflexões que difundem a ideia de expansão das urbanidades no campo e a extinção do modo de vida rural e suas ruralidades. Como se o uso de tecnologias fosse uma propriedade dos espaços urbanos. Como se os espaços rurais estivessem predestinados à permanente rusticidade. Frente a essa situação, Bagli (2006) tece a seguinte crítica: “Assim, [...] o camponês para ser camponês teria que continuar com seus hábitos tradicionais. Permanecer ligado ao passado, mesmo vivenciando o presente. A construção ou uso de qualquer tipo de infra-estrutura acarretaria em perda dos hábitos rurais e, conseqüentemente, da condição de camponês [...]” (BAGLI, 2006, p. 96).

mais uniformizar os brasileiros no plano cultural, sem, contudo, borrar suas diferenças. A industrialização, enquanto gênero de vida que cria suas próprias paisagens humanas, plasmou ilhas fabris em suas regiões. As novas formas de comunicação de massa estão funcionando ativamente como difusoras e uniformizadoras de novas formas e estilos culturais (RIBEIRO, 1995).

Um dos objetivos da reforma agrária é impedir o êxodo rural. A migração para as cidades foi influenciada pela industrialização a partir dos anos 1930, pelas condições de vida mais fáceis nas áreas urbanas e pelos meios de comunicação. Mas ao mesmo tempo em que acontece um esvaziamento do campo na agricultura familiar tradicional, acontece uma remodelação da ocupação dos espaços rurais. Mesmo existindo o êxodo rural, este já não consegue evitar a tendência de recuperação de parte expressiva das áreas rurais no país. A diversificação econômica, com dinâmicas bem diferenciadas regionalmente, ganha maior visibilidade nas áreas rurais integradas ao mercado, palco principal das recentes mudanças observadas no campo.

A expansão da forma de vida das cidades leva, para essas áreas, várias características consideradas como exclusivamente urbanas. Diante disso, o urbano deixa de ser o lócus praticamente exclusivo da indústria, do comércio e dos serviços. A população rural brasileira vem se ocupando menos com as atividades de natureza agrícola. Crescem as ocupações associadas a uma nova dinâmica no meio rural derivada da presença crescente dos setores secundário e terciário, em atividades típicas da urbanidade, mas localizadas dentro de áreas rurais, a exemplo das ligadas ao lazer, ao turismo e mesmo à terceirização de parte das atividades do processo produtivo da agropecuária (REIS, 2006).

Com a difusão dos meios de comunicação e o estreitamento das relações entre campo e cidade, o mundo da mercadoria penetrou nos espaços rurais. O modo expansivo de produção incorporou os espaços mais distantes via consumo. O fato é que essa intensificação também cria hábitos comuns. Entretanto, tais hábitos não significam destituição do modo de vida, tampouco a sua homogeneização. Apesar das similaridades apresentadas, as diferenças permanecem. O cotidiano está presente permeado por uma lógica que cria e recria hábitos. Embora existam hábitos comuns, como assistir televisão, ouvir rádio, acessar a internet, usar aparelhos elétricos na realização de alguma atividade doméstica, as peculiaridades se mantêm (BAGLI, 2006, p. 97-98).

Tendo por base os autores referenciados, nota-se que são inúmeras as diferenças entre o rural e o urbano, o campo e a cidade. Todavia, é importante lembrar que não é a existência de uma ou de outra característica que define um espaço como rural ou urbano, como campo ou cidade, mas a combinação de várias características típicas, conforme advertido pelos autores trabalhados. A partir das considerações estabelecidas, pode-se reconhecer a existência das duas vertentes. Porém, na atualidade, entende-se que elas só podem ser concebidas pelas suas relações. O rural e o urbano e o campo e a cidade comportam relações dialéticas que se complementam, se interpenetram e se ligam.

## 2.5 Políticas rurais

Atualmente, existem duas visões governamentais predominantes sobre gestão do espaço e o papel do rural no Brasil. Os olhares são tão distintos que mesmo o Governo Federal possui ministérios para diferentes concepções de agricultura. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com ações predominantemente voltadas ao agronegócio; o Ministério da Pesca e Aquicultura, que tem incentivado a piscicultura e a criação de camarões; e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com programas e políticas dirigidas à Agricultura Familiar, especialmente para os assentados. Mesmo que o Palácio do Planalto apresente os dois ministérios como complementares, as ações governamentais parecem discordantes ou no mínimo, concorrentes.

A missão do MAPA, segundo o *website* do Governo Federal, é “[...] promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira” (BRASIL, 2012). Já o MDA se responsabiliza pela reforma agrária; “[...] promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos” (BRASIL, 2013).

Subordinado ao MDA, responsável pela reforma agrária, está o INCRA. Para este instituto reforma agrária é a

[...] democratização do acesso a terra através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciar a estrutura fundiária do país, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade. (BRASIL, 2012)

Em tese, é concordante com o objetivo da reforma agrária, segundo o Movimento dos Sem Terra: “[...] construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável” (MST, 2012).

No Censo Agropecuário 2006, realizado pelo IBGE e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário foram identificados:

[...] 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares (BRASIL, 2006).

O Censo evidenciou um dado que era afirmado por organizações como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) ) e o MST: apesar de movimentar grandes somas de dinheiro o agronegócio é concentrador de renda e gera menos empregos por hectare, se

comparado à agricultura familiar (SCHLESINGER; NORONHA, 2006)

Ainda segundo a FASE, na agricultura familiar predomina a interação entre gestão e trabalho; são os trabalhadores que administram o processo produtivo, optam pela diversificação de cultivos e utilizam mão-de-obra familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. A agricultura familiar tem capacidade de absorver mão-de-obra em maior quantidade por área, se comparada ao agronegócio monocultor. “Por isso, a agricultura familiar é uma forma de geração de renda e de ocupação da população rural que proporciona aumento de sua segurança alimentar e contribui também para o desenvolvimento de mercados locais” (SCHLESINGER; NORONHA, 2006, p. 43).<sup>9</sup>

A despeito disso, o Ministério da Agricultura afirma que “[...] os resultados obtidos pelas Políticas Públicas implementadas pelo MAPA no espaço plurianual 2008/2011, contribuem para que os produtos agropecuários gerados no País *compitam*, com a qualidade exigida pelos mercados nacional e internacional” (BRASIL, 2012, *grifo nosso*). O “abastecimento” contido na sigla soa menos importante que a receita obtida do comércio desses produtos. Receita e o aumento do Produto Interno Bruto são de fato os objetivos do MAPA, se acompanharmos os seus planos plurianuais e seus relatórios.

Em 28 de julho de 1996, foi publicado o decreto N°1.946, que criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), principal política do Ministério do Desenvolvimento Agrário para este setor. Muitas coisas mudaram desde a implementação dessa política pública, já que antes nunca se havia aplicado tanto recurso público neste segmento. Porém, já de início ficou claro que o processo burocrático de financiamento não era adequado para o público a quem se pretendia atender. As linhas de crédito já eram determinadas em categorias, limitando a possibilidade de escolhas das famílias, o que evidenciou a adoção de uma noção reduzida de desenvolvimento.

---

<sup>9</sup> Conceito estabelecido pelo Decreto 3.991, de 30 de outubro de 2001, que define quais os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e que pode ser visto como uma definição legal desta categoria: Art. 5º. Para os efeitos deste Decreto, são considerados beneficiários do Pronaf todos aqueles que explorem e dirijam estabelecimentos rurais na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários ou parceiros, desenvolvendo naqueles estabelecimentos atividades agrícolas ou não-agrícolas e que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – não possuam, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;

II – utilizem predominantemente mão-de-obra da família nas atividades do estabelecimento ou empreendimento; (para o crédito isto está restrito atualmente a dois empregados)

III – obtenham renda familiar originária, predominantemente, de atividades vinculadas ao estabelecimento ou empreendimento;

IV – residam no próprio estabelecimento ou em local próximo.

Parágrafo único. São também beneficiários do Programa os aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados pelos programas de acesso à terra do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Um dos objetivos a que o Pronaf se propõe é a promoção do desenvolvimento sustentável protagonizado pelas unidades familiares de produção. Nessa proposta percebe-se uma visão quase unidimensional de desenvolvimento no decreto presidencial:

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, como a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (trecho inicial do Decreto Lei nº 1.946 em 28.07.1996).

Com exceção de uma citação ambiental, contida na diretriz B do art.2º do mesmo decreto, o Pronaf deixou claro, desde o início, sua limitação a uma dimensão econômica. Isso fica evidente desde as primeiras caracterizações da agricultura familiar, em que os principais critérios convergiam para a sua capacidade de pagamento do empréstimo e capacidade de inserção no mercado formal (FAO/Incrá, 1995).

Para colaborar com a Agricultura Familiar é preciso estimular o modo de vida familiar rural. Sem isso o desenvolvimento desagrega a família, promove uma especialização visando competitividade. Entretanto, o aumento de recursos destinados à agricultura familiar no programa já é um avanço no atendimento de ações do Estado voltadas a esse público, uma vez que favorece algumas medidas para a consolidação da renda num contexto de relações comerciais e sociais em processo de desagregação. Entre estas medidas se identificam a criação de linhas de crédito em uma perspectiva de diversificação social e de atividades produtivas (especialmente nos o Pronafs: florestal, mulher e o jovem) e a declaração de aptidão (DAP) fornecida pela própria unidade familiar (BRASIL, 2002).

Na 2ª Bienal do Agronegócio tive a oportunidade de entrevistar a presidente da Confederação Nacional da Agricultura, a senadora do estado do Tocantins, Kátia Abreu. Ela é um dos personagens mais fortes da política atual e, também da política no agronegócio. Perguntada se existe conflito entre o MDA e o MAPA a senadora respondeu:

Eu não gosto dessa divisão. Eu acredito que todos nós devemos fazer uma agricultura só. Acho que nós deveríamos ter um ministério (da agricultura) forte e, dentro desse ministério, precisamos ter uma política para a agricultura comercial e ter uma política que fortaleça a classe média rural brasileira, a exemplo do que aconteceu com a urbana que cresceu muito e no campo não foi igual. (...) A agricultura é uma só, os produtores são os mesmos e mesmo que eles sejam pequenos, o que nós queremos é que eles sejam grandes no uso da tecnologia. Incluir os agricultores familiares no agronegócio é nosso grande desafio. O agronegócio não nasceu para ser uma ilha de prosperidade, nós esperamos que seja um continente e que, pelo menos, garanta a classe média (ABREU, 2013).<sup>10</sup>

A senadora demonstra o interesse em incluir a todos no modelo de desenvolvimento em que acredita, ela não considera possível a coexistência de formas de agricultura que não usem a

<sup>10</sup> ABREU, Kátia. Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva. A 2ª Bienal dos Negócios da Agricultura – Brasil Central, Cuiabá, 8 e 9 de agosto de 2013.

tecnologia própria da chamada “revolução verde” (adubos industriais, agrotóxicos, maquinário pesado) e que caracteriza o jeito de operar o agronegócio. Diante do exposto, reconhece-se a existência da distinção entre rural e urbano e entre o agronegócio e a agricultura familiar, porém, entende-se que é necessário considerar que eles só podem ser concebidos pelas suas relações. O rural e o urbano e o campo e cidade não estão isolados uns dos outros, haja vista que a circulação de mercadorias, o comércio, a indústria e as redes de telecomunicação comportam relações dialéticas que se complementam, interpenetram-se e se ligam. Assim, pode-se afirmar que são as relações que informam sobre as proximidades e os distanciamentos entre os espaços rurais e urbanos. É essencial que se entenda o rural para além do campo e o urbano para além da cidade.

Ambos são partes integrantes do todo e a importância do estudo do rural e do urbano se manifesta, justamente, nas relações entre as duas partes. Mesmo que, às vezes, o campo não seja tão rural e a cidade nem tão urbana quanto se pensa, eles não se opõem, sequer excluem-se mutuamente, ao contrário complementam-se pelas suas diferenças.

### **3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

O pensamento cartesiano é uma chave para compreender as epistemes ocidentais modernas ou mesmo contemporâneas. Ele permitiu organizar e sistematizar o conhecimento e propôs que a ciência não pode prescindir de método. Mas também fortaleceu a cisão entre humanidade e natureza. A revolução científica permitiu avanços gigantescos nas máquinas, e o desejo de possuir conhecimento e poderes ilimitados perdeu qualquer restrição. Descartes (2001) propôs uma separação total entre corpo e mente, racional e emocional, sujeito e objeto. Em sua concepção sobre a natureza, a Terra é como uma grande máquina regida por leis universais. Nesse paradigma simplificador, tudo é cognoscível e a única forma de conhecer o real é através da ciência baseada nos princípios de redução e de abstração; fundamentada na separação entre o sujeito pensante e a coisa entendida (MORIN, 2000). Não há lugar para o mistério; o que é subjetivo, não-verificável ou emocional, é irrelevante e não pode ser considerado como a Verdade, muito menos como Ciência. A natureza, sob esta perspectiva, é fonte ilimitada de recursos para o desenvolvimento humano. A racionalidade moderna, assim, elimina as imposições sagradas às quais o homem estava sujeito e encerra o mundo místico.

Temos, então, um embate entre essas duas visões de mundo, que se desenrola em todas as dimensões possíveis. Essas duas visões estão em disputa até mesmo dentro de cada um de nós e é perceptível, por exemplo, na tensão permanente em que os agricultores se encontram entre a necessidade imediata da lavoura e a importância de conservar o ambiente natural. No plano macroscópico, esse embate nos leva ao campo da ética e da política, onde teremos que resolver

problemas cada vez mais desafiadores e complexos provocados por nosso impacto na dinâmica ecológica do planeta. Assim, a crise ambiental global em que parecemos nos encontrar é fruto da perda do medo das forças da natureza, do misticismo que a envolvia e da perda do limite das capacidades humanas.

### 3.1 Identidades

Apesar de descrever a maneira diferenciada da comunidade Peraputanga, aqui, não se pretende tratar de questões de identidade individual ou coletiva. O conceito de identidade foi sofrendo modificações ao longo do tempo, transitando do conceito iluminista que se baseava numa concepção individualista. Essa identidade emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele desenvolvia, permanecendo essencialmente o mesmo. Na concepção pós-moderna a identidade não é fixa, mas em contínua formação através de processos sociais (HALL, 2004).

Inserida nesse contexto encontra-se a identidade legitimadora, que, através das instituições dominantes da sociedade, tem o intuito de expandir e racionalizar a dominação social, enquanto as sociedades que se encontram em condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação criam a identidade de resistência que é construída através de trincheiras de sobrevivência, com base nos próprios princípios. Isto, conseqüentemente, faz surgir uma nova identidade denominada de identidade de projeto, ancorada na cultura redefinida pela posição atual da sociedade.

Percebe-se, portanto, que na contemporaneidade o processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a subvertê-la; de outro, os processos que tendem a fixá-la e estabilizá-la. Nota-se que a desarticulação das identidades nacionais causa rupturas e impulsiona a busca de uma nova forma altamente reflexiva de vida, perante a experiência de convivência com o ritmo acelerado de mudanças nos hábitos e nos costumes da cultura local, que estão sendo constantemente “*descentrados* ou deslocados por forças fora de si mesmos” (HALL, 2004, p. 17). Cada povo traz na sua bagagem particularidades culturais que o caracteriza e que são constitutivas de identidades. Portanto, neste novo século, tornaram-se mais evidentes as questões relacionadas às localidades que ocorrem em “reação à corrente planetária de homogeneização civilizacional” (MORIN, 2000, p.69).

### 3.2 O caipira

O deslocamento dos bandeirantes, partindo da capitania de São Vicente, por grande parte do território da colônia até o fim do século XVIII, fez com que se estabelecesse nessa região a



população com as características que resultaram no caipira. Essa cultura, e suas variações locais, abrangia o que hoje é o estado de São Paulo, Minas Gerais e partes do Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná. Uma cultura ligada a “[...] formas de sociabilidade e de subsistência que se apoiavam, por assim dizer, em soluções mínimas, apenas para manter a vida dos indivíduos e a coesão dos bairros” (CANDIDO, 1979, p. 79).

A aventura das bandeiras proporcionou não só o território ocupado em nome de Portugal, mas uma mestiçagem elaborada pelo clima tropical e pelas espécies do Cerrado e da Mata Atlântica, que resultou numa cultura característica de uma região específica.

Não cabe analisar aqui o seu sentido histórico, nem traçar o seu panorama geral. Basta assinalar que em grandes porções do grande território devassado pelas bandeiras e entradas – já denominado significativamente Paulistânia - as características iniciais do vicentino se desdobraram numa variedade subcultural do tronco português, que se pode chamar de “cultura caipira” (CANDIDO, 1979, p. 35).

O caipira é o bandeirante deslocado de sua missão aurífera, expansionista, escravagista. Ou mameluco de que fala Ribeiro em *O Povo Brasileiro* que se afixou após o esgotamento das minas. Como conhecedores da vegetação em que penetraram, foram-se estabelecendo pelas entradas, adaptando seu modo de vida às difíceis condições do isolamento. Ainda enquanto bandeirantes os indivíduos eram orientados a plantar mandioca, milho e feijão nos pontos de acampamento. As pequenas roças abandonadas poderiam servir a outros bandeirantes numa empreitada posterior. (CANDIDO, 1979, p. 35).

A identidade étnica dos brasileiros se explica tanto pela precocidade da constituição dessa matriz básica da nossa cultura tradicional, como por seu vigor e flexibilidade. Essa última característica lhe permitirá, como herdeira de uma sabedoria adaptativa milenar, ainda dos índios, conformar-se, com ajustamentos locais, a todas as variações ecológicas regionais e sobreviver a todos os sucessivos ciclos produtivos, preservando sua unidade essencial. A partir daquelas protocélulas, através de um processo de adaptação e diferenciação que se estende por quatro séculos, surgem as variantes principais da cultura brasileira tradicional (RIBEIRO 1995, p. 270).

O caipira é resultante da mestiçagem inicial do contato do branco europeu com o indígena americano. Mais tarde, com a adição de escravos africanos, também com o negro. A população com características culturais em comum situava-se especialmente no campo, até o crescimento das médias e grandes cidades que, no século XX se desenvolveram.

A ecologia e a economia criaram formas diferenciadas de produção, que conduziram a especializações funcionais e aos seus correspondentes gêneros de vida. A miscigenação imposta pelos colonizadores criou novos contingentes humanos e a essa mistura foi somada, mais tarde, uma nova dose de europeus (dessa vez da Itália e Alemanha), árabes e japoneses. O ambiente e a cultura

presente foram capazes de “abrasileirá-los” criando, quando muito, diferenças regionais onde os imigrantes mais se concentraram (RIBEIRO, 1995).

Por essas vias se plasmaram historicamente diversos modos rústicos de ser dos brasileiros, que permitem distingui-los, hoje, como sertanejos do Nordeste, caboclos da Amazônia, crioulos do litoral, caipiras do Sudeste e Centro do país, gaúchos das campanhas sulinas, além de ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, nipo-brasileiros etc. (RIBEIRO, 1995, p. 32)

Do ponto de onde se avista uma casa, dificilmente o olhar alcança mais de duas. Na cultura caipira, mesmo os mais achegados se mantêm a uma certa distância.

### 3.3 Agronegócio

Para maior compreensão dos ambientes rurais, de que tratam esta pesquisa, é preciso considerar a grande mudança que a agricultura sofreu em seu modelo, no Brasil, a partir de 1950, em decorrência da introdução no país, do pacote tecnológico da chamada Revolução Verde<sup>11</sup>, ocorrendo, como lembra Silva (2005), uma passagem do complexo rural para o complexo agroindustrial. Com isso se deu a incorporação agrícola do Cerrado, dada a topografia de planalto com pequenos declives, facilidade do cultivo com maquinários, de adubação, de irrigação e pelo baixo custo da terra. Nesse processo, ainda na década de 1970, o Brasil deu início ao plano de ocupação do “vazio demográfico” no Centro-Oeste. Para isso convocou agricultores da região Sul a o desbravarem.

Em Mato Grosso, com a migração sulista de trabalhadores e do capital, através da expansão socioterritorial da fronteira agrícola foram criadas e territorializadas redes de uma modernização agrícola com conexões globais vinculadas principalmente ao complexo agroindustrial da soja. Essa nova produção espacial comandada pelo agronegócio, e por migrantes sulistas, diverge de territorialidades indígenas, quilombolas e agrícolas que já estavam em Mato Grosso, criando, com isso, conflitos e tensões entre esses diferentes sujeitos.

Constituíram um número elevado de europeus que, juntamente com suas famílias, vieram parar aqui a fim de reconstruir suas vidas. Buscavam uma vida melhor, conquistar aqui o que em suas terras estavam impedidos de ter e ser. Darcy os caracteriza como: Os Povos-Transplantados contrastam com as demais configurações sócio-culturais das Américas por seu perfil caracteristicamente europeu, expresso na paisagem que plasmaram, no tipo racial predominantemente caucasóide, na configuração cultural e, ainda, no caráter mais maduramente capitalista de sua economia, fundada principalmente na tecnologia industrial

---

<sup>11</sup> Revolução Verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção em países ditos menos desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização e diminuição do custo de manejo, além do uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como no gerenciamento de produção (BOURLAUG, 2009).

moderna e na capacidade integradora de sua população no sistema produtivo e a maioria dela na vida social, política e cultural da nação. Por isto mesmo, eles se defrontam com problemas nacionais e sociais diferentes e têm uma visão do mundo também distinta dos povos americanos das outras categorias. (RIBEIRO, 1970, p. 456)

Os migrantes do Sul do país redesenharam o território de tal maneira que não apenas construíram essa nova dinâmica territorial da agricultura moderna, mas também legitimaram o domínio com a criação de novos municípios, alguns desses com nomes de cidades do Sul (Porto Alegre do Norte, Nova Maringá, Nova Guarita) ou com referência ao Sul (Gaúcha do Norte, Porto dos Gaúchos).

Com a difusão e disseminação desigual do processo de globalização verificam-se profundas metamorfoses no processo produtivo associado à agropecuária, reestruturando os espaços rurais e urbanos com um novo sistema de objetos e ações (SANTOS, 2004), calcado, cada vez mais, na ciência, tecnologia e informação. Esse foi um fator determinante para aumentar a produção agrícola, de sorte que a agricultura praticada nos cerrados brasileiros foi, desde o início, voltada para a produção com utilização das mais novas tecnologias (MORAES, 2000).

O investimento em pesquisa foi fundamental para difundir a tecnologia na produção agrícola, pois proporcionou o conhecimento do ecossistema e o desenvolvimento de plantas adaptadas ao ambiente. Tais pesquisas foram encabeçadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que, em 1975, criou o Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados. Além desse, outros centros nacionais e internacionais de pesquisas se articularam a essa dinâmica (MORAES, 2000).

A concepção política desse processo de ocupação fruto da racionalidade positivista, forte no Brasil e especialmente entre os militares, que entende o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, tem como indicador de sucesso o Produto Interno Bruto (PIB). Nessa perspectiva, existe apenas um padrão de desenvolvimento para o mundo, o dos países industrializados, de economia baseada no consumo crescente. Por consequência, a medida de eficiência nessas sociedades é o acúmulo monetário em circulação ou em especulação. As sociedades industrializadas requerem grandes áreas para produção de alimento e de energia. São Paulo não se mantém consumindo só o que se produz dentro do estado, nem a Europa é capaz de manter seu padrão apenas com energia e matéria europeia. É preciso comprar, ou adquirir de outra forma, os elementos que sustentam a economia desse nível de consumo. Desse modo, é a partir deste padrão que se classificam os países em desenvolvidos, subdesenvolvidos, e em desenvolvimento (VEIGA, 2004).

A ideia de desenvolvimento é criticada por Porto-Gonçalves (2006) que é tão atrelado à acumulação de riquezas e ao crescimento econômico, que o termo não serve em qualquer outro contexto. Desenvolvimento é uma seta para frente, similar ao conceito positivista de “progresso”

em que a natureza é um obstáculo a ser dominado e superado. “Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e nos coloque diante de *constructos* humanos, como a cidade, como a indústria.” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.62, *grifo do autor*). Baseado na concepção de que desenvolvimento é equivalente à riqueza monetária, qualquer nação ou uma pequena comunidade pode ser enfileirada numa escala objetiva de desenvolvimento (VEIGA, 2004).

“A soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles”. Essa é a descrição de agronegócio apresentada pelos economistas John Davis e Ray Goldberg (1957). “O agronegócio, como sistema produtivo, é a produção de commodities e seu mercado”. No Dicionário de Economia organizado pelo economista Paulo Sandroni esta é a definição de *commodity*:

(pl Commodities). O termo significa literalmente “mercadoria” em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, do chá, da lã, do algodão, da juta, do estanho, do cobre etc. Alguns centros se notabilizaram como importantes mercados desse produtos (commodity exchange). Londres, pela tradição colonial e comercial britânica, é um dos mais antigos centros de compra e venda de commodities, grande parte das quais nem sequer passa por seu porto (SANDRONI, 1999, p. 114).

Para Sandroni (1999, p. 114) desenvolvimento é o “[...] crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia”.

No agronegócio essas alterações fundamentais em direção ao desenvolvimento estão diretamente ligadas à administração financeira e fiscal. Dominar o comércio e seus tributos é essencial para o resultado positivo. Assim, a propriedade rural é um negócio onde o empresário rural deve usar os conceitos mais recentes de economia, administração, comercialização e finanças para se ajustar às iminentes mudanças de mercado. “Mas, sem dúvida, a grande mudança está no modelo”. No agronegócio não é mais possível fazer renda no campo vendendo matéria-prima para compradores tradicionais. Por mais que se tenha incorporado tecnologia, o mercado já não aceita o produtor que não incorpora os insumos deste modelo. Esta revolução é que exige os conceitos de cadeia produtiva, de agregação de valor às produções primárias (PADILHA JÚNIOR, 2004).

O desenvolvimento da produção de soja foi motivado pela alta dos preços desta *commoditie* durante a expansão das lavouras do grão sobre novas áreas, com valor do hectare mais barato que os de agricultura já consolidada, assim reduzem-se os custos de produção. O quadro posto a partir deste panorama foi o da tomada dos Cerrados e em seguida da Amazônia, por grandes produtores de soja. O avanço da agroindústria, abastecida com vultosos recursos e apoiada pelo poder político

local resultou em fortes desigualdades sociais e na rápida substituição das paisagens naturais pelas monoculturas. O novo contexto cria, por sua vez, uma nova realidade socioespacial contrária à organização social já desenvolvida historicamente pelos povos cerradeiros que passam a ser agregados ao modelo ou mesmo expulsos pela marcha do agronegócio.

Geralmente, os agricultores agregados ao modelo agroexportador tornam-se funcionários dos empresários rurais, a quem a mídia e os órgãos de representação de classe costumam chamar de “produtores” ou mesmo “setor produtivo”. Esse novo personagem, que é agricultor, mas não se define assim, representa a faixa do meio de uma pirâmide social onde os operadores de máquinas, os caminhoneiros, os funcionários de silos, estão na base e as empresas multinacionais alimentícias, no topo. Antes do campo ficar pronto para o plantio dos grãos existe a etapa do desmatamento e da retirada de tocos. Esse momento envolve as pessoas que atuam nas mais baixas condições de trabalho e nem sequer são apresentadas dentro do fluxograma de capital de que o agronegócio tanto se orgulha.

A agroecologia vê o agronegócio como opositor de sua lógica. Já o agronegócio não vê a agroecologia nem com tanta força para ter relevância, nem como uma oposição. Isso fica claro ao vermos o agronegócio usando as informações que lhes parecem úteis da agroecologia em seu próprio benefício. Um exemplo disso é a adubação verde com crotalária, técnica de origem agroecológica que busca proteger o solo do impacto direto do sol e da chuva e ainda disponibilizar nutrientes produzidos por esta espécie. O agronegócio e a agricultura familiar serão novamente abordados no subitem *O rural no Brasil*.

### **3.4 Agroecologia**

Segundo Miguel Altieri (1989, p. 42), a Agroecologia “[...] constitui um enfoque teórico e metodológico que, lançando mão de diversas disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica”. No início da difusão das ideias agroecológicas, a igreja Católica teve um papel importante por atribuir um retorno aos valores de solidariedade e simplicidade, presentes na Teologia da Libertação. Mas com a pesquisa nas universidades, estudantes de agronomia e ciências sociais passaram a simpatizar com as práticas que a agroecologia promove. Mesmo que ainda exista influência das igrejas nas ONGs que compõem o campo ambiental até hoje, existe um número crescente de profissionais que acreditam em vantagens ecossociais da agroecologia (ABRAMOVAY, 2000).

A Agroecologia, como disciplina, encontra-se no campo do que Morin (2000, p. 33) identifica como pensamento complexo, em que “[...] complexus significa o que é tecido junto”. O pensamento complexo, às vezes chamado de sistêmico, se esforça para unir diferentes campos do

conhecimento, sob óticas diversas, mas operando diferenciações.

A agroecologia, logo, não se encontra no paradigma convencional cartesiano. Apesar de ser “agro” não se limita aos dados de produção agrícola, reducionistas e simplificadores. Nesse caminho as relações sociais, os papéis de gênero, o tempo de lazer são importantes para que um novo sistema produtivo seja instaurado. Por isso é preciso que a Assistência Técnica Rural (ATER) em agroecologia conheça o modo de vida das famílias atendidas e proponha mudanças aplicáveis sem dificuldade e com baixo custo.

Para Morin (2000) o pensamento cartesiano não consegue reconhecer a existência do problema da complexidade. Esse é um princípio da agroecologia: reconhecer nos rituais, nas relações das pessoas com outras pessoas e destas com o meio ambiente, estratégias para garantir alimentação, moradia e conforto social. É um novo enfoque paradigmático, que tenta unir os conhecimentos de diferentes disciplinas científicas, com os saberes tradicionais. “Deste modo, a Agroecologia, como matriz disciplinar, vem aportando as bases para um novo paradigma científico, que, ao contrário do paradigma convencional da ciência, procura ser integrador” (CAPORAL, 2009, p. 21). Por isso, mesmo a ATER precisa ser afetiva, rompendo com o isolamento das ciências e das disciplinas geradas para o desenvolvimentismo. Caporal afirma que nos últimos anos vem ocorrendo uma “revolução paradigmática”, determinada pelo processo de “ecologização” que está em curso. Como revolução, essa transformação questiona conceitos e os pensadores que os representam, por isso, os defensores do novo paradigma são frequentemente atacados (MORIN, 2000, p. 293).

Para Altieri, (2002a) a expressão agricultura sustentável se refere à “[...] busca de rendimentos duráveis, a longo prazo, através do uso de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas”, o que requer a “[...] otimização do sistema como um todo e não apenas o rendimento máximo de um produto específico” (ALTIERI, 2002a). De forma suave e contínua - como o pensamento fraco, descrito por Gianni Vattimo (2010, p. 184) - o paradigma agroecológico ganha espaço e se fortalece através das redes de relações que se formam e cujos membros compartilham alguns dos elementos epistemológicos que são chave na ciência agroecológica.

Os agroecólogos consideram que suas práticas causam menor impacto ambiental por aproximarem-se das formas tradicionais de agricultura tropical, com pequenas roças, variedade de cultivos numa mesma área e existência de vegetação nativa por perto, o que garante matéria orgânica que pode ser oferecida à roça. A multiplicidade de cultivos e a manutenção das matas torna os cultivos tradicionais (indígenas ou não-indígenas) mais favoráveis à biodiversidade.

### 3.5 Natureza

A concepção que temos hoje sobre meio ambiente e ecologia decorre de um processo dialético de cerca de 200 anos. Apesar do conceito de natureza, separado do ser humano, ser abordado desde os gregos, é no século XIX nos Estados Unidos da América que nasce a primeira iniciativa de área de conservação e uma ação de Estado no sentido da preservação ambiental.

Encantados com a beleza da região de Yellowstone, um movimento que reunia nacionalismo e, certo messianismo, queria proteger o lugar da exploração comercial e da ocupação humana. Para isso foi criado o primeiro parque de intenção conservacionista do mundo. Já existiam na Europa os jardins botânicos, com espécies trazidas de vários continentes. O diferencial deste parque era a conservação da paisagem natural, incluindo seu relevo e rochas e, o mais importante, sem pessoas usando quaisquer dos seus recursos que não fosse a paisagem. A criação de parques se tornou comum em outros lugares do mundo, como a Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro, criada em 1861 pelo imperador do Brasil, Dom Pedro II (ICMBio)<sup>12</sup>

Esse modelo de área protegida de uso indireto, que não permite haver residentes no interior da área mesmo quando se trata de comunidades tradicionais presentes há muitas gerações, parte do princípio de que toda relação entre sociedade e natureza é degradadora e destruidora do mundo natural e selvagem — a *wilderness* norteamericana — não havendo distinções entre as várias formas de sociedade (a urbanoindustrial, a tradicional, a indígena, etc.). Logo, todas essas formas de vida social deverão estar fora das áreas protegidas acima descritas (DIEGUES, 2000, p.3).

Nessa concepção de natureza,

Os parques estavam destinados ao desfrute principalmente das populações urbanas, com pouco contato com a natureza, já estressadas pelo capitalismo industrial. As pessoas buscavam encontrar no mundo selvagem (*wilderness*) a “salvação da humanidade”. Nessa visão romântica e idealista da natureza os artistas e poetas tiveram grande importância (DIEGUES, 2000, p. 3).

Só no século XX os cientistas naturais ganharam importância na seleção e definição de áreas legalmente protegidas. Se houve um aprimoramento dos critérios em enxergar além da beleza cênica da paisagem, houve o prejuízo dos dados ficarem cada vez mais quantificados buscando-se a unidade mínima capaz de manter a reprodução das espécies de cada ecossistema, levando ao reducionismo impróprio à ecologia. No fim dos anos 60, os ecologistas preservacionistas, propositores dos parques sem habitantes, trouxeram uma visão biocêntrica chamada de *ecologia profunda*, que afirma que a natureza deve ser preservada independentemente da contribuição que possa trazer às pessoas (DIEGUES 2000, p. 5). A natureza adquire o valor de existência, não só de uso (DIEGUES, 2000, p. 3).

12 Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/parnatijuca/>>. Acesso em: março, 2013.

Por lei, essas áreas não permitem moradores em seu interior e, com isso, reforça-se o argumento de que a biodiversidade é resultado do trabalho exclusivo da natureza, que se encontra em oposição à cultura e aos humanos. Assim se faz necessária a ausência e mesmo a transferência de populações tradicionais de seu interior. Segundo Diegues (2000), a busca pela criação de áreas intocáveis de natureza acarretou na expulsão de várias comunidades tradicionais existentes nos países que ainda continham *wilderness*. Para os que defendem o modelo norte-americano de parques sem habitantes, os problemas de conservação estão, em geral, ligados à falta de dinheiro para a desapropriação, à falta de investimento público, de fiscalização, de informação ao público ou à corrupção existente nos países pré-industriais. A existência de indígenas em áreas de considerável preservação ambiental e o alto custo de vigilância das áreas protegidas fez com que a Organização das Nações Unidas (ONU) validasse as experiências latino-americanas de conservação.

Em 1992, com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, mais conhecida como Eco 92, foi estabelecida a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) que é um tratado da Organização das Nações Unidas e um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente. A Convenção sobre Diversidade Biológica foi um dos principais instrumentos para a discussão sobre áreas protegidas. Mais de 160 países já assinaram o acordo, que entrou em vigor em dezembro de 1993. A Convenção contém três bases principais: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos (BRASIL, 2013).

A diversidade biológica, no entanto, não é simplesmente um conceito pertencente ao mundo natural. É também uma construção cultural e social. As espécies são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas. A Convenção chama de “recursos biológicos” os recursos genéticos, organismos ou parte deles, populações ou qualquer outro componente biótico dos ecossistemas que apresentam uso presente ou potencial ou, ainda, algum valor para a humanidade (DIEGUES, 2000, p. 3).

A convenção avança no reconhecimento de que as populações tradicionais são detentoras de informações e técnicas que criaram diversidade biológica. As sementes crioulas, as mandiocas (raízes tuberosas do gênero *Manihot*), as bananas (gênero *Musa*) são resultado do trabalho de agricultores de centenas ou milhares de anos de seleção de plantas. Se antes havia um tipo de milho e agora existem três numa comunidade, é resultado do conhecimento e técnicas que só se desenvolvem com várias safras de intervenção.

O Artigo 8 da Convenção recomenda que os benefícios derivados do uso desse conhecimento sejam também distribuídos entre as comunidades que o detêm. A Convenção determina que cada país signatário “[...] proteja e encoraje o uso tradicional dos recursos biológicos de acordo com as práticas culturais compatíveis com a conservação ou os requisitos do uso



sustentável.” E também “[...] apoie as populações locais para desenvolver e implementar ações de recuperação em áreas degradadas onde a diversidade biológica tenha sido reduzida” (Artigo 10 d). A biodiversidade não é simplesmente um produto da natureza, mas em muitos casos é produto da ação das sociedades e culturas humanas, em particular, das sociedades tradicionais não-industriais. Como foi afirmado anteriormente, ela é também uma construção cultural e social. As espécies vegetais e animais são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas (DIEGUES, 2000, p. 3).

A criação de áreas protegidas a partir do conceito de *wilderness* gerou impactos e causou descontentamento de populações e de organizações do movimento social contra as organizações ambientalistas. “Os *ecólogos sociais* argumentaram que muitas dessas áreas habitadas por populações tradicionais tinham havia importante diversidade biológica, justamente pela ação manejadora ligada ao modo de vida dessas comunidades” (DIEGUES, 2000, p. 3).

A diversidade biológica propiciada pelos habitantes das zonas tropicais favoreceu a variedade dentro da mesma espécie e provavelmente o surgimento de outras. Por isso Diegues propõe repensar o conceito de “florestas naturais”, fazendo com que as unidades de conservação sem usuários humanos sejam uma distorção do pensamento ocidental sobre a natureza tropical. “Além disso, torna-se necessário resgatar os sistemas tradicionais de manejo ainda hoje praticados por essas populações, pois essas técnicas têm contribuído significativamente para a manutenção da diversidade biológica” (DIEGUES, 2000, p. 14). Entre as técnicas citadas estão a roça itinerante e a queimada de clareiras. Na lógica preservacionista, derrubar áreas onde já existe espaço aberto é uma agressão à floresta, e a queimada, um desperdício de matéria orgânica.

### 3.6 Desenvolvimento sustentável

Em 1972, foi realizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia, para discutir problemas ambientais. Na época as preocupações estavam concentradas na qualidade do ar em cidades industriais e na poluição das águas. Representantes de 113 nações e de organismos da ONU compareceram ao evento em que se debateu conceitos de meio ambiente e os objetivos do desenvolvimento. Após dez anos, avaliou-se do andamento das resoluções de Estocolmo, e em 1983, criou-se a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. A nova comissão promoveu debates entre universidades, governos e organizações ambientalistas. E em 1987, foi publicado o relatório *Nosso Futuro Comum* ou *Relatório Brundtland*, em homenagem à presidente da comissão, Gro Harlem Brundtland. O documento evidenciou a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os

padrões de produção e consumo da época. (BRASIL, 2013). De forma simples, desenhou o conceito de desenvolvimento sustentável válido até hoje: “[...] desenvolvimento que se baseia na conservação e utilização racional de recursos naturais e no objetivo de atender às necessidades das gerações atuais e futuras” (BRUNDTLAND *et al.*, 1991). O documento já alertava sobre os danos do aquecimento global, comprovado com dados e medições pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas somente em 2007, vinte anos depois.

A simplicidade do conceito de desenvolvimento sustentável permitiu sua penetração em vários setores da sociedade, especialmente entre as pessoas que trabalham com a natureza. Na comunidade Peraputanga Maria do Divino Oliveira Rosa acredita que “[...] desenvolver é buscar conhecimento. Pra trabalhar com meio ambiente como eu quero, tem que buscar desenvolvimento. Meio ambiente é o lugar que nós vivemos, a natureza, os rios”. Para Luiz a definição de meio ambiente vem com exemplos.

Sustentabilidade é você produzir em harmonia com o meio ambiente. Produzir sem agredir o meio ambiente. A atividade de apicultura além de aumentar a produção de flores aumenta os frutos e semente pra mata. É uma atividade sustentável. A coleta de frutos e sementes do cerrado também é uma atividade sustentável. Desmatamento é uma das coisas mais graves no meio ambiente (Luiz Lopes de Macedo).

Embora o significado de sustentabilidade venha sendo construído com uma episteme ecológica, é comum observar-se a utilização da expressão “desenvolvimento sustentável” como a manutenção de estratégias meramente econômicas: possibilidade da manutenção (sustentação) de políticas de crescimento econômico. Ainda com este reducionismo encontra-se também em alguns textos e discursos a expressão “desenvolvimento sustentado” (sic) que, salvo melhor juízo, é descontextualizada e estranha à centralidade do debate sobre a relação da sociedade com a natureza. Estas contradições também permeiam as organizações públicas e privadas, fazendo parte de valores, princípios e atitudes, e são determinantes das políticas públicas com sérias consequências na vida das pessoas e no seu entorno natural.

#### **4 METODOLOGIA**

Neste estudo considera-se a importância do sujeito histórico e das formas diversas de estar no mundo, ressaltando a valorização do sujeito como intérprete do que o cerca e como produtor de significações sociais. Sendo assim, a opção foi uma abordagem qualitativa e a adoção metodológica da história oral, por ser construída em torno de pessoas, toma-se como referências e fontes, os próprios narradores. O depoimento oral permite a penetração numa forma de conhecimento de mundo conduzido pelos olhares dos agentes culturais e dos sentidos que eles atribuem aos objetos e às ações que desenvolvem. O trabalho com a história oral exige o respeito pelos entrevistados, por

suas opiniões, atitudes, reminiscências e posições e, sobretudo, por suas visões de mundo. Foram justamente essas visões de mundo que imprimiram significados aos contextos e fatos narrados pelos interlocutores. Pode-se dizer que a história oral já se implantou na discussão teórico-metodológica que pretende garantir sua validade. Mesmo que não possua solução para tudo, é preciso que se recorra à metodologia da história oral quando os resultados puderem efetivamente responder às nossas perguntas. Os narradores se constituem como sujeitos fazedores da história. Não uma história descolada dos grupos sociais ou acima deles, mas uma história em movimento, que não desconsidera o singular e o plural como parte do todo. Para a História Oral, a narrativa constitui sua matéria-prima. O narrador que conta sua história, seu relato ou dá seu depoimento de vida, não se constitui, ele próprio, no objeto de estudo, mas sim seus relatos de vida, sua realidade vivida, apresentando subjetivamente os eventos vistos sob seu prisma, possibilitando conhecer as relações sociais e as dinâmicas que se inserem ao objeto de estudo. Antônio Montenegro (2005) vê o cientificismo inerente à história como um trator a anular a memória.

No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivido. No horizonte das sociedades de história, nos limites de um mundo completamente historicizado haveria dessacralização última e definitiva. O movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação. (MONTENEGRO, 2005, p. 4).

O grupo pesquisado é composto por pessoas moradoras da comunidade Peraputanga. Parentes dos moradores, em visita à localidade, também foram entrevistados já que o olhar dos que têm laços com a comunidade também interfere na percepção de si mesmos. Esse enfoque qualitativo norteou todo o processo de pesquisa.

A tarefa de análise consistiu, primeiramente, na audição de todas as entrevistas gravadas em áudio. Posteriormente, as categorias foram localizadas nos discursos dos entrevistados e tornaram foco de reflexão, em que foram identificadas as tendências e evidências relevantes. Procedendo assim, foram desveladas as falas, os silêncios significativos, o dito, o ouvido, os gestos e expressões. Como complementação de estudos, foram recolhidas fotografias, como evidências reveladoras da historicidade pessoal e grupal.

O itinerário foi o de documentar testemunhos da história e entrelaçar memórias individuais, com vistas a tecer as imagens dessa narrativa. Através das entrevistas, foram destacadas aquelas passagens que constituem elementos de memória e que guardam relação com os acontecimentos da história na qual se insere. Esse momento do registro e construção de significados da memória desse determinado grupo não se basta, no entanto, sendo necessário o confronto com outras memórias e o pensamento escrito em outras terras e outros tempos.

As Ciências Sociais se ocupam de múltiplos objetos e variadas atividades e o *status*

científico a elas atribuído deve-se em grande parte à utilização de metodologias e de teorias para o desenvolvimento da pesquisa empírica. Nessa perspectiva, admite-se, não sem polêmica, a existência de limitações nas metodologias sendo, portanto, pertinente ampliar os procedimentos e caminhos empíricos. Uma dessas polêmicas se remete à utilização do conhecimento subjetivo na relação do pesquisador com seu objeto, nesse campo de discussão os antropólogos deram uma significativa contribuição na elaboração de conceitos.

A antropologia desenvolveu mais de um século de debates sobre cultura e suas formas de leitura e descrição. A etnografia, principal ferramenta da antropologia, liga-se às condições históricas desse século, dessa forma, o meio teórico em que foi criada é fundamental para as configurações que a etnografia apresenta hoje. Nessa contextualização é preciso ter a clareza de que esta ciência desenvolveu-se ao mesmo tempo em que se efetuava a expansão colonial europeia e de que, muitas vezes, o conhecimento gerado foi usado pelos colonizadores para a dominação dos povos estudados. Na reflexão sobre os objetivos da Antropologia e seu método, muitas vezes romantizado, a Etnografia, buscou-se compreender o papel do pesquisador e de seus sujeitos de pesquisa no texto e no trabalho de campo.

A descrição imparcial, defendida por Malinowski (1935), foi revista por Geertz (1973) em *A interpretação das Culturas*. Ao contrário da separação entre a autoridade da ciência como conhecimento ocidental *por excelência* e a autoria do texto etnográfico, o que ele sugere é que o pesquisador assuma maior responsabilidade pôr seu texto e pelas análises realizadas.

Dessa forma, mesmo que o pesquisador busque uma descrição isenta e uma interpretação sóbria numa etnografia, vai haver interferência dos seus valores e da cultura de que o pesquisador faz parte. A lente, pela qual a comunidade é observada, vai produzir interferência na imagem criada, por isso, cabe ao texto etnográfico revelar o pesquisador e deixar mais claro o tipo de distorção a que está sujeita a pesquisa.

A narrativa constitui a matéria-prima para a História Oral. O narrador que conta sua história ou dá seu relato de vida não se constitui, ele próprio, no objeto de estudo, mas sim seus relatos de vida, sua realidade vivida. Mas, tão grave quanto toda essa visão de sociedade e de mundo que é aprendida e interiorizada através do ensino da história, entre outras práticas e discursos escolares, encontra-se também a ideia de que o passado, passou. Nenhum passado passa, todo passado é presente à medida que é recontado. A questão é saber como ele se insere nas práticas cotidianas e, por extensão, como influi na maneira de pensar, sentir e agir no presente (MONTENEGRO, 2005). Quatro visitas foram realizadas e, em cada uma delas, entrevistas com focos diferentes. A primeira com abordagem geral sobre a história, número de habitantes, quantidade de lotes e uso da área. A segunda focada no modo de vida tradicional, a descrição dos trabalhos e hábitos sociais do que foi definido como período tradicional. Na terceira visita as perguntas se dirigiram para os problemas

atuais e as visões de futuro dos moradores. Na quarta visita o texto estava quase completo, por isso o levei impresso, para que vissem em primeira mão. Na leitura prévia feita pela comunidade, algumas informações passaram por correção de dados e o texto foi “aprovado” em sua totalidade.

A biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso foi um espaço fundamental para a produção desta pesquisa. Quase todas as citações e referências contidas neste texto estão à disposição naquele prédio. A pesquisa bibliográfica, atualmente, não pode prescindir da busca na internet, meio pelo qual é possível acessar diversas obras e outras pesquisas acadêmicas, principalmente as inscritas em congressos. Comparar outros estudos e abordagens diferentes é parte importante da pesquisa, por nos depararmos com autores pertinentes ou simplesmente conhecermos outros estudos.

## **4.1 Viagens de campo**

### **1º Campo**

Antes de começar a narrar as atividades e impressões desta visita é necessário destacar que o texto, por mais que detalhe as ações e impressões do momento, nunca será tão fiel aos fatos vividos. Não só pela óbvia quantidade de elementos presentes em cada momento e que escapam na transformação do texto em cenário, mas pela necessidade de separar a narrativa por temas. Se não for assim os leitores não compreenderão. Mas cada conversa é interrompida por um carinho de alguém, uma piada, um visitante que chega para ouvir. Às vezes o narrador levanta para apagar o fogo da panela que cozinha feijão ou lembra de ligar a bomba de água. Todos os detalhes e os silêncios ajudam o pesquisador a compreender o pensar dos indivíduos desta localidade, porém muitas vezes aparece no texto como percepção, não como a pequena ação em si.

Já tendo visitado a comunidade enquanto era parte da equipe do ICV, não sofri resistência dos moradores ao retornar à Peraputanga, na condição de estudante que buscava ali realizar um levantamento com a finalidade de qualificação profissional. Telefonei para o celular de Maria, esposa de Luiz Macedo (filho de Antu e neto de Euzébio) e marquei uma visita de um dia cujo objetivo era me apresentar. Cheguei à comunidade para iniciar a pesquisa no dia 15 de abril de 2012, com meu orientador, José Carlos Leite. Eu o convidei para participar da pesquisa de campo e ele, gentilmente, aceitou. Avisados de que eu teria companhia, não houve objeção à presença de mais um visitante. Eu o apresentei simplesmente como professor. Chegamos perto das 9 horas da manhã e fomos recebidos pelos donos da casa com torradas e café. A sala de jantar, aberta, possui três paredes de palha e teto também. Seu formato retangular tem uma parede suprimida e em conjunto com o restante da casa, em formato de “L”, criando um pátio avarandado. Esta casa se tornou ponto de apoio da pesquisa.

O casal Antu e Tututa nos recebeu calorosamente, tornando necessário um bom tempo de ambientação até que se tornasse natural introduzir o questionário na conversa. Pela semelhança de José Leite com uma pessoa conhecida, que mora em Diamantino, a acolhida pareceu ainda mais rápida ao professor. Conversamos sobre os conhecidos, sobre quem visitou a comunidade recentemente e Antu perguntou onde moro e onde trabalho. A pergunta se repetiu mais algumas vezes, inclusive, nas visitas seguintes. Respondi da forma mais clara que pude: “Eu fiz faculdade de comunicação já faz algum tempo, agora eu estou fazendo uma pós-graduação, que é o mestrado. No mestrado preciso pesquisar um tema que seja interessante e eu escolhi pesquisar a comunidade Peraputanga: como era no começo e as mudanças que têm acontecido”.

Nesse momento de primeiro contato, foram abordadas questões básicas sobre a história da comunidade, o nome que lhe foi dado e a origem do casal pioneiro, Euzébio e Romana. Para Luiz e Maria, diretores da associação da comunidade, foram feitas perguntas sobre população e idade dos moradores, parcerias institucionais e fontes de renda.

Após muitas perguntas respondidas - algumas respondidas mesmo sem perguntas - pedi que Luiz e Maria me acompanhassem às casas da vila. Mais adiante, há uma descrição da vila. Eu já havia visitado a comunidade para realizar a coleta de dados para produzir o calendário, já citado na introdução. Quase todas as casas foram visitadas, o objetivo da pesquisa foi apresentado e foi pedida permissão para retornar à comunidade para uma nova conversa em cada residência. Obtive respostas positivas e acolhedoras em todas as casas. Senti-me à vontade para retornar numa interação mais longa.

Figura 1 - Localização da “Fazenda Piraputangas”, entre outras comunidades da região

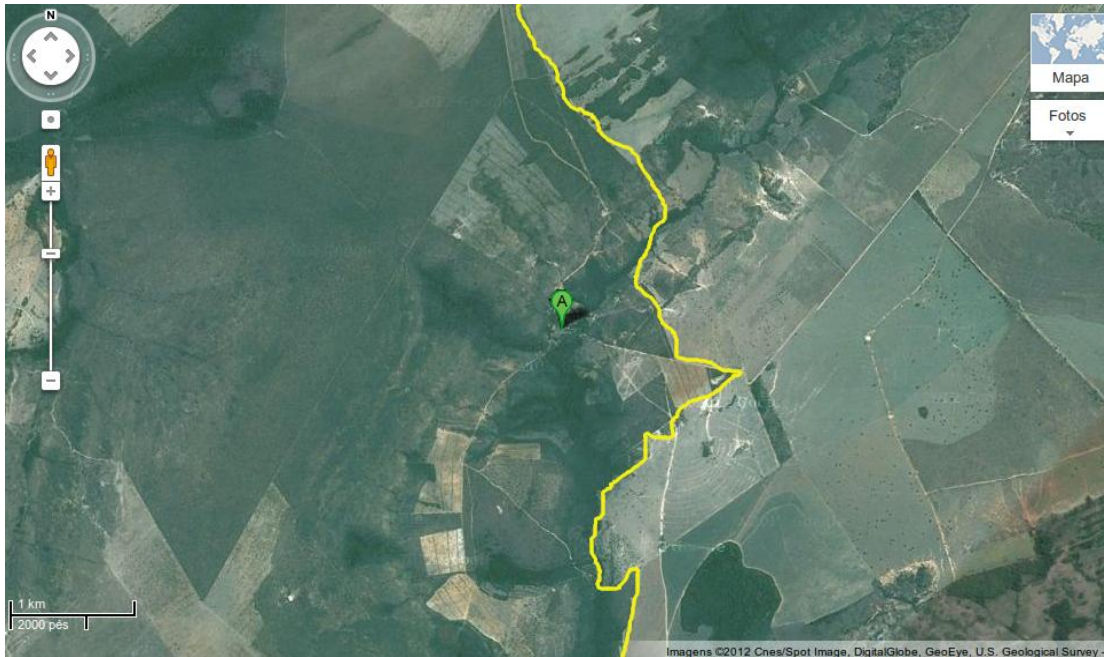


Fonte: Palácio Paiaguás, Governo de Mato Grosso, 2013.

Nota: Detalhe do mapa de 1952, em exposição na sala anexa ao gabinete do Governador de Mato Grosso, no Palácio Paiaguás (Carta do Estado de Mato Grosso e regiões Circunvizinhas. Organizada e desenhada no Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso, sob direção geral do Gen Div. Cândido Mariano da Silva

Rondon. Direção gráfica executiva do Gal. Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos).

Figura 2 - Localização da vila a leste do assentamento



Fonte: Google Maps (2012). Disponível em: <https://maps.google.com.br/>. Coordenadas: -14.567551,-56.316354. Acesso em: 21 maio 2013.

Figura 3 - Croqui que indica a distribuição espacial das casas, na Vila do Assentamento Peraputanga



Fonte: Construção do autor com participação de Maria Rosa e Luiz Macedo.

## 2º Campo

No dia 7 de julho, fui à comunidade Peraputanga realizar entrevistas e ouvir mais histórias, narrativas sobre a gênese e constituição do Assentamento. Apesar do frio que fez naquele sábado, fomos recebidos calorosamente. Fui novamente acompanhado pelo meu orientador, José Carlos Leite e de minha esposa, Giselle Marques, que foi convidada por nossos anfitriões. Refleti se seria viável a presença dela durante a visita de pesquisa e concluí que seria mais polido aceitar a cortesia da comunidade. Em 2011, trabalhando na aldeia Myky, recebi o mesmo convite de levar minha esposa à aldeia. Ao chegar à localidade sem ela, fui inquirido: “por que não trouxe ela? Dissemos para trazer”.

Demos carona a Maria, meu principal contato e interlocutora na Peraputanga. Ela encontrava-se em Cuiabá para exames médicos. Chegamos pouco antes das nove da manhã e fomos diretamente para a casa de Maria Rosa e Luiz Macedo. Foi com Luiz que comecei a conversar. Luiz e Maria são as pessoas que eu conhecia há mais tempo e, através deles, os contatos institucionais, com a FASE, ICV e prefeitura, têm acontecido. Os dois foram consecutivamente presidentes da



Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Peraputanga. Entrevistá-los primeiro era, de certa forma, obedecer à hierarquia oficial da comunidade. Somente no 3º Campo foi possível compreender como funcionam as decisões. Os dois entrevistados seguintes foram os recomendados por Luiz. Mais tarde, já na terceira entrevista, passei a escolher com quem conversar. Foram dez entrevistas nos dias 7 e 8 de julho. Em todas elas, foram apresentados os objetivos da pesquisa e o compromisso de sigilo do pesquisador.

Cada nova entrevista iniciava com um pedido de licença, a acolhida do anfitrião e perguntas sobre o meu trabalho atual. Somente depois de uma aproximação pessoal, de ter revelado onde moro, onde trabalho, sobre esposa e filhos parecia oportuno falar da pesquisa e iniciar a gravação da conversa, quando autorizada. Todos autorizaram.

As visitas duraram cerca de uma hora entre apresentação, atualização das notícias, entrevista e despedida. Nessas entrevistas os narradores descreveram a comunidade de agora e a que conheceram quando eram crianças. A partir destes relatos, de observações *in loco*, e da literatura pertinente aos temas, é feita a análise que inicia nos capítulos seguintes.

### **3º campo**

Depois de adiar algumas vezes a minha ida à Peraputanga, no dia 11 de maio de 2013, parti pela MT 010. A estrada encontra a BR 364 em Rosário Oeste por onde segui até a entrada da “Fazenda Piraputanga”. Ao me deparar com a placa, que eu já tinha visto algumas vezes, fiquei em dúvida quanto à grafia do nome da comunidade, já que inúmeras vezes ouvi Peraputanga e mesmo o peixe homônimo, é chamado pela sua redução “pêra”.

A lavoura de sorgo que eu havia encontrado à direita, na minha última visita, estava lá. Não parece ter crescido em área, mas do outro lado da estrada, uma plantação de milho, quase do mesmo tamanho era novidade de um ano para o outro. O intervalo de tempo a que me refiro é de 10 meses. Fiz a última visita em julho de 2012, quando o sorgo já maduro para colheita, avermelhava o campo.

Como das outras vezes, a agrovila estava tranquila, com sua grama verde aparada por cavalos e suas casas silenciosas. Eu não sabia o quanto isso seria alterado desta vez. O domingo seguinte era dia das mães e vários filhos e netos estavam na comunidade. Parei em frente à casa de Antu e Tututa e bati palmas. Sem resposta, passei pela cancela e continuei a chamar. Avistei Antu rastelando o quintal e o chamei pelo nome. Ele me recebeu caloroso como sempre. Maria estava dentro da casa, providenciando o café, que sempre é oferecido à visita. Nessa ocasião Maria assumiu mais responsabilidades porque Tututa, dona da casa, estava em Cuiabá visitando sua mãe.

O objetivo dessa terceira visita, dentro da pesquisa, foi lançar luz sobre as visões de futuro

dos moradores da comunidade. Mas havia lacunas em minha compreensão sobre liderança e sobre misticismo, dois fatores determinantes na tomada de decisões. Por isso aproveitei a presença de Antu e comecei a entrevistá-lo. Rememorei a chegada da família Macedo ao local onde vive hoje, a vinda da fazenda Forquilha e os hábitos autônomos de produzir quase tudo de que necessitavam. Esperei, com isso, reduzir a contextualização e fazê-lo ver que eu já estava informado de alguns aspectos. Então perguntei sobre festas de santo.

Entrevistas similares foram feitas nesta visita com narradores já entrevistados e com novos personagens. Entre os novos, descobri outro ramo familiar que ainda não tinha sido revelado: Alcides, Eva e Galego são irmãos, vindos do Buritizal, uma comunidade caipira, como a Peraputanga, que se localizava no município de Alto Paraguai. Do Buritizal, também vieram suas sobrinhas, Toco e Mariinha. Xandozinho é morador da Peraputanga há 32 anos e não parece ter parentesco de nascimento nem adquirido com os irmãos Macedo. Maria, que é minha principal interlocutora para agendar visitas à comunidade, foi entrevistada pela primeira vez. No dia seguinte, entrevistei Antônio Carlos, filho-neto<sup>13</sup> de Antu; Clarice, João Rodrigues e Alcides.

O domingo, dia 12 de maio, era Dia das Mães. Para comemorar foi feito um churrasco que contou com quase toda a família, agregados e visitantes. Deixei de entrevistar alguns narradores porque julguei mais importante observar a maneira de comemorar a data e de se fazer festa na localidade. Com o andar da prosa as relações ficarão mais claras.

#### 4º Campo

Nas vezes anteriores, fui à comunidade de carro. Na quarta vez fui de ônibus até a estação rodoviária conhecida como Posto Gil. De lá consegui carona com Epifania Vuaden, engenheira agrônoma contratada pelo ICV para desenvolver um plano de negócios para a venda de mudas. Sobraram algumas lacunas na dissertação quanto à descrição da comunidade. Era preciso encontrá-los, fazer algumas perguntas, mas o mais importante era vê-los numa atividade de planejamento de futuro.

Além de Epifania, também foi à comunidade o técnico agrícola, funcionário do ICV, Antônio Augusto. Juntos eles reviram o planejamento que começaram há alguns meses. A descrição desse trabalho será detalhada no capítulo **Mudanças**. Para preencher as lacunas de informações comecei por perguntar aos seus moradores como costumam chamar a comunidade. Houve um debate sobre o jeito de escrever, quem preferia Piraputanga, com “I” argumentava que era o nome do peixe e que era o correto. Os mais velhos disseram que sempre falaram Peraputanga, com “E”. Perguntei se poderíamos chegar a uma decisão de chamar Peraputanga, mesmo que o nome do

---

<sup>13</sup> Neto, criado como se fosse filho.

peixe seja piraputanga. Houve concordância principalmente sob o argumento de que o peixe é uma coisa e a comunidade, outra.

Revi quase todos os entrevistados e apresentei o estudo impresso. Não era a versão final, mas já continha todo o histórico da comunidade, ficaram de fora apenas a contextualização sobre a contemporaneidade e a narração de um desentendimento ocorrido há cinco anos. Essa narração permanece no texto, entregue à banca examinadora, porque é uma peça importante na compreensão da maneira do grupo de tomar decisões. Assumi o compromisso de enviar novamente a versão final.

**CAPÍTULO 2**  
**TERRA**

## 5 A TERRA

As cidades do açúcar, no litoral no Nordeste, cresciam no século XVII, como referência de comércio e desenvolvimento nas Américas. Enquanto isso a população do planalto paulista (atual região onde se situa a cidade de São Paulo) labutava “numa economia de pobreza”, pois não dispunha dos engenhos de açúcar, que faziam a riqueza do litoral; havia poucos escravos negros e um pequeno fluxo de mercadorias que chegava por meio de navios através do porto de São Vicente. Por isso sua economia permaneceu estagnada mesmo depois de um século e meio de ocupação. “Os núcleos paulistas mais importantes eram arraiais de casebres de taipa ou adobe, cobertos de palha” (RIBEIRO, 1995, p. 363). A colonização do estado de Mato Grosso pode ser considerada um fenômeno tardio, se comparada com a da ocupação do litoral. Iniciado pouco antes da fundação de Diamantino, o povoamento de Mato Grosso ocorreu no princípio do século XVIII com o movimento bandeirante que descobriu as minas de ouro nos Rios Coxipó e Cuiabá, ao final da década de 20 do século XVIII. A pintura abaixo ilustra esse momento.

Figura 4 - Descoberta das minas de Mato Grosso



Fonte: Moacyr Freitas (2000).

Nota: Esta pintura retrata a expedição bandeirante que descobriu ouro no rio Coxipó, nas proximidades da cidade de Cuiabá. Em exposição no Palácio Paiaguás, Cuiabá, em maio de 2013.

Até o início do século XX, Diamantino era a cidade mais ao norte de Mato Grosso, a ocupação mais extrema antes do território dos Paresi (BRASIL, 2010). A pequena cidade que se instalou nas colinas que margeiam a baixada Cuiabana, ainda no século XVIII, surgiu do garimpo de diamante e ouro. Em 1728, Gabriel Antunes Maciel, bandeirante sorocabano, encontrou ouro num córrego d'água, que passou a se chamar Ribeirão do Ouro. Mais tarde, com a descoberta de diamantes, a localidade recebe o nome de Alto Paraguai Diamantino. Em 1820, eleva-se à categoria de vila.

Em 1825, o distrito já contava com uma população de 6077 habitantes, sendo 1095 brancos, 1266 pardos e 3716 pretos. Do total de 2547 eram livres e 3530 eram escravos. (...) O decréscimo da produção aurífera, epidemias, fugas continuadas de escravos, marcaram o início da decadência de Diamantino. De 1826 a 1850, o despovoamento da região foi marcante. Em 1852, surge uma tentativa frustrada de mineração da “Sociedade de Mineração de Mato Grosso”, fundada no Rio de Janeiro, com vultoso capital e aparelhamento moderno. (BRASIL, 2010)

Os recursos privados e estatais mesclavam-se nesses empreendimentos.

As esferas de poder estatal e privado se imbricam, aqui, sobrepondo-se ocasionalmente uma à outra, mas atendendo sempre aos condicionamentos objetivos da escravidão e do monopólio da terra como princípios ordenadores da economia colonial. Nessa interação prevalece sempre a racionalidade do projeto intencional da Coroa, tolhido, é certo, pelo voluntarismo anárquico do plantador, do minerador, do contrabandista. Jamais as aspirações singelas do índio apesado que quer a liberdade, do negro escravo que pede alforria, do caipira, do sertanejo, do caboclo paupérrimo que desejam escapar da opressão e da subordinação para viverem uma vida mais vivível (RIBEIRO, 1995, p. 256).

Toda a região que hoje é o estado de Mato Grosso era povoada ou transitada por povos indígenas, essa região do rio Cuiabá era de ocupação predominantemente Bororo. “O território tradicional de ocupação Bororo atingia a Bolívia, a oeste; o centro sul de Goiás, ao leste; as margens da região dos formadores do Rio Xingu, ao norte; e, ao sul, chegava até as proximidades do Rio Miranda” (RIBEIRO, 1970, p. 77).

Para firmar este território como seu, a Coroa Portuguesa desmembrou as minas cuiabanas da Capitania de São Paulo, fundando a Capitania de Mato Grosso. A missão da nova capitania era guardar a fronteira oeste do Brasil, pois o Tratado de Madri, baseado na posse pelo uso, já estava sendo negociado.

No final do século XVIII as minas se enfraqueceram levando mineiros, fazendeiros e comerciantes a praticar atividades produtivas diversificadas. No ano da proclamação da república, 1889, a economia era baseada na atividade agropecuária (pecuária, cana-de-açúcar e extrativismo). Muitas usinas de açúcar surgiram às margens dos rios Cuiabá e Paraguai, produzindo açúcar, aguardente e álcool. Com a extração da borracha em evidência as terras ao norte foram se valorizando e grandes latifúndios se formando nas mãos de seringalistas. Também contribuiu para isso a extração da poaia (LAMERA; FIGUEIREDO, 2008).

Em todo o entorno da cidade, em cada curso d'água, encontravam-se garimpeiros e suas bateias. Houve ciclos de prosperidade e de evasão populacional em Diamantino, causados, principalmente, por mudanças nas resoluções a respeito da mineração por parte do Estado. Durante as oscilações econômicas, parte da população, atraída pelo garimpo, migrou para as proximidades vivendo da produção rural de subsistência. “Em essência, exaurido o surto minerador e rompida a trama mercantil que ele dinamizava, a paulistânia se 'feudaliza', abandonada ao desleixo da existência caipira” (RIBEIRO, 1995, p. 382). Essa é a provável origem da família Macedo, da qual falaremos a seguir.

Diamantino permaneceu pouco mais que uma currutela, como disseram Antu e João Bocage<sup>14</sup>, até os anos de 1950, quando chegaram às bombas de água movidas por motores de combustão. Com a modificação da técnica para a procura de minérios, a quantidade de terra removida aumentou muito e com isso também a chance encontrá-los.

Tô aqui há 32 anos. Eu trabalhei no Garimpo com Antoninho (Antu). Trabalhei um ano com ele, aí depois mudei pra cá. Trabalhei um ano no garimpo a seco e nunca peguei uma pedra. A seco é sem motor, levando o cascalho pra lavar. Depois apareceu a draga que mandava água longe. O garimpo com draga produzia mais, mas o dinheiro de diamante é igual à farinha (Xandozinho).

Assim, Diamantino cresceu e atraiu mais pessoas da Baixada Cuiabana e das áreas rurais de seu entorno. O município se estendia por todo o norte do estado de Mato Grosso. Com a migração dos anos de 1970 e 1980, as empresas colonizadoras lotearam terras na região norte de Mato Grosso, e para viabilizar essa colonização foram construídas estradas que buscavam ocupar os chamados “vazios demográficos”. As BRs 364 e 163 nasceram desse empenho e facilitaram o deslocamento para regiões onde somente era possível chegar por vias fluviais. Esta ocupação respondia a um comando Federal, numa estratégia do Governo Militar, que pelo Projeto de Integração Nacional (PIN), determinava o estabelecimento de maior controle sobre o território. A integração era irrevogável, ficando os municípios e as comunidades locais sem chance de recusarem-se à incorporação. A nova colonização mudou o papel de Diamantino na região. Ele foi desmembrado em dezenas de novos municípios nos anos 1980 (BARROZO, 2007).

Essa unidade na língua e nos padrões brasileiros resultou de um processo continuado e violento de unificação política. O Estado Nacional aplicou força deliberada na supressão de toda identidade étnica discrepante e opressão a toda tendência virtualmente separatista. “A luta pela unificação potencializa e reforça, nessas condições, a repressão social e classista, castigando como separatistas movimentos que eram meramente republicanos ou anti oligárquicos” (RIBEIRO, 1995, p. 23).

---

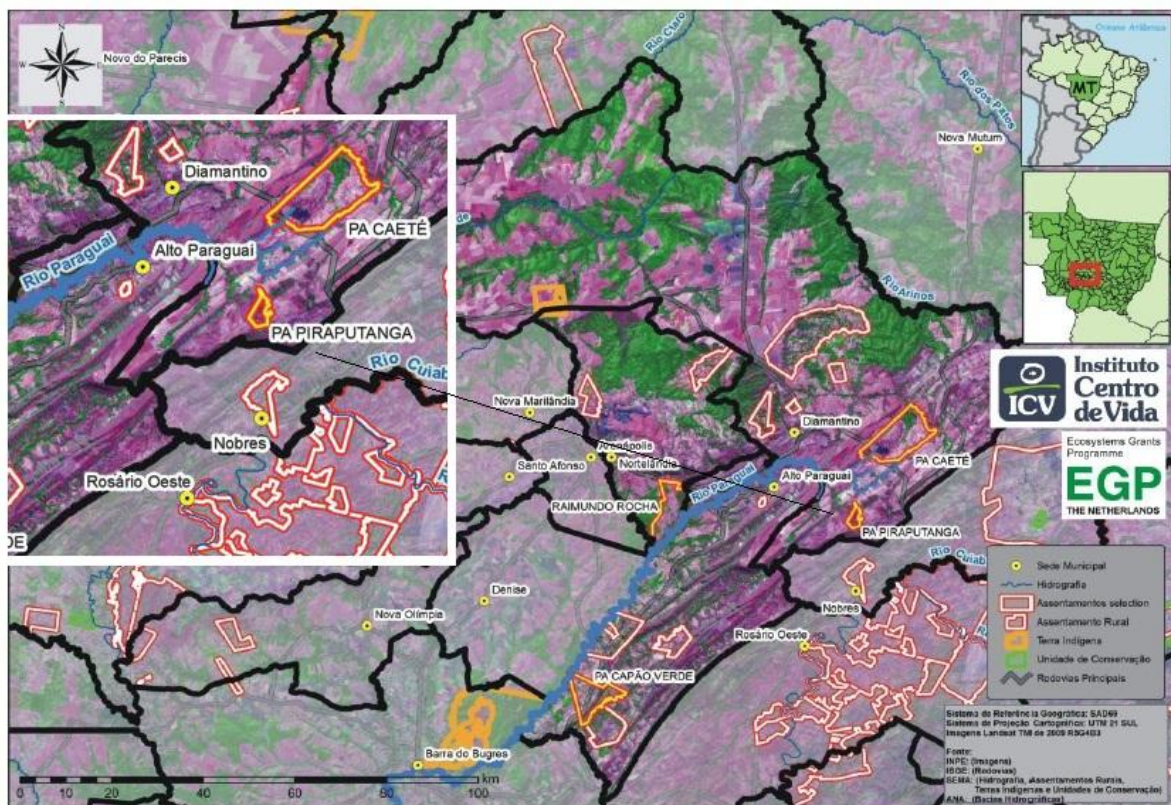
14 Antu e João Bocage são dois dos moradores mais velhos da Peraputanga, há uma lista, em seguida, com nomes e apelidos dos principais narradores, que muito contribuíram para a composição deste estudo.

Atualmente, os grandes projetos agropecuários do complexo carnes-grãos instalados em Mato Grosso voltam-se para o cultivo de grãos; dentre eles soja, milho e arroz, além do algodão. Eles utilizam tecnologias avançadas, destacando-se, entre outros, maquinários, adubos, agrotóxicos e sementes modificadas geneticamente, sem dizer da armazenagem da produção.

## 6 A REGIÃO

O Projeto de Assentamento Peraputanga se localiza num divisor de águas. O rio Paraguai nasce ao norte, já fora da área da Peraputanga. As nascentes do rio Peraputanga e do Paraguai nascem a apenas seis quilômetros uma da outra, mas, devido aos caprichos do relevo, encontram-se somente 400 quilômetros depois. Uma elevação montanhosa separa a área das nascentes do Paraguai da comunidade em estudo.

Figura5 - Municípios da bacia do Alto Paraguai



Fonte: Instituto Centro e Vida (2010).



Figura 6 - Rio Paraguai no município de Alto Paraguai



Nota: Foto do autor.

Por causa desse relevo, as águas do rio Peraputanga, que dá nome à comunidade, correm para o rio Cuiabá.

O rio Cuiabá localiza-se na margem esquerda do Rio Paraguai, na porção central da América do Sul. Sua bacia está compreendida entre 14° e 17° de Lat. Sul e 53° e 57°50' de Long. W, drenando uma área estimada de 100.000 km<sup>2</sup>, o que significa cerca de 20% da bacia do Alto Paraguai. Da cabeceira à foz, abrange cerca de 828 Km, percorridos em sua maior extensão na direção Norte-Sul, mudando para Leste-Oeste, no curso inferior (SILVA; FERNANDES, 1995, p. 19).

O Cuiabá deságua no rio São Lourenço e este, por sua vez, no Rio Paraguai, já no Pantanal. O Rio Paraguai é de fundamental importância para o Brasil e para os países que banha: a Bolívia e o Paraguai. Em tempos de expansão colonial, serviu de entrada para a navegação e penetração no centro da América do Sul (FERREIRA, 2011).

O rio é o mais importante do Pantanal e nasce no município de Diamantino. Suas nascentes se espalham por Alto Paraguai e Nortelândia. Nasce de inúmeras veredas e não de um único ponto, como uma fonte. Essas nascentes formam o rio Paraguai e o fazem tomar corpo. Toda essa área é importante porque dela minam as águas que vão para a bacia do rio Paraguai, ao sul, e também para a bacia Amazônica, ao norte. A região é conhecida por ser o divisor de águas das bacias referidas.

O rio Paraguai é um dos mais importantes rios de planície do Brasil. Até a sua confluência

com o rio Paraná, na fronteira do Paraguai com a Argentina, ele percorre 2.621km, desses, 1.683km em território brasileiro. Os principais tributários do rio Paraguai são os rios Jauru, Cuiabá, São Lourenço, Piquiri, Taquari, Negro, Miranda, Aquidauana, Sepotuba e Apa.

Diamantino está numa região de vegetação com características do Cerrado, com algumas espécies do bioma Amazônico. Para o geógrafo Aziz Ab'Sáber,

[...] o domínio dos cerrados, em sua região nuclear, ocupa predominantemente maciços planaltos de estrutura complexa, dotados de superfícies aplainadas de cimeira, e um conjunto significativo de planaltos sedimentares compartimentados, situados em níveis que variam entre 300 e 1.700 metros de altitude (AB'SÁBER, 1981, p. 45).

A sua distribuição abrange os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, a região sul de Mato Grosso, o oeste e norte de Minas Gerais, o oeste da Bahia e o Distrito Federal. Estende-se em direção ao norte do país, alcançando o centro-sul do Maranhão e norte do Piauí, para oeste, até Rondônia. Existem ainda fragmentos desta vegetação em São Paulo e Rondônia (MMA, 2005).

Este bioma abriga cerca de 6 mil espécies de plantas lenhosas e mais de 800 espécies de aves, agregadas a uma variedade de peixes, abelhas e outros invertebrados. Gramíneas são mais de quinhentas espécies, na maioria, endêmicas. Essas têm perdido espaço para os capins exóticos utilizados na formação de pastagens para a pecuária.

Apesar de apresentar uma vegetação com copas de árvores tortas, troncos e galhos revestidos por uma camada mais grossa e seca, trata-se de uma região rica em água subterrânea. O bioma Cerrado contém variações de paisagens, que vão desde o cerradão (árvores altas, densidade maior e composição distinta), passando pelo cerrado, este mais comum no Brasil central (árvores baixas e esparsas), até o campo cerrado, campo sujo e campo limpo (com progressiva redução da densidade arbórea). Ao longo dos rios há fisionomias florestais, conhecidas como florestas de galeria. Essa heterogeneidade abrange muitas comunidades de mamíferos e de invertebrados, além de uma importante diversidade de micro-organismos, como fungos, associados às plantas da região (MMA, 2005). O clima é tropical, com uma estação seca pronunciada e a topografia da região varia entre plana e suavemente ondulada, favorecendo a agricultura mecanizada e a irrigação.

O uso da palavra “Cerrado” para descrever a região é recente. Até os anos 1930, a extensa região eram os sertões, caracterizados por autores do pensamento social e pela literatura brasileira como interior (distante da costa), selvagem (eticamente povoado por indígenas), pastoril e extensivo (sem a civilização da agricultura), ambientalmente árido, desabitado. A partir da década de 1950, o Cerrado começa a ser descoberto e construído como um potencial agrícola, ocorrendo a inflexão semântica de sertão para cerrado, sobretudo com base em pesquisas pioneiras da Universidade de São Paulo (USP), que determinaram a presença de água como elemento diferenciador. No processo de modernização agrícola, que deslanchou a partir de 1970, o bioma

passa a ser visto como espaço a ser ocupado, domado, e modernizado pela tecnologia (MORAES, 2000).

O Brasil tem conseguido reduzir a velocidade do desmatamento da Amazônia e da Mata Atlântica, com dados demonstrados pelo Ministério do Meio Ambiente em relatórios trimestrais. Em alguns anos os índices sobem, mas existe a redução. No Cerrado, os dados são insuficientes para monitorar o desmatamento.

Em termos técnicos, poderíamos apontar uma série de dificuldades para o efetivo monitoramento da região, tais como a extensa área a ser recoberta por imagens de satélite com resolução espacial médio-alta (aproximadamente 276 cenas do CBERS - sensor CCD, 20metros), o longo período com ocorrência de nuvens (praticamente seis meses/ano), além da dificuldade inerente aos processamentos e diferenciação das fitofisionomias de Cerrado. Esta última, já abordada por inúmeras pesquisas, refere-se à forte mistura espectral presente em algumas classes de Cerrado e de uso da terra, tais como o Campo Limpo/Campo Sujo e a pastagem, o que dificulta a identificação dos desmatamentos (Ferreira *et al.*, 2007).

O trunfo da matriz energética do Brasil é tão relevante que o país que mais consome energia no mundo, os Estados Unidos, têm citado as soluções brasileiras como exemplo. Esses avanços de gestão são importantes, mas na totalidade não caracterizam uma dinâmica própria ao desenvolvimento sustentável. É importante reconhecer que o Brasil passou, nos últimos anos, por um processo expressivo de redução simultânea e inédita da pobreza e da desigualdade de renda. Esse aumento de renda gera consumo, que gera crescimento econômico e faz girar o chamado “ciclo virtuoso” econômico. A inclusão do consumo, entretanto, não caminha em direção à construção de uma sociedade com o uso mais racional de energia e de materiais, dissociando-se das soluções mais avançadas já em prática em diversos lugares do mundo.

## **7 A TERRA OCUPADA: Peraputanga**

O grupo de famílias do assentamento em tela, que aqui estaremos denominando de “comunidade”, começou de um jeito completamente diferente. Euzébio Lopes de Macedo, nascido em Nobres, em 1910, e falecido em 1988, em Diamantino, comprou a fazenda Peraputanga há 72 anos. Euzébio era vaqueiro de gado “alongado”, ou seja, de gado que vive em espaço não delimitado, sem cerca, em que as reses misturavam-se entre si e com as de outros fazendeiros, penetrando em meio ao Cerrado ou à capoeira. Euzébio, em 1932, mudou-se para a Fazenda Forquilha, em Diamantino, de propriedade de Marcílio Garcês.

Seus filhos contam que Euzébio participou da repressão à “revolta de São Paulo”, tendo lutado na região de Ponta Porã. Mais tarde, o estado de Mato Grosso foi dividido e o município de Ponta Porã passou a fazer parte de Mato Grosso do Sul. Nenhum dos moradores soube dar mais detalhes do confronto. Ao comparar com os dados históricos, concluiu-se que a “revolta” foi, na

verdade, a repressão à Coluna Prestes, movimento insurgente de militares que percorreu o interior do Brasil de 1925 a 1927. A Coluna é o momento culminante das revoltas tenentistas. Com seus 1500 homens, percorreu cerca de 25 mil quilômetros, atravessando 13 estados brasileiros, propagando a revolução e o levante da população contra as oligarquias (PRESTES, 1997, p. 97).

Voltando à Forquilha, Euzébio casou com Romana Maria, também natural do município de Nobres. Ainda na fazenda Forquilha, tiveram 3 filhos. Em 1940, Euzébio comprou a fazenda Peraputanga, de 333 hectares (um hectare é a área de 100 metros por 100 metros), no município de Diamantino. Para ficar com a área, Euzébio pagou durante anos com bois de canga, bezerros e cavalos. Já havia ali construções antigas e um sistema de abastecimento de água muito eficiente creditado ao trabalho dos escravos que lá viveram. A construção de canais de água era comum em Mato Grosso, como ilustra a pintura de Moacyr Freitas:

Figura 7 - Canais de Abastecimento de Água



Fonte: Moacyr Freitas (2000).

Nota: Em exposição no Palácio Paiaguás, Cuiabá, em 2013.

A partir do córrego Açude, foi escavado um canal que passa por todas as casas, aproveitando apenas o declive do solo. Quando Euzébio e Romana chegaram, o canal estava sem fluxo, com assoreamento em diversos pontos. Foi necessário reabrir o canal, envolvendo muitos braços. O sistema de abastecimento de água funciona até hoje, por gravidade.

Figura 8 - Um braço do canal vem da casa de Zebinho e Mariinha e segue para a casa de Renato e Eunice



Nota: Foto do autor.

Ainda nessa primeira década do século XXI, foram encontradas na região algemas, bolas de ferro e outros objetos que indicam não somente pessoas vivendo em um regime de escravatura, mas também na condição de encarcerados.

Na Peraputanga, Euzébio e Romana criaram os filhos que hoje moram com seus cônjuges:

<b>Filhos de Euzébio e Romana</b>	<b>Cônjuges</b>
Antônio ( <i>Antu</i> )	Alenir ( <i>Tututa</i> )
João ( <i>João Bocage</i> )	Edvirges ( <i>Pitita</i> )
Teobaldo ( <i>Birduca</i> )	Francisca ( <i>Chica</i> )
Renato ( <i>Nato</i> )	Eunice ( <i>Nice</i> )
Euzébio ( <i>Belo</i> )	Maria Auxiliadora ( <i>Mariinha</i> )
Plínia	João Rodrigues
Aquiles	Adelina ( <i>Toco</i> )
Maria da Conceição	Edevaldo Campos ( <i>Nonô</i> )
José Lopes (finado)	Eva Ferreira (viúva)
Umiliana (viúva)	Mora na cidade
Antônia ( <i>Santa</i> - finada)	Milton (mora em Nova Mutum)

Nota: Construção do autor.

Figura 9 – Luiz segura a foto dos avós, Euzébio e Romana



Nota: Foto do autor.

Os filhos deles também tiveram filhos e netos. Os irmãos Macedo, filhos de Euzébio, moram na vila familiar, uma clareira na mata, com casas, aparentemente dispostas de forma aleatória, mas ligadas pelo canal artificial que abastece os lares. Num olhar mais atento, percebe-se que a disposição das casas tende à forma circular. No entorno da vila, encontram-se as roças de banana e mandioca. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) costuma criar um espaço adensado de habitação chamado de agrovila. Depois que a comunidade foi transformada em assentamento, às vezes, os moradores também se referem à área de ocupação adensada como agrovila.

A organização de uma comunidade reduzida ao núcleo familiar é vista por Candido como um retrocesso social. Em seu estudo, casos assim aconteceram onde as relações de vizinhos foram desmanchadas, levando ao isolamento e à perda de sociabilidade de bairro, “[...] significando, não raro estado pré-anômico ou para-anômico” (CANDIDO, 1979, p. 221). Em seguida, ele afirma que “[...] é possível concluir que a emergência da vida familiar como unidade social representa uma regressão adaptativa, uma defesa dos padrões culturais pela redução às formas mais instáveis de convivência” (CANDIDO, 1979, p. 222). Apesar disso, é preciso considerar que Candido descreve relações de solidariedade vicinal entre pessoas sem parentesco. O compromisso entre os moradores do bairro se deve à ética da cultura caipira, elaborada durante anos para permitir a

sobrevivência dos indivíduos relacionada à vida social.

Durante as visitas a esta comunidade, somente na terceira vez revelou-se o parentesco entre outros moradores que não têm consanguinidade com a família Macedo. Vieram da comunidade vizinha do Buritizal que era parecida com a Peraputanga, com casas de palha ou sapê, roças de toco e trabalho coletivo (muxirum). De lá vieram quatro dos atuais moradores da Peraputanga e que pertencem à mesma família. Eva, Galego e Alcides são irmãos, Mariinha e Toco são sobrinhas deles. Eva é viúva de Zeca Macedo; Toco, esposa de Tide Macedo, Galego é solteiro e Alcides, casado com Clarice, prima de 2º grau dos irmãos Macedo. Além disso, existem dois mineiros com parentesco. Uma é Maria, casada com Luiz, que está em Mato Grosso desde os doze anos de idade e o outro é João Rodrigues, casado com Plínia. João é tio de Maria e Plínia, tia de Luiz. Por isso, Maria e Luiz chamam ambos de tios.

Na forma tradicional de vida rural na Peraputanga todos trabalhavam nas tarefas domésticas ou agrárias. Há divisão de trabalho por gênero, e havia muito a se fazer todos os dias, já que toda a comida era produzida na própria fazenda. “Só comprávamos o sal, porque até o açúcar era feito aqui”, afirma Plínia Macedo, filha de Euzébio. Seu Antu (Antônio Lopes de Macedo), também filho de Euzébio e Romana, conta que cultivam nas matas até hoje. “Fazemos roça de toco, a mata não atrapalha nada”.

Figura 10 - Renato Macedo num pedaço da roça com banana, mandioca, mamão e tocos queimados



Nota: Foto do autor.

Nesse modo de roçado, é queimado um pedaço da mata e os agricultores plantam entre os tocos queimados, aproveitando as cinzas e matéria em decomposição como aditivos de fertilidade do solo (ANDRADE, 2003). A herança indígena apontada por Candido (1979) e Ribeiro (1995) parece se fazer presente no assentamento, conforme aponta o relato de Renato Lopes de Macedo, um dos 7 filhos, dentre os homens, de Euzébio e Romana, ao retratar o modo como processava a colheita do feijão, “[...] nós batia o feijão num compasso só, quando batia o pé batia a vara, igual a índio”.

Fora da área da casa a gente planta banana, mandioca, cana... No momento tá plantando pouco. Antes a gente plantava feijão, milho, abóbora, melancia, cana. Plantava todas quanto eram essas verduras. Só comprava sal. Meu pai fazia tudo, nós fazia. Até açúcar nós fazia. Se plantava de tudo mesmo, a gente tinha muita fartura (Antu).

A floresta é importante fonte de matéria orgânica para a roça, da forma que é praticada na comunidade, dada à rusticidade das condições técnicas de que dispõe. O cultivo em áreas de floresta é mais fácil que em áreas de campo aberto; retira-se da mata e das águas, através da caça e da pesca, parte importante da proteína animal consumida (ANDRADE, 2003). Para Candido (1979), a agricultura extensiva, itinerante, foi um recurso para manter o equilíbrio ecológico, para ajustar as necessidades de sobrevivência à falta de técnicas capazes de proporcionar rendimento maior a terra. A necessidade de mudar sempre para formar uma nova roça, para construir uma nova casa, traz uma característica que nos parece contraditória: a permanência da cultura caipira com poucas transformações por mais de dois séculos. Mudar sempre para continuar sendo como é.

Figura 11 - Cajueiro, babaçus e casas espaçadas em meio à grama bem aparada por cavalos



Nota: Foto do autor.



Para a manutenção do modo de vida foi fundamental o isolamento de outros grupos e as grandes necessidades sofridas. As necessidades têm caráter natural, mas logo adquirem caráter social,

[...] pois se sua manifestação primária são seus impulsos orgânicos, a satisfação destes se dá por meio de iniciativas humanas que vão se complicando cada vez mais, e dependem do grupo para se reconfigurar. Daí as próprias necessidades se complicarem e perderem em parte o caráter estritamente natural para se tornarem produtos da sociedade. (CANDIDO, 1979, p. 29).

O trabalho coletivo, característico da cultura caipira (CANDIDO, 1979), se desenvolveu na forma de mutirão, conforme apontado por Euzébio Filho, o mais novo dos irmãos. Ele conta que já houve tempos de grandes roças de arroz, em que o trabalho de todos possibilitava “[...] tirar quarenta sacas de arroz de uma só roça”, em um único dia. O arroz era estocado para o consumo da família no restante do ano. A forma de estocagem compreendia uma grande cesta quadrada, na qual os grãos eram dispostos em camadas alternadas com folhas de bananeira e cinza. Dessa forma, evitavam o caruncho.

Os sete filhos masculinos de Euzébio e Romana tiveram passagens nos garimpos de Alto Paraguai e Diamantino. O tempo de permanência de cada um no garimpo foi variado - no capítulo *Mudanças* essa experiência com ouro e diamante será retomada. Houve momentos em que apenas um dos homens estava na Peraputanga. Tide (Aquiles Macedo), o penúltimo filho, contou que ficou sobrecarregado de tarefas enquanto os irmãos estavam no garimpo. As roças diminuíram, mas ainda assim, seu pai mantinha “camaradas” pagos para a colheita e o plantio. Durante seis meses, todos os sábados, Tide ia sozinho a Alto Paraguai com quatro burros carregados de farinha. A jornada começava às dez da manhã e ele só retornava a uma da madrugada, por estradas que cortavam pastos e matas.

Para coletar e transportar os produtos da roça eram confeccionados cestos de diversos tipos, em sua maioria, da palha do babaçu, abundante na região. Apá, peneiras, chires, diversos trançados de palha eram elaborados por Euzébio e Romana. Os homens aprendiam a cestaria da roça: balaios rápidos de trançar, com folhas verdes, para o trabalho rústico. As filhas mulheres aprendiam mais sobre cestaria e sobre cerâmica. A cerâmica era praticamente um conhecimento de exclusividade feminina. Romana era exímia ceramista de potes, panelas e fornos. Segundo Plínia, cada objeto tinha o ponto certo da argila. Ainda hoje há objetos confeccionados por Romana, em algumas casas..

Também era tarefa predominantemente masculina a construção de taipa: colunas de aroeira, vigas de pindaíba, cobertas com folhas de babaçu. Na cumeeira, a palha era trançada com mais cuidado: o capelo garante a emenda com mais segurança contra a chuva. Até hoje o telhado das casas, mesmo com telhas de amianto, tem o alto trançado de babaçu.

Durante muito tempo, como aponta Antonio Candido, em *Os Parceiros do Rio Bonito*, a pecuária acontecia sem cerca e sem pasto plantado. O gado pastava o capim nascido nas derrubadas da mata ou o pasto nativo do Cerrado. Sem cerca, a forma de certificar o proprietário de um animal era a marca das iniciais, feita em ferro quente. Ou se seguia esse procedimento ou se optava pela palmatória: um furo na orelha do animal com a forma do objeto. Para laçar, o vaqueiro precisava de velocidade e habilidade.

Meu pai criava um pouco de gado. Nesse tempo era gado todo na larga aí. Nem cerca tinha naquela época. Pastava no cerrado, não tinha pasto. Diferenciava o gado de um fazendeiro e outro só no ferro. Depois que eu comecei a criar não era mais assim. Naquele tempo era só as letras do nome. Fazia palmatória: um buraco na orelha no formato da palmatória. Quando comecei a criar gado já foi com cerca. Ainda marco o gado (Euzébio Filho).

Os meninos treinavam o laço desde pequenos em tocos de árvore, a seguir em bezerros. Quando tinham tamanho suficiente, perto dos 8 anos de idade, começavam a ajudar. Com o gado “alongado”, o cuidado se resumia em cuidar de vacas que iam se reproduzindo, em trazer as lactantes para perto da casa e capturar outras para a venda ou abate.

A carne de gado era manteada, salgada e fazia aquelas “varalzadas” de carne. Quando manteava um boi, manteava toda carne. Minha avó e meu avô sabiam destrinchar aquilo, que quando matava e esfolava, já ia tirando uma manta de carne que chamavam de manta grande. Fazia um tendal pra fora e secava as carnes no Sol. Depois de enxugar, traziam pra dentro e continuava pendurada. Naquele tempo não tinha as moscas que têm hoje, as varejeiras. Secava as carnes e ficava toda a vida sem ter essas coisas. O porco, nosso pai engordava os capadão grande. Era mais de um palmo só de toucinho. Botava em latão de querosene, enchia de carne com banha. Tampava ela e a banha ficava em cima da carne. Podia ficar ali e tirava pra esquentar e comer (Antu).

A fazenda era caminho de tropeiros que, saindo de Cuiabá, levavam mercadorias, no lombo de burros, para Diamantino. Também era passagem de mascates que ofereciam tecidos, painéis de alumínio, ferramentas e demais objetos que a família não conseguia produzir. Antes da ida da família Macedo para a Peraputanga, um produto determinava a interação social entre as comunidades.

O sal, que simbolicamente tem representado o timbre que define cada coisa, foi na cultura caipira um dos fatores principais de sociabilidade intergrupala, levando os indivíduos e agrupamentos mais arredios, a contatos periódicos com os centros de população (CANDIDO, 1979, p. 54).

Comitivas de boiada eram as visitas mais frequentes. Estas pousavam na vila que hoje é formada pelas casas da família que descendem de Euzébio e Romana Macedo. Os acampamentos eram curtos, duravam do fim de tarde até a manhã seguinte. Lá jantavam e faziam o desjejum matinal com café feito no fogo de chão. Geralmente oito homens compunham uma comitiva de boiada, cada um com sua função. O ponteiro era o peão com mais experiência e ia à frente da

boiada, indicando o caminho e tocando o berrante. Na corneta feita de chifres eram tocados diversos sinais que podiam servir para acalmar a boiada, ordenar aceleração ou parada. Nas laterais, seguiam os rebatedores, impedindo que o gado se espalhasse para os lados. Os peões de culatra tocavam a boiada pela retaguarda e alguns desses ainda buscavam as reses mais lentas, aquelas com dificuldade de andar ou com bezerros pequenos.

Durante o pouso na comunidade nada era cobrado. Os homens armavam acampamento em redes e comiam da comida das casas. Rara vez, se deixava um agrado de troca. “Era até feio falar em dinheiro, receber bem era uma satisfação”, conta Renato Lopes de Macedo, de 71 anos. “Se ouvia de longe o berrante, a meninada corria toda pra acompanhar a comitiva. Os mais velhos esperavam chegar à frente da casa pros vaqueiros contarem as novidades”.

As festividades eram outra rotina da comunidade. Uma recorrente era a Festa do Divino, que costumava acontecer em maio, na localidade de Peraputanga e se prolongava por dias, até que todas as comunidades rurais fossem visitadas pelos brincantes do Divino. A fazenda Forquilha é vizinha da Peraputanga e continha um grande número de moradores. De fato, várias sedes de fazendas eram constituídas da casa principal, da capela, das casas de parentes (avós, tios, primos, sogros) e das casas de “camaradas”. A população dos arredores de Diamantino era mais distribuída que a de atualmente. Por isso, era possível aos brincantes da Festa do Divino circular pelas fazendas pedindo oferendas e alimento. A distância entre as sedes de fazenda permitia o deslocamento a pé, com a duração de até meio-dia de caminhada. Somente com a descrição dos personagens em trânsito foi possível compreender o entorno da comunidade Peraputanga nessa fase, antes das cercas.

Nas conversas, os narradores deixaram claro que o santo celebrado era determinado pelo festeiro. Este é devoto de um santo e assume o compromisso de festejá-lo na data oferecida ao padroeiro. O compromisso é de oferecer comida e música durante a véspera e o dia do santo. Na fazenda Forquilha, onde Euzébio e Romana casaram, a santa celebrada era Nossa Senhora da Conceição, cuja data de celebração é o dia 8 de dezembro. Quem oferecia a festa era Maria Ribeira, que segurou a comemoração até a sua morte.

Na Peraputanga, Pai Neco, avô materno de Antu e seus irmãos, se tornou o festeiro. Sua devoção era por São João e a ele oferecia a festa nos dias 23 e 24 de junho. As pessoas chegavam de várias comunidades no entorno e havia comida para todas. Matava-se uma rês e fazia-se uma panelada de carne cozida somente com alho e sal, o afogado, acompanhado principalmente de mandioca e arroz. Apesar de a festa ter caráter religioso católico, nem sempre era possível contar com um padre presente. A pintura de Moacyr Freitas retrata a festa de Bom Jesus, tradicional na Baixada Cuiabana. Segundo os moradores da Peraputanga, as festas não se diferenciavam de um santo para outro, apenas a bandeira do santo mudava.

Figura 12 - Senhor Bom Jesus de Cuiabá



Fonte: Moacyr Freitas.

Nota: Em exposição no Palácio Paiaguás, Cuiabá, em 2013.

O momento religioso de mais concentração era guiado pelo capelão que entoava a ladainha respondida por mulheres. Esse momento não é acompanhado de instrumentos, somente por vozes em tom de lamento. Depois vinham os cururueiros, tocando cururu em violas de cocho e mojo. A parte profana da festa era sempre a mais longa, varando a noite em cantoria e dança. A viola caipira de dez cordas e as modas do que ficou conhecido como “estilo caipira” chegaram depois, com a interferência do rádio. Junto com a viola caipira também vieram sanfona e pandeiro.

Depois da ladainha e antes do cururu era servido o afogado. A cantoria era acompanhada de cachaça. “Bem cedo”<sup>15</sup> era servido o biscoito de fubá com chá-mate da planta nativa. Só depois de amanhecer era servido o café da manhã com pão caseiro, melado e café. Não raro, o afogado voltava a ser servido também. Depois do almoço do dia seguinte os visitantes iam embora. Os mais próximos continuavam a festar na comunidade até o fim do dia.

A presença de um padre era um evento anual que precisava ser bem aproveitado, por isso se realizavam casamentos, batizados, confissões, tudo em um único dia. Quem queria casar ou batizar crianças precisava se apresentar na comunidade visitada pelo vigário. A curta temporada se devia à missão de visitar todas as localidades distantes para que ninguém ficasse “esquecido por Deus”, como disse Clarice. O padre chegava ao final da manhã ou no começo da tarde, realizava sua missão até a noite e partia no dia seguinte.

<sup>15</sup> Bem cedo é uma expressão frequente para se referir aos momentos antes do amanhecer, quando o céu ainda está escuro, variando o horário com as estações.

A descrição das festas de santo e das visitas dos padres foi bem próxima nas narrações de Antu, Renato, Xandozinho, Alcides e Clarice. A festa de São João ainda acontece na Peraputanga, mas como disseram os mais velhos, em tom de reprovação, “tá muito mudado”. A ladainha não acontece mais, mesmo pedindo que rememorassem, os festeiros disseram que não lembravam. Interpretei a negativa como possível recusa de invocar os santos somente para exibição. Renato Macedo chegou a iniciar a cantoria, mas disse que não conseguia lembrar sozinho.

“Aqui a festa é fraquinha agora, como se vê. Tem missa, tem as brincadeiras de pescaria, quadrilha, comes e bebes. Fazem bolo de milho. Come um bolinho, bebe um quentão e dança um bailinho” (Tide). Atualmente, a festa acontece quando o padre está disponível, considerando os seus compromissos com os eventos da cidade e das escolas. Para não coincidir com as outras comemorações e perder público, a festa na comunidade se adéqua ao ritmo de outras localidades. Passaram a chamar de festa junina, que pode ser adiada até julho ou agosto e virar festa “agostina”. Com isso o dia do santo agora não é mais importante que a agenda oficial do município. Já que a data não é mais importante, perguntei se o santo pode ficar ofendido em ser desprestigiado. Dona Clarice respondeu parecendo não dar muita importância: “deve ficar”.

A partir do tema místico fiz perguntas sobre benzedoras, parteiras e rezas. Apesar das orações serem parte natural do trabalho das parteiras, esse não é considerado um trabalho religioso em essência, sendo conferido mais o valor prático da habilidade do divino a essa função. A principal referência, apontada por outros narradores, com domínio de benzeção foi Alcides, 71 anos (1946). Nascido e criado na comunidade vizinha do Buritizal, Alcides viveu em outras cidades ao norte de Mato Grosso. Já depois dos 50 anos voltou à Peraputanga, onde tinha amizades antigas e passou a morar na comunidade.

Alcides, ainda jovem, foi acometido por cobreiro - Herpes-zóster (AMINOFF, 2008, p. 837), uma infecção que atinge os nervos e causa erupções na pele. A forma tradicional de tratar a doença é a bênção (ou benzeção). Um senhor do Buritizal foi até a casa de Alcides e “cortou” o cobreiro. Aproveitando a visita, a mãe de Alcides pediu que o benzedor ensinasse ao seu filho. “Mas benzedor forte mesmo aprende com uma mulher e mulher pra benzer bem tem que aprender com homem”, afirma Clarice, sua esposa. Uma reza forte pode benzer uma pessoa ou até uma vaca à distância. Só é preciso dizer o nome do vivente e a direção em que este se encontra. As cobras de um terreno ou as lagartas do feijão também podem ser expelidas por quem é bom benzedor.

Viver no Cerrado era também viver do Cerrado. Os animais, as frutas e os peixes compunham parte importante da alimentação, mas também dos mitos, dos medos, da explicação do mundo. A comunidade tem nome de peixe, que dá nome ao rio que passa pela propriedade. Peraputanga ou piraputanga (*Brycon reinhardti*) é um peixe comum na Bacia do rio Paraguai que chega a pesar três quilos, quando adulto, e mede 50 centímetros (ZUNTINI *et al.* 2004)

Figura 13 - Peraputanga (ou piraputanga, também chamado de pera, na Baixada Cuiabana)



Foto: Sérgio Veludo (2007).

Pescar é uma atividade produtiva aprendida cedo, como conta Euzébio Filho: “Pescava com meus irmãos mais velhos. O melhor era Teobaldo, depois ficou Aquiles. Esse é o campeão do anzol. Aprendi a pescar com eles. Nessa época a gente fazia ceva, naquela época era muito peixe”. De acordo com Candido (1979, p. 169), “[...] este conjunto de circunstâncias favorecia tanto o melhor ajustamento ecológico possível a uma situação alimentar medíocre, quanto a integração social mais plena”.

A caça já foi parte importante na dieta da comunidade. Os mais velhos contam orgulhosos sobre caçadas e o conhecimento que possuem do hábito de cada animal.

A melhor caça é a paca (*Agouti paca*). Mas não tem mais, só pra ver porque não pode mais. Cotia é o que mais tem, não se importa com cachorro nem galinha. As cotias ficam em volta do cocho. Eu gostava muito de caçar veado campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*), aquele era gostoso. Ontem mesmo eu vi um veado campeiro perto do seu Valdir. Eu caçava na trilha mesmo, à espreita. Aprendi a caçar com meus irmãos. Antu era dos bons, aprendi com ele também. Veado campeiro era bom caçar sozinho, se não assusta ele. A paca é bom caçar em turma, porque ela cai na água e um vai com a zagaia. Porcão (*Tayassu pecari*) nunca veio aqui pra morar. Só passageiro. Pintada (*Pantera onca*) também, só passageira, as vermelhas (*Puma concolor*) tem. Se achar não pode deixar porque ela come a nossa criação. Um dia desses vi as fezes de uma com pelo branco. E é de bezerro (Tide).

Existe em vigor, atualmente, um acordo de caçar somente para complementar a alimentação ou para defesa das roças. Adiante, o manejo da caça será abordado.

Para cada um dos conhecimentos parece haver um especialista na comunidade, Tide é o pescador, Antu o garimpeiro, Zebinho o pecuarista, Renato o cantador e roceiro, João Bocage o instrumentista, Eva a rezadeira, Alcides o benzedor e assim os mais habilidosos tornam-se referência no conhecimento que melhor dominam. A maneira caipira de ser preza pelas relações

sociais considera esse campo tão importante quanto o econômico ou o religioso. Na verdade esses três campos são um só e, por isso, a relação com os vizinhos, mais ainda sendo parentes, é mantida com rituais rotineiros de gentileza.

João Rodrigues, marido de Plínia, descreveu sua sogra, Romana, com carinho e admiração. Segundo ele, Romana ia todos os dias na casa de cada um dos parentes e dos agregados. Nesse roteiro ela se informava das notícias, do andamento da vida de cada um e procurava saber das necessidades. Romana e Euzébio exerciam uma liderança compartilhada da comunidade. Ele escolhia o que produzir, planejando o abastecimento da comunidade. Ela gerenciava conflitos, providenciava comida para quem estivesse desabastecido e prezava pela harmonia do grupo. Sobre os últimos anos de Euzébio, Xandozinho contou:

Conheci seu Euzébio. Era um velhinho forte, trabalhador que ele era, mas aí ele ficou assim meio ruim da ideia. Não sei se foi de tanto ele ler Bíblia que enfraqueceu o cérebro dele. Dava uma raiveira nele, a gente chegava lá e ele já não ligava quem era (não reconhecia) (Xandozinho).

Essa forma de ajuda mútua se manteve na ausência do casal, apesar de muitos queixarem-se de que já não é mais como antes. Mas observa-se o café sempre pronto na garrafa térmica, ou biscoitos fáceis de serem oferecidos em todas as casas. A prioridade é que sejam servidos esses itens, certamente porque são comprados ou elaborados e demonstram mais envolvimento com os produtos, mas na falta destes, as frutas também são ofertadas ao visitante. Durante as entrevistas, era frequente a chegada de mais alguém para uma conversa.

As novas formas de liderança são descritas a seguir.

## 7.1 Mudanças

Pode-se dizer que o modo de vida descrito até aqui, sobre os camponeses da Peraputanga, sofreu mudanças muito mais lentas se comparadas as que começarão a ser descritas a partir de agora. Essa época de papéis sociais divisados com rigor, definidos por gêneros e costumes, que chamaremos de período tradicional, sofreu muitas mudanças ou transformações no início da década de 1970, com a instalação das cercas de arame. Tais cercas mudaram a geografia, o uso da terra e as relações entre as famílias.

Antes das cercas não havia a preocupação com o pasto, o gado circulava solto, se alimentando de arbustos, frutas e das gramíneas nativas do Cerrado. No trabalho no campo, a lida com o gado não é um trabalho individual, necessita de um grupo de homens para cercar os animais, para conduzi-los ao destino, e que trabalhem de forma coordenada e imbuída do sentimento cooperativo. A lida com o gado era de responsabilidade e domínio dos homens. Somente a ordenha

e os serviços que a envolvem (apartar os bezerros das mães, limpar baldes, amarrar pernas das vacas) eram compartilhados entre homens e mulheres. Os homens montavam os cavalos, perseguiram os bois e os laçavam para o abate. Com a área de permanência do gado definida pelos obstáculos, cada dono precisou suprir com a pastagem que bastasse para seu rebanho, dispensando a maior parte do trabalho a cavalo.

Com as cercas e o pasto plantado, a responsabilidade de providenciar alimento para o gado passou a ser do dono da terra, não somente da natureza. As comitivas foram escasseando até não existirem mais. O transporte passou a ser feito em caminhões de gado, eliminando um ritual agradável aos moradores que era o de receber os vaqueiros.

As cercas não só mudaram a lida com o gado, mas promoveram a divisão da fazenda entre os irmãos. Foram definidas as áreas de posse dos que trabalhavam da terra. Antu e João Bocage, os mais velhos, moravam na cidade de Diamantino e por isso não estavam incluídos, num primeiro momento, na partilha. A vacada das fazendas em volta misturava-se, sendo diferenciada somente pelo couro marcado a ferro. Com as cercas, cada irmão passou a ter um número definido de cabeças de gado. O rebanho da fazenda era um só, mas, a partir da nova configuração, nem as reses dos irmãos pastavam no mesmo pasto. “Tenho 105 hectares. Crio um pouquinho de galinha e gado em um pouco de pasto, uns 10 hectares. Ainda tá tudo cru de cerradão e mata. Tenho 15 cabeças de cria (corte) pra vender bezerro de gado branco” (Euzébio Filho).

Isso implicou a adoção de procedimentos e relações totalmente diversas daquelas até então adotadas como o cercamento das terras, a remodelação completa da estrutura das fazendas do entorno, a modificação do sistema de manejo dos animais. Soma-se a isso, o fato de já haver na região alguns comerciantes adquirindo terras, com o intuito de desenvolver criação da pecuária comercial.

A mobilidade é limitada pelo sistema de propriedade – agora legal – e pela densidade demográfica. A dependência crescente em relação ao mercado junte o homem rústico a outras esferas de influência; o incremento do trabalho agrícola reduz ao máximo a margem de tempo disponível para as atividades de coleta, caça, pesca e exploração (CANDIDO, 1979, p. 177).

Leve-se em conta ainda, o fato dos proprietários das terras não possuírem a documentação dentro dos requisitos legais e de serem imprecisas as delimitações de suas áreas, e que por certo facilitou a ação de “grileiros”, além de proporcionar a desagregação dos vínculos sociais e familiares por motivos de disputas pela terra.

No entorno da Peraputanga encontra-se predominantemente a pecuária de gado. No entanto, é crescente a área de agricultura mecanizada de sorgo, milho e soja nas fazendas de Diamantino. Tangará da Serra é um município onde o agronegócio, mecanizado e encadeado com as *trades* de distribuição, está bem consolidado e se localiza a 143 quilômetros de Diamantino. O modelo de



desenvolvimento de Lucas do Rio Verde e Sorriso, cidades de economia baseada na agricultura mecanizada, é considerado o ideal para o atual governador do Estado de Mato Grosso.

Em entrevista cedida à imprensa, em maio de 2012, durante a realização do VI Congresso Brasileiro de Soja, tive a oportunidade, como assessor de imprensa, de perguntar ao governador de Mato Grosso, Silval Barbosa, se o sistema de produção desenvolvido em Lucas do Rio Verde e Sorriso é o modelo de referência para todo o estado. “Não só para Mato Grosso como para todo o Brasil, tenho certeza de que temos as melhores soluções para os problemas da agricultura brasileira”, disse o governador. Os municípios considerados “modelo de produção” localizam-se a 214 e 277 quilômetros de Diamantino, respectivamente. Distâncias pequenas, atualmente em Mato Grosso.

## 7.2 Reforma agrária

Nas cabeceiras do rio Paraguai, segundo o superintendente Regional do Incra, Valdir Barranco, em entrevista por telefone, os assentamentos têm em média 25 anos. Em Diamantino, o assentamento Caeté conta com lotes de 50 hectares e Peraputanga com de 105 hectares. O nascimento do Incra em Mato Grosso é marcado pelas concessões da colonização e da reforma agrária. O papel de ocupar o estado foi repassado a empresas, as colonizadoras.

Nas décadas de 1970 e 1980 foram implantados 88 projetos de colonização por 33 empresas que se cadastraram junto ao INCRA. Foram ocupados 3,25 milhões de hectares por aproximadamente 20.000 famílias de colonos, a grande maioria vindas do Sul do Brasil e em geral adquiriam lotes maiores de 100 hectares. Neste processo muitas comunidades indígenas foram dizimadas e deu-se origem a muitos novos municípios. Em 1970 o estado tinha apenas 34 municípios, este número era de 95 em 1990. (LAMERA, FIGUEIREDO, 2008 p. 6).

Segundo Gislaíne Moreno (2007), a história das titulações agrárias e posse de terras em Mato Grosso foi marcada por políticas que favoreceram os grandes proprietários. "Após o fim da era Vargas, em 1947 assume Mato Grosso o governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, que buscou por em prática o sistema de colonização intermediado por empresas particulares" (MORENO, 2007). Com a criação do Incra, no ano de 1970, muitas áreas do estado de Mato Grosso foram passadas para o domínio federal, tendo o Incra sob seu domínio, mais de 60% das terras mato-grossenses. Este órgão passou a ser o responsável pelas terras devolutas e a dar destino às mesmas segundo as diretrizes do Estatuto da Terra.

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender

aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade (BRASIL, 1964).

A lei é avançada para a época e ainda hoje tem um caráter democratizador, ao dispor sobre o cumprimento da função social da propriedade, que inclui, além do conceito econômico de produtividade, o respeito ao meio ambiente, à legislação trabalhista e ao bem-estar social, sob pena de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

O Estatuto da Terra define três categorias de propriedade: minifúndio, latifúndio e empresa rural, esta última isenta de desapropriação por cumprir a sua função social ao contrário das duas primeiras. Os minifúndios (imóveis rurais com área inferior ao módulo rural) deveriam ser lembrados por serem antieconômicos e os latifúndios redistribuídos, sendo que estes poderiam ser latifúndios por exploração ou por dimensão. O latifúndio por exploração corresponde à propriedade com área entre um e 600 módulos rurais que não cumpria a sua função social e o latifúndio por dimensão seria todo imóvel com área superior a 600 módulos rurais, independentemente se cumprisse ou não os demais requisitos da função social, já que acima deste limite a propriedade era considerada antissocial.

Promoveu-se a distribuição de terras para colonização oficial e particular, e todas as estratégias de colonização faziam parte da estratégia de povoação da Amazônia. O principal instrumento do Incra para reforma agrária foi a regularização fundiária. Foram expedidos muitos títulos definitivos e licenças de ocupação. Em 1986, com a criação dos programas de reforma agrária nacional e regional, observou-se o fim das regularizações fundiárias, que vinham ocorrendo de forma desenfreada e beneficiando grandes proprietários rurais, e o acontecimento das primeiras desapropriações de terras. Até então, a colonização e reforma agrária ocorriam somente em terras públicas (LAREDA, 2008).

Quando famílias são assentadas, o Incra cria um Projeto de Assentamento que só deve ser consolidado (deixar de ser projeto) depois de averiguada a permanência dos agricultores e a sua viabilidade econômica. As famílias, quando assentadas, devem receber o título de posse do lote da reforma agrária. Depois de consolidado o assentamento, as famílias devem receber o título de propriedade. Juridicamente, no Brasil, “posse” denota direito de uso e ocupação, alguém só é dono de um imóvel se tiver a “propriedade” deste.

Esta situação gerou disputas conflitivas, a exemplo do município de Jauru, no vale do rio Guaporé.

Há indícios de que, só no ano de 1986, cerca de 15 camponeses foram assassinados em função do conflito pela posse da terra naquela área. Computados os mortos anteriormente, chega a mais de duas dezenas o número de baixas de camponeses em Mirassolzinho. Isso sem falar na morte de jagunços, pistoleiros e policiais (LEITE, 2008).

Em 1982, o agricultor Henrique Trintade foi assassinado no processo de ocupação e

resistência da fazenda Capão Verde em Alto Paraguai, tornou-se um símbolo de luta pela terra em Mato Grosso.<sup>16</sup> A família de Maria ocupava um lote na comunidade Tira Sentido nessa época, mas decidiu mudar para Diamantino com medo de novos posseiros. É nesse contexto de violência nos municípios da região que a fazenda da família Macedo é transformada em assentamento.

Ainda nos anos 80, com a posse da Peraputanga sendo ameaçada por grileiros, Renato Macedo procurou o Incra em busca de um título de propriedade. O documento que existia até então era uma declaração de posse. Mas não era só isso, a posse compreendia uma área muito maior que a indicada no documento. A fazenda comprada compreendia 333 hectares, mas a área requisitada passava dos 2 mil. Numa negociação com o vizinho fazendeiro, conhecido como coronel Darci, a área foi reduzida em mil e quinhentos hectares. O prejuízo ainda teve a conivência do irmão de Romana, Totinha.

A partir do pedido de Renato, o Incra enviou agrimensores e reconheceu o domínio da terra pelas famílias residentes e determinou que sua área era de 865 hectares (MMA, IBAMA e INCRA 2009). Mas na ausência de documentos que legitimassem a posse, se decidiu transformar a fazenda Peraputanga em Projeto de Assentamento assim garantiu-se o direito a terra em que cresceram. Essa foi uma solução para a documentação. Solução que também importou muitos problemas, pois, a partir desse momento, cada um dos irmãos possuía um lote com matrícula em seu nome. A divisão causada pelas cercas foi documentada oficialmente pelo Incra.

Nas décadas de 1970 e 1980 foram implantados 88 projetos de colonização por 33 empresas que se cadastraram junto ao INCRA. Foram ocupados 3,25 milhões de hectares por aproximadamente 20.000 famílias de colonos, a grande maioria vindas do Sul do Brasil e em geral adquiriam lotes maiores de 100 hectares. Neste processo muitas comunidades indígenas foram dizimadas e deu-se origem a muitos novos municípios. Em 1970 o estado tinha apenas 34 municípios, este número era de 95 em 1990 (LAMERA; FIGUEIREDO, 2008).

A iluminação de lamparinas de querosene chegou ao fim em 1985, quando a rede elétrica foi estendida à comunidade. Não havia programas de eletrificação rural naquele ano, nem no nível federal nem no estadual. A Peraputanga foi beneficiada por um conhecido, compadre de Antu, que trabalhava na Companhia Elétrica do Estado de Mato Grosso (Cemat). Dispensando as etapas burocráticas e processuais as relações pessoais foram benéficas para a Peraputanga.

O resultado dessa relação é um sistema social em que convivem diferentes concepções de sociedade e cidadania. Nesse sistema em que a relação é mais importante que as hierarquias, “[...] podem conviver dimensões e esferas de vida cujos valores são diferentes, embora complementares entre si” (DAMATTA, 2003).

Esse favorecimento, de que a comunidade se beneficiou pode

---

<sup>16</sup> Relatado ao autor por moradores do Assentamento Capão Verde em 2009, no acompanhamento do projeto demonstrativo de recuperação de matas ciliares do ICV.

[...] explicar os desvios e as variações da noção de cidadania. Pois se o indivíduo (ou cidadão) não tem nenhuma ligação com pessoa ou instituição de prestígio na sociedade, ele é tratado como um inferior. É a relação que explica a perversão e a variação da cidadania, deixando perceber o que ocorre no caso das diversas categorias ocupacionais no Brasil, onde formam uma nítida hierarquia em termos de sua proximidade do poder, ou melhor, daquilo que representa o centro do poder (DAMATTA, 2003, p. 56).

Para este autor não se pode cobrar um trabalho ou dinheiro a um amigo; mesmo que ele esteja em débito monetário ou do trabalho a realizar. “Isso seria abrir mão de identidades relacionais em favor de uma rigidez de regras, o que é sempre visto negativamente no Brasil”. O prestígio social vem de berço ou é construído ao longo de uma vida de zelo a cuidar da teia de relações. Tanto quanto nos indivíduos, uma pessoa pode efetivamente colocar-se à disposição de outra, suas redes de relações pessoais, fazendo com que todas as instituições sociais possam subitamente se tornar eficientes a quem importa (DAMATTA, 2003).

Com a eletricidade, as técnicas de conservação de carne não eram mais necessárias. Foram comprados *freezers* e, em pouco tempo, em todas as casas podia-se contar com produtos congelados. A eletricidade levou luz para as noites e estendeu o tempo útil dos dias. Inicialmente, as horas produtivas a mais foram usadas para ouvir rádio por mais tempo, já que a eletricidade da rede elétrica era bem mais econômica que a das pilhas. Mas também serviu para prolongar o tempo de serviço doméstico.

O que mudou pra melhor foi a energia, o pessoal armazena alimentos em geladeira, que antes, no tempo da lamparina e vela era bem mais complicado. A qualidade de vida mudou, ter energia, ter ventilador. Antes pra ralar mandioca na farinheira se levava mais de 6 horas pra ralar 5 sacos. Hoje leva 20 minutos, isso ajudou muito (Luiz).

Entre as mudanças trazidas pela eletricidade a de maior impacto foi mesmo a geladeira. “As novas fontes de abastecimento levaram a uma rearticulação das relações com o meio, em que a posição do alimento é outra” (CANDIDO, 1979, p. 30). Os animais abatidos, gado ou caça, eram rapidamente carneados e distribuídos com os vizinhos. Somente os bois vendidos inteiros garantiam o lucro ao dono do animal.

Quando se mata um porco ou uma caça (capivara, veado, paca, cutia quati, tatu), envia-se um pedaço a cada vizinho. Segundo a boa tradição de cortesia deve-se mandar a todos; na prática aos preferidos por proximidade ou preferência. Às vezes os vizinhos são tantos, ou o animal tão pequeno, que quase nada sobra ao ofertante. Conforme o padrão ideal, porém, ficaria mal visto quem se mostrasse parcimonioso em proveito próprio (CANDIDO 1979, p. 143).

Essa solidariedade funciona como uma regulação da oferta de proteína. Como nem sempre um caçador tem a sorte de conseguir caça, existe a possibilidade de um outro obtê-la. Nessa

alternância os moradores abriam mão da fartura em proveito da regularidade do fornecimento. Além disso, dificilmente uma família, mesmo que numerosa, daria conta de um animal inteiro antes que sua carne se deteriorasse. Com a introdução da energia elétrica e da geladeira esse hábito solidário foi reduzido. Mesmo criando gado, Renato compra carne nos açougues de Diamantino e a conserva no *freezer*.

### 7.3 Pronaf habitação

Quase dez anos após a transformação da fazenda em Projeto de Assentamento, em 2006, o Incra liberou o recurso para a construção das casas contidas no Pronaf Habitação (Programa Nacional da Agricultura Familiar, modalidade Habitação). Atualmente, todas as casas são de alvenaria. Há apenas duas casas construídas na forma tradicional, uma de taipa, em ruína, e outra de palha, habitada.

Figura 14 - Casa de Xandó: parabólica e palha à medida das necessidades



Nota: Foto do autor.

As moradias eram construídas com uma técnica que oferecia total autonomia para a comunidade. Para construir uma casa era necessário o conhecimento e recursos naturais disponíveis. Como disse Plínia Macedo, “[...] meu pai com minha mãe só não faziam sal”. Era possível construir uma casa desde que houvesse alimento e ferramentas simples. Com facão, picareta e enxada Euzébio e seus filhos eram capazes de construir uma casa em quatro dias. Os pregos e dobradiças eram tecnologias que nem sempre estavam disponíveis. Por isso, era de praxe aprender os encaixes

da madeira, os nós do cipó e o trançado das palhas. Para as casas utilizavam uma técnica popularizada como pau-a-pique. Uma estrutura feita de madeira, com cobertura de palha de palmeira; para o perímetro e divisórias internas se entrecruzavam madeiras que eram amarradas com cipós, os quais se prendiam à estrutura mais sólida. E para vedar de vez as divisórias e o perímetro da casa se preenchia com barro os espaços que restaram da madeira cruzada. Ao ser revestida com barro e palha estava a casa protegida das intempéries.

Aprendi a fazer casa de taipa com meu pai. Nasceмо e criemo nela. Depois de cinquenta e poucos anos que conseguimos a de alvenaria. Material tirava aqui da terra mesmo. Pra madeira usava aricá, pindaiva (*Duguetia lanceolata*). Pra fincar como esteio, carvão vermelho (*Diptychandra aurantiaca*), carvão vinhático, carvão branco (*Callisthene fasciculata*) e aroeira (encontradas três espécies na literatura). O teto era de palha de babaçu (*Orbignya phalerata*) e taquara pra fazer ripa da taipa. Agora caiu de moda, mas nós vamos fazer uma ainda. Luiz tem uma que é relíquia (Tide).

A parede da casa de taipa é tramada com ripas de bambu (espécies da família *Bambusoideae*) e preenchida com argila, numa mistura que leva esterco e palha de arroz. A massa era feita com os pés, em cima de tábuas, ou mais recentemente, de lona.

Eu gostava muito da casa de palha, de morar como nasci e me criei. Era gostoso, fresquinho. Era só limpar e molhar o chão. No aterro feito de cupinzeiro quebrado se passava cinza, pressionando com garrafa de vidro, até brilhava. A parede misturava com bosta de boi e cinza. Não rachava fácil não. Depois que chegou a casa de tijolo ninguém mais fazia. Todo mundo sabia construir de taipa. Pra fazer casa como essas de agora tem que chamar pedreiro, hoje ficou mais dependente (Clarice).

O pisoteio do barro envolvia homens, mulheres e crianças e é citado sempre como um momento alegre. Todos na família sabiam e participavam da construção de casas, apesar de ser responsabilidade masculina.

#### **7.4 Garimpo: a introdução do dinheiro**

Nesse processo de mudanças, um fator colaborou muito com a transformação de produtores em compradores: a vivência dos filhos de Euzébio e Romana nos garimpos. Desde a adolescência os homens se lançaram à busca de ouro e de diamante, e experimentaram a recompensa monetária pelo trabalho realizado. “Com dinheiro você faz o que quiser”, diz Antu, que dentre os irmãos, esteve mais tempo nos garimpos. Essa passagem faz parecer irreversível o modo de vida tradicional da Peraputanga. O garimpo trouxe muitas vantagens econômicas e a possibilidade de comprar produtos que eram inalcançáveis para os agricultores.

Desde os primeiros tempos, nessa localidade, havia dinheiro em uso pelos moradores, mas a moeda era um recurso de troca, não para o acúmulo. Os irmãos e seu Euzébio iam até “a rua”, vendiam seus produtos e adquiriam mercadorias. O dinheiro servia como um estágio do processo de

troca. A mercadoria é um produto desprovido do tempo de sua produção, é um estado de um objeto.

Surge daí uma situação inédita: a construção necessária dum orçamento ainda que virtual, como base da economia doméstica. A uma fase em que o dinheiro é quase ausente desta sucede outra, em que ele assume vulto cada vez mais poderoso, pelo incremento da compra e da venda (CANDIDO, 1979, p. 168).

A intervinculação, no plano do simbólico, entre o consumo de bens culturais e o de mercadorias materiais é evidente. O tipo de consumo aqui referido, embora possua também atributos simbólicos, tem natureza diferenciada. Não se pode descartar a importância da publicidade, que é um dos elementos formadores dos comportamentos de nossa época, nem os telejornais, que denotam uma verdade isenta e imparcial, como auxiliares nas escolhas feitas pelos grupos socioculturais. No Brasil, desde o rádio e o surgimento dos demais meios de comunicação, existe uma pressão crescente em direção ao consumo. A necessidade de adquirir mercadorias e serviços é reproduzida dentro dos grupos sociais, e com mais intensidade, nos núcleos urbanos. Esse novo hábito foi experimentado pelos garimpeiros da família e assimilado pelos outros moradores da comunidade.

Nestor Garcia Canclini (1999, p. 49) considera o consumo como uma das dimensões do processo comunicacional, sendo assim, relaciona-o com práticas e apropriações culturais dos diversos sujeitos envolvidos neste sistema. Afirma que por meio do consumo os sujeitos transmitem mensagens aos grupos socioculturais dos quais fazem parte. Segundo Canclini (1999), o consumo não deveria ser visto somente como uma posse de objetos isolados, mas também como “apropriação coletiva” destes. Este processo considera relações de solidariedade e, principalmente, de distinção, através de bens e mercadorias que satisfazem no plano biológico e no simbólico, servindo também para enviar e receber mensagens.

As atividades de consumo ocorrem dentro de um campo simbólico, no qual os indivíduos estariam em constante movimento. Segundo Pierre Bourdieu (1998), o conceito de campo poderia ser entendido como um espaço de produção de relações sociais objetivas, considerando as interações instituídas entre os atores envolvidos neste processo. A posição ocupada por estes atores e suas condições sociais determinariam o nível das relações estabelecidas. De acordo com ele: “O campo de produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nessa medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção” (BOURDIEU, 1998, p. 12).

Ao contrário da análise proposta por Bourdieu, pode-se dizer que as relações estabelecidas entre as partes envolvidas não se efetuam de modo mecanicista. Trata-se de uma interação dialética entre os grupos socioculturais dominantes e que seria mantido e revisto a partir de negociações e da aceitação dos grupos subalternos.

Na linha do interacionismo simbólico, diremos que a negociação é um componente-chave para o funcionamento das instituições e dos campos socioculturais. As identidades se constituem não só no conflito bipolar entre classes, mas também em contextos institucionais de ação – uma fábrica um hospital, uma escola – cujo funcionamento se torna possível na medida em que todos os seus participantes hegemônicos ou subalternos, os concebe como uma “ordem negociada”. (CANCLINI, 1999, p. 256).

No caso da Peraputanga, a troca das casas de taipa pelas de alvenaria foi avaliada como vantajosa devido à disponibilidade de recurso do Inca. Não só isso, mas a troca de uma tecnologia por outra foi considerada uma inclusão nos padrões hegemônicos de consumo. A imposição estabelecida pelo grupo dominante de propor um projeto intelectual para todo o conjunto social, não é factível somente a partir do seu poder coercitivo, mas principalmente através do consentimento dos grupos subordinados.

Elementos materiais e simbólicos da modernidade penetraram e passaram a fazer parte do mundo das coletividades aqui estudadas. Todavia, em um primeiro momento, não lograram transformações substanciais do estilo de vida e nas formas de apreensão da realidade de seus habitantes. As transformações parecem maiores naqueles que emigraram, mesmo os que a elas continuaram de alguma forma vinculados. Nessa coletividade, até o momento do recorte dado pelas cercas, até os dias atuais, os elementos da modernidade foram absorvidos dentro dos horizontes culturais locais. A hibridação permitiu o diálogo com outras técnicas mantendo características da forma de construção de casas já existente na comunidade. Houve a combinação e convivência de elementos de culturas distintas mantendo em parte suas propriedades particulares, o que implica dualidade de existência, circulação de objetos, práticas e concepções de mundos e temporalidades diferentes, conforme se depreende da obra de Canclini (2000).

De acordo com Baudrillard (1993), o consumo não pode ser definido nem pela sua capacidade de absorção, nem como uma mera satisfação de necessidades. Se assim fosse, deveria chegar a um ponto de saturação. Segundo ele:

É preciso que fique claramente estabelecido desde o início que o consumo é um modo ativo de relação (não apenas com os objetos, mas com a coletividade e com o mundo), um modo de atividade sistemática e de resposta global no qual se funda nosso sistema cultural (BAUDRILLARD, 1993, p. 206).

O consumo não se caracteriza pelos seus aspectos puramente econômicos. Sua importância cultural e representacional sempre esteve presente, com o incremento da produção de mercadorias, este processo foi ainda mais incentivado, tornando-se parte da cultura contemporânea.

Cultura, para Canclini (1999, p. 35), é definida como o “[...] conjunto dos processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social”. O autor trata a cultura como um sistema em constante transformação, criado a partir das relações estabelecidas entre os grupos. Sua análise difere da visão sobre a cultura defendida pela antropologia tradicional, na qual os aspectos culturais eram vistos como elementos estáticos e patrimoniais. No entanto, ele considera o problema



dos significados sem analisar as representações construídas, que buscam entender porque entes sociais atribuem ou não determinada significação a algo.

As formas tradicionais de vida humana no Cerrado, baseadas no conhecimento das espécies nativas, encontram limite para a sobrevivência dos seus hábitos. O que estabelece esse limite são as formas de produção baseadas em interesses mercantis que tornaram o Cerrado atraente para empreendedores externos. Assim, a própria dificuldade imposta pelo meio natural, o reflexo de políticas públicas tímidas para a agricultura familiar e os grandes incentivos ao agronegócio têm gerado a migração não somente de ambientes rurais para os urbanos, mas do rural tradicional (caipira/caboclo) para o rural urbanizado. O Assentamento Peraputanga é uma rara amostra de comunidade caipira na região.

### **7.5 O rural pela parabólica**

Desde 1950, o rádio está presente na casa de Euzébio e Romana. Este é um veículo de comunicação marcado pela proximidade com os ouvintes, pelo baixo custo, mobilidade de recepção e pela presença de suas ondas em regiões remotas. Por esses aspectos, o rádio tem sido o principal veículo de informação de regiões distantes dos centros urbanos. Na década de 30, esse potencial começou a ser usado por governos a fim de promover a integração nacional. Hoje, a integração é resultado do desenvolvimento das tecnologias de telecomunicações e de transporte associadas. Estas vias, estradas e cabos, estão cada vez mais densas. As novas tecnologias na comunicação também servem de veículo para discursos com intenções homogeneizadoras. O impacto do rádio como veículo de comunicação além do interesse político em sua utilização reitera o seu potencial e a sua influência.

A música caipira (de viola) penetrou na comunidade com a chegada do rádio. Antes disso, a Peraputanga e outras comunidades faziam festa com o cururu, tocado em viola de cocho, mojo e ganzá. A música e festejo típicos da Baixada Cuiabana foram aos poucos substituídos pela música caipira que predominava no interior de São Paulo. Até então, o cururu, a catira, a moda de viola, etc., eram ritmos musicais (muitos de origem luso-indígena) que faziam parte de uma festividade religiosa em específico (Festa do Divino, de São Gonçalo, Folia de Reis e outras). Tradicionalmente, a música sertaneja é interpretada por um duo, geralmente de tenores, em primeira e segunda voz (NEPOMUCENO, 2005).

Na região em foco neste estudo, por sua característica agrícola e isolada, o rádio vem efetuando o papel de chamar a população rural ao consumo nas cidades. Nos últimos 15 anos o rádio tem ao seu lado a TV, com as transmissões via satélite, capturadas pelas antenas parabólicas. A oferta de antenas desse tipo só se tornou acessível nos anos de 1990. As notícias da rádio falam de

perto, as emissoras estão na cidade onde mora o agricultor. Mas no norte de Mato Grosso a rádio era a Nacional da Amazônia. Por muito tempo, a única rádio que se podia sintonizar.

A introdução dos meios de comunicação na zona rural se deu pelo rádio, antes mesmo do jornal. Os aparelhos valvulados de ondas médias eram o desejo dos agricultores de fazer parte de uma modernidade crescente e envolvente. As características do rádio permitem que o trabalho manual ou braçal aconteça sem interrupção da audiência. "Podia pendurar meu radinho de pilha num galho de árvore e roçar a manhã inteira" (Clarice).

As teorias sobre o rádio o descrevem como meio de alto estímulo à audiência com notícias quentes, próximo ao ouvinte. As emissoras de TV buscaram seguir esse caminho com telejornais locais realizados pelas filiadas das grandes redes. A regionalização da TV, prevista pela Constituição Federal acontece limitada aos noticiários e programas terceirizados, com a venda de horários na grade de programação.

A audiência pela parabólica é generalista, com a recepção de TV direto dos satélites o agricultor assentado recebe a programação dos polos de comércio, indústria e comunicações: Rio de Janeiro e São Paulo, os dois maiores centros urbanos do país. As notícias do seu estado são vistas na TV somente quando os editores do telejornal elegem um tema como relevante para exibição nacional. A cultura e o sotaque do seu estado não estão nos programas, muito menos a cultura rural.

Nos documentos do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação vamos encontrar mais um exemplo destas evidências.

Os meios de comunicação de massa têm imensas potencialidades mas, em nenhum país do mundo, podem ser considerados sob adequado controle democrático da sociedade. No Brasil, triste exemplo, temos um poder desmedido nas mãos de alguns poucos. Em nenhum país podemos identificar a necessária orientação destes meios por opções conscientes da sociedade. (FNDC, 1994, p. 1 e 11).

Para a comunicação não importa a topografia, já que as formas de acesso são cada vez mais complexas e os fluxos crescentemente velozes. Além de rápido, o sistema tem a capilaridade que a iniciativa privada promove. Nos dias atuais, governar significa também construir infovias, mesmo que estas sejam entregues a exploração privada.

Rural e urbano não deveriam estar em oposição já que são complementares e fundamentais para o funcionamento da sociedade, mas a oposição é clara e reforçada pelos discursos da mídia, das empresas e dos governos. Uma série de conceitos define a urbanidade, restando ao meio rural ser definido como desprovido destes. Nas cidades há ensino de boa qualidade, prontidão para o atendimento à saúde, transporte público e diversão.

Os meios de comunicação, sejam os mais antigos como o rádio, a TV e o cinema, sejam os mais recentes como a internet e o celular, passam a funcionar cada vez mais como o espaço público dentro das sociedades globalizadas. "A subordinação da ação política à sua espetacularização pela

mídia reduz a importância dos partidos, dos sindicatos, das greves, das manifestações públicas e de massa, enfim, das instâncias em que as negociações podem ser efetuadas” (CANCLINI, 1999). O fortalecimento crescente desses espaços multimídia, transnacionais, agiria em detrimento das identidades locais.

A televisão está definitivamente integrada ao cotidiano das famílias rurais. A menção, aceitação ou crítica às mensagens recebidas pelos meios de comunicação é uma constante nas conversas mantidas com os moradores. Os seguintes programas foram mencionados diante da pergunta “o que você assiste na televisão”?

Quadro 2 – Programas de TV citados

<b>Programa</b>	<b>Emissora</b>
Globo Rural	TV Globo
Viola Minha Viola	TV Cultura
Senhor Brasil	TV Cultura
Missa	Rede Vida
Novelas – sem especificar qual	TV Globo, predominantemente
Brasil Caipira	TV Aparecida
Globo Ecologia	TV Globo

Nota: Construção do autor.

A partir disso é possível observar que o que procuram na TV é muito próximo da vivência, com exceção das novelas. A vida rural é vista como jocosa e desconfortável nestes programas, em outros momentos é romantizada de forma que se torna inverossímil. Nas duas situações, a realidade da agricultura familiar em Mato Grosso está excluída da TV. Há ainda uma terceira forma de exclusão: as notícias sobre o meio rural tratam do agronegócio, da agricultura mecanizada de extensão como sendo o único modelo existente no estado. A televisão, via parabólica, fala das vantagens de se pegar esse ou aquele caminho para escapar dos engarrafamentos em São Paulo, do aumento do valor dos imóveis no Rio de Janeiro, da moda atual nas boates e nem passa perto do acesso ao Pronaf. Apesar da importância da TV como forma de entretenimento, é pelo rádio que os agricultores entrevistados buscam informação. Demonstraram conhecer a programação de cinco rádios e os nomes de diversos locutores. O aparelho de rádio fica ligado na cozinha de Antu e Tututa.

Segundo Canclini (1999 p. 30), o maior acesso aos bens materiais e simbólicos, resultado do aumento do consumo e do processo de abertura das fronteiras nacionais, "não vem junto a um exercício global e pleno da cidadania", porque o processo de globalização vem sendo acompanhado de um crescente desinteresse pelo espaço público e, conseqüentemente, pela participação política. Na Peraputanga existe tanto a descrença quanto o desinteresse na participação política. Apesar

disso, as pessoas se posicionam quando estão à vontade para isso, discutem as opções e, como será visto adiante, a recusa também é uma forma possível de ação política.

## **CAPÍTULO 3**

### **ESCOLHAS**

## 8 O CAMINHO DA PERAPUTANGA

Os biomas brasileiros são palco de sérios conflitos agrários e também conflitos de acesso aos bens naturais. O Cerrado foi sempre uma região “dominada”, pensada de fora e objeto permanente de projetos de inspiração colonialista. Os biomas compõem um mosaico de biodiversidade que está no centro das discussões mundiais sobre mudanças climáticas. As alternativas de desenvolvimento buscadas pela Peraputanga são um conjunto de medidas adotadas para colocar em execução projetos de reconhecimento do “saber nativo” e manutenção do que uma corrente econômica do ambientalismo chama de “serviços ambientais”. Essa é a linha de atuação de ONGs e de alguns setores governamentais; e, muitas vezes, esse é o propósito autônomo de algumas comunidades, que compreendem experiências concretas de cooperação, que tanto envolvem manejo, quanto processamento e transformação de matérias-primas. Tais experiências sempre consideradas “artesaniais, pré-industriais ou limitadas”, não obstante sua eficácia, até então, não tiveram condições históricas de ganhar corpo.

Aliás, a função geral da oposição entre “natureza” e “civilização”, co-extensiva à nossa maneira usual de pensar, expressa tão somente a consciência que as metrópoles coloniais têm de si mesmas. Ela resume tudo aquilo em que a sociedade ocidental dos últimos três séculos se julga superior a sociedades consideradas “mais primitivas”, “atrasadas”, “selvagens” ou ágrafas, tudo aquilo em que as sociedades industriais e urbanas se julgam superiores às “populações nativas” consideradas características das florestas úmidas e tropicais (ALMEIDA, 2004).

Na reaproximação com a Peraputanga, o ICV retornava com atividades à comunidade. Quando perguntados sobre parceiros institucionais, todos os entrevistados citaram a organização não-governamental como a principal. O biólogo Rodrigo Marcelino, um dos coordenadores do projeto, desenvolveu no assentamento Peraputanga, uma oficina de mapeamento cultural colaborativo em maio deste ano. Abaixo, vemos os agricultores confeccionando um mapa.

Figura 15 - Atividade de elaboração do Etnomapa técnicos do ICV



Foto: ICV.

O objetivo foi construir um plano de gestão comunitário da área. Agora está em processo a discussão do manejo dos recursos naturais disponíveis, potencialidades e fragilidades, ações prioritárias e planejamento comunitário em curto, médio e longo prazo. Os participantes consideraram importante fazer o mapeamento para saber quais são as suas potencialidades e evitarem erros como os investimentos já perdidos. Segundo o *website* do ICV,

Todas as atividades na região da Bacia do Alto Paraguai fazem parte do Projeto Conservação das cabeceiras do Paraguai, desenvolvido pelo ICV com apoio da Ecosystem Alliance. As atividades preveem a melhoria dos sistemas produtivos da agricultura familiar através de cursos de capacitação e elaboração de estudos que subsidiem a recuperação das APPs, o fomento das boas práticas agropecuárias e a valorização das atividades sustentáveis. (ICV, 2012).

Para iniciar a realização das atividades do ICV na comunidade, foi realizado um Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que é a primeira parte do planejamento que compreende um processo político-administrativo, permeado por conhecimentos pedagógicos e que procura se diferenciar pela valorização dos indivíduos. O diagnóstico requer ação em permanente construção, justamente por isso sofre preconceitos entre os pesquisadores de ATER, já que envolve a população desde o seu planejamento até o final do processo. A participação da população como protagonista na coleta de dados necessita de predisposição da equipe técnica em fazer uso do diálogo ao modo de Paulo Freire. Além do diálogo interdisciplinar (entre veterinários, biólogos, agrônomos) é preciso dialogar com o saber popular. Garantir a participação torna a intervenção um processo interativo que se baseia numa troca de saberes e intenções em prol de um projeto de sociedade melhor pautado nos princípios de solidariedade (VERDEJO, 2006).

Além da coleta de dados sobre moradores e economia, realizada pela própria comunidade, o ICV fez o que chama de etnomapeamento. Também de forma colaborativa, os agricultores

descreveram o território, apontando a localização de árvores frutíferas, cursos d'água, argila, enfim, todos os bens naturais que costumam utilizar. Este trabalho foi convertido num mapa com dados georreferenciados e deve ser entregue à população em breve.

Nas comunidades que recuperaram matas ciliares foram empregados os sistemas agroflorestais em que são empregados um conjunto de técnicas de uso da terra que envolve a combinação de espécies florestais com cultivos agrícolas. A produção integrada de espécies florestais com cultivos agrícolas ou pecuária tem sido mostrada como possibilidade socioeconômica para regiões tropicais. As espécies podem ser plantadas juntas e colhidas em momentos diferentes, já que cada cultivo tem seu ciclo, otimizando o espaço dentro do tempo de vida das espécies (BRIENZA JÚNIOR, 1982).

A comunidade Peraputanga tem mais de 80% da área preservada, mas não recuperou Área de Proteção Permanente (APP) dentro do projeto de recuperação, porque não possui matas ciliares degradadas. Eles estão ajudando na recuperação das matas ciliares de outras propriedades rurais com a venda de sementes para serem plantadas nos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD). Durante a oficina, os agricultores fizeram um exercício para listar o que gera renda nas atividades já desenvolvidas, como por exemplo: apicultura, piscicultura, gado de leite e corte, coleta de sementes, artesanato e polpa de frutas.

Da mata nós só tira semente. Nós vendemos pra Campo Verde, a rede de sementes do Xingu. Fruta não vendo não. Quando era pequeno pegava fruta: mangaba (*Hancornia speciosa*), jabuticaba (da família Myrtaceae), pequi (*Caryocar brasiliense Cambess*). Ainda dá muita. De fruta da mata nunca vendi. Mas de plantada vendia banana de caminhão em Diamantino e Alto Paraguai (Euzébio Filho).

A pesquisa de mestrado de Robert Davenport, publicada em 2013, na Costa Rica, avaliou a eficácia de projetos de conservação e desenvolvimento sustentável para conter o desmatamento na Amazônia mato-grossense comparada com as políticas públicas de fiscalização e punição. Davenport aponta que os sistemas agroflorestais são importantes como alternativa para manter a cobertura vegetal, mas não só isso, empregam 20 vezes mais mão-de-obra e renda que a bovinocultura extensiva, principal vetor de degradação florestal, em propriedades com tamanho entre 50 a 100 hectares (DAVENPORT, 2013)

Nesse processo que coincidiu com a realização desta pesquisa de mestrado, as pessoas têm feito a avaliação do que consideram fundamental manter para continuar a ideia de comunidade. Uma das soluções apontadas é o ecoturismo que, na visão dos moradores, permite a geração de renda associada à conservação do modo de vida da comunidade. Mas o que está pondo os agricultores em ação é o viveiro de mudas.

Maria da Rosa afirma que vários fazendeiros já solicitaram mudas, alguns compraram, mas é preciso uma organização maior para permitir a entrega da quantidade de mudas negociadas.



Epifania Vuaden é a responsável em realizar o plano de comercialização de mudas. O viveiro já existe e a associação já possui quase todo o material necessário. Por isso, elaborou-se o plano contando com os recursos já existentes e com as horas de trabalho de que os moradores dispõem. De acordo com o plano de negócio é possível adicionar uma receita relevante à associação, desde que se assuma uma disciplina que ainda não conseguiram administrar em outros projetos.

Figura 16- Reunião de planejamento de comercialização das mudas



Foto: Antônio Augusto.

Nem todos os moradores fazem parte da associação atualmente. O trabalho em coletividade, realizado pela associação dos Pequenos agricultores do Assentamento Peraputanga terá como beneficiários apenas os associados. Para trabalhar com o *Viveiro Floresta Viva*, nome definido pelo grupo, o ICV escolheu os que já apresentam mais afinidade, em busca de gerar menos tensões no trabalho. Não somente isso, mas as ações legais de doação de materiais se tornam mais fáceis para a ONG se forem realizadas entre instituições. Por isso, a atenção do ICV tem se voltado para a associação e às pessoas ligadas a ela. Esse grupo definiu como missão do viveiro:

- Produzir mudas nativas e frutíferas para enriquecer nossos quintais e gerar renda.
- Trabalhar com prazer, preservando o trabalho coletivo, os conhecimentos adquiridos, gerando qualidade de vida.
- Incentivar outras comunidades a fazerem o mesmo.

A missão ficou exposta na parede durante todo o planejamento de comercialização. As

reuniões acontecem sempre na casa de Antu, porque é o mais velho. Esse respeito e reverência sempre é citado como costume antigo. O papel do ICV no desenvolvimento do viveiro é cadastrar o Renasem (Registro Nacional de Comercialização de Sementes) junto ao Ministério da Agricultura e estimulá-los a comercializar. No plano de comercialização elaborou-se a listagem de todos os equipamentos e materiais usados na produção de mudas, avaliada a quantidade de horas trabalhadas para chegar à soma das despesas na administração de um viveiro. A esse valor foi adicionado o lucro esperado. Finalmente, definiu-se o valor em dinheiro por muda para que o preço seja acessível e compensador.

Da mesma forma que os fluxos econômicos fizeram a cidade de Diamantino crescer e diminuir, outros fatores, inclusive os econômicos, aumentaram e reduziram a população na Peraputanga. Nos anos 70, os primeiros netos de Euzébio e Romana cursaram o segundo grau, hoje Ensino Médio. A maioria deles foi estudar nas cidades, alguns deles formaram-se técnicos agrícolas. A escola na comunidade funcionou de 1958 até 2002. Fechou por não haver alunos suficientes para formar turmas, segundo novos critérios da Secretaria Estadual de Educação. Os estudantes vão, atualmente, de ônibus escolar da Prefeitura Municipal de Diamantino até a cidade.

As netas casaram com homens das cidades e por isso também foram embora da comunidade. Ao chegar à vida adulta, a segunda geração da família Macedo já havia abandonado a fazenda, hoje Assentamento Peraputanga. Restaram Euzébio e Romana, além de seus filhos com os cônjuges. Somente um neto, Luiz, retornou; ele estudou técnica agrícola, no início da década de 1980. Luiz tem 43 anos, é filho de Antu, que tem 81 anos, o mais velho dos filhos do casal pioneiro. Luiz é uma referência na organização da comunidade e traz algumas respostas sobre o futuro da Peraputanga.

Os mais jovens, embora partilhem aspectos das preocupações e ideias das gerações mais velhas, são parte de outro mundo, abrindo fissuras na coletividade. Há somente um jovem, Mailson, morando na comunidade, os outros passam temporadas. Os padrões de consumo, os anseios e o estilo de vida que adotam os fazem diferentes da geração anterior. Da mesma forma, a geração mais velha em muito se diferencia das suas antecessoras, mesmo estando seus membros, a todo o momento, voltando os olhos para o passado. Incorporou novos hábitos, práticas e objetos, quando não concretamente, pelo menos em termos de expectativa.

A geração que sai da comunidade e busca outros modos de vida é, para Candido,

Entregue cada vez mais a si mesmo, o trabalhador é projetado do âmbito comunitário para a esfera de influência da economia regional, individualizando-se. Condição de eficácia e, portanto, sobrevivência, é a renúncia aos padrões anteriores e a aceitação plena do trabalho integral, isto é, trabalho com a exclusão de atividades outrora florescentes e necessárias à integração adequada. Quem não faz assim deve abandonar o campo pela cidade, ou mergulhar nas etapas mais acentuadas de desorganização, que conduzem à anomia (CANDIDO, 1979, p. 212-213).

Para Canclini (1999, p. 28) a participação na economia global tende a ficar restrita, cada vez mais, a uma elite tecnológico-econômica, detentora dos espaços decisórios e, por isso mesmo, apta a consumir e a produzir produtos culturais mais sofisticados, enquanto a massa se conforma em ser apenas "cliente"

Quando perguntados sobre o futuro, as respostas são vagas e curtas. Parece haver uma dificuldade cultural em projetar ações a longo prazo. Talvez, isso ocorra por causada idade avançada de alguns deles ou da incerteza da permanência na terra dos mais jovens, mas algo mais profundo pode causar essa dificuldade em pensar no futuro. Os hábitos seminômades das raízes caipiras, em que as casas e objetos eram perecíveis, dão um caráter efêmero às temporalidades. O local da roça é mutável, o da casa também, até mesmo o santo de devoção pode mudar. A única coisa permanente era a mudança.

Luiz e Maria (casados) trazem perguntas e respostas importantes para o futuro da Peraputanga. Ele é filho de Antu e Tututa, neto de Euzébio e Romana. Ela é mineira, de uma família que chegou mais recentemente a Mato Grosso, há cerca de 30 anos, mas nascida numa comunidade parecida com a Peraputanga. O aprendizado no curso de Técnico Agrícola e o envolvimento na Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Peraputanga, permitiu-lhe um olhar diferente sobre as questões agrárias. Luiz é um crítico sempre vigilante do latifúndio e da forma de produção no agronegócio. Não há uma refeição em que ele não fale mal do açúcar e dos agrotóxicos.

Maria participa de ações que buscam construir um Banco de Informações sobre Sementes, estimulado pelo Grupo de Intercâmbio da Agricultura Sustentável (GIAS). O banco reúne dados a respeito de sementes crioulas e da vegetação nativa. Diferente de um banco de sementes, onde elas são guardadas num espaço físico, o banco de informações registra os guardadores de sementes de várias comunidades. É o que o mercado de trabalho e os profissionais de recursos humanos chamam de *social network*. Maria é uma das cordas da rede que têm guardado sementes nativas e as informações sobre elas.

Através do ICV, Maria busca formação para a produção de artesanato a partir de sementes nativas para as mulheres, a comercialização de mudas do viveiro e formas de manter a comunidade. Para o casal, as técnicas agroecológicas aprendidas em intercâmbios são uma possibilidade saudável e viável para as famílias da localidade. Durante a entrevista com Renato Macedo, de 71 anos, havia uma armação de bambu parecida com um cesto, cheia de folhas, em torno de uma árvore. Perguntado pelo motivo da estrutura, ele respondeu que as folhas caídas no pátio são varridas e apanhadas para serem colocadas ali. “Antigamente a gente queimava as folhas, mas desde que o pessoal do ICV mostrou que era pior pra gente, isso aqui mudou muito. Não se vê mais ninguém

queimando mato à toa”. Renato ainda mostrou a vantagem de recolher as folhas no pé da árvore: “ainda serve de adubo natural, né?”.

A área onde ficam as casas possui gramado por quase todo lugar. Luiz diz que bastam os cavalos soltos para manter o pasto baixo. “Se souber usar a natureza a gente não gasta tanto, não precisa aparar a grama”. Na entrada da residência do casal Antu e Tututa lê-se a placa “lugar de lixo é no lixo”. Maria conta que já tiveram o pátio sujo de pedaços de plástico, mas hoje todos sabem o que fazer com o lixo. A placa foi feita por ela.

Enquanto falava sobre televisão, perguntei se havia alguma experiência ou forma de produção que ela viu na TV e que já reproduziu ou gostaria de reproduzir. Maria respondeu que gostaria de implantar um sistema de reciclagem de lixo, já que o lixo nos ambientes rurais não tem o mesmo cuidado que na zona urbana. Em alguns momentos é possível desconfiar de que as pessoas da Peraputanga estejam compondo a imagem politicamente correta em busca de benefícios. Mas o tema da ecologia e a preocupação com o mundo sempre volta às conversas, ele vem envolto numa preocupação cristã em cuidar dos outros. Diante do catolicismo demonstrado na fala e nos gestos, o cuidado com o meio ambiente se mostra uma vocação franciscana.

O manejo da caça, em vigor nos dias de hoje, surgiu da própria comunidade; escolher os animais que podem ou não serem abatidos foi um processo discutido aos poucos entre os caçadores. Depois, os conceitos de conservação vindos de fora reforçaram a decisão já tomada. Todos os dias é possível ver João Bocage administrando porções de sorgo ou milho para cotias (mamíferos da família *Dasyprocta*), inhambus (aves da família *Tinamidae*), mutuns (aves da família *Cracidae*), macacos que vêm até a sua casa comer. Ele tem seus horários do dia regulados com os da alimentação dos bichos da mata. Durante uma conversa, João levantou-se e disse “são três e meia, já é hora da comida dos mutuns”.

A relação com os animais nativos, atualmente, é de cuidado, como diz Tide, “[...] no tempo que fazia roça de toco tinha mais gente pra trabalhar, era mais fácil. Os bichos tinham mais mata pra andar, aí não ficavam aqui. Agora que não tem mais mata ao redor os bichos ficam aqui. Tem muito animal de caça, veado tem pouco, não é pra matar. Quati não vale a pena”.

Recentemente, em 2007, foram construídos tanques de peixe pela Secretaria Municipal de Agricultura. O objetivo da construção dos tanques era proporcionar mais uma fonte de renda com a venda de três espécies de peixe tambacu, *Collossoma macropomum*; pintado, *Pseudoplatystoma corruscans* e pacu, *Piaractus mesopotamicus* fornecidas pela Embrapa, em forma de alevinos. Apesar da instalação dos tanques ter acontecido com sucesso, o manejo da piscicultura requer disciplina e observação para que o empreendimento seja lucrativo. Essa disciplina exigiu da comunidade uma nova rotina, como isso não aconteceu, a produção não tem sido suficiente para garantir lucro.

Figura 17 - Tanque de peixes na área central da vila



Nota: Foto do autor.

Essa inadaptação “[...] não pode ser considerada apenas pelo fenômeno da demora (*lag*), mas também recurso de ajuste à nova situação, que pode rejeitar as normas e práticas anteriores, ou incorporá-las, depois de redefini-las” (CANDIDO 1979, p. 164). Os tanques têm servido à comunidade como as roças, fornecem alimento à medida da necessidade. Euzébio Filho relata a mudança de hábito que a pouca oferta de peixes causou:

Agora acabou. Não acabou de uma vez, mas tá pouco peixe. Eles fizeram barragem e tem muito pescador lá pra baixo. O peixe tem que subir o rio e eles vem lá do rio Cuiabá. Com barragem pra cima e pra baixo, diminuiu a água do rio aqui também. Ainda vou pescar, pego uma dúzia e já venho embora (Euzébio Filho).

O ministro da pesca, Marcelo Crivela, esteve na região com o governador de Mato Grosso, no dia 10 de setembro de 2013 para lançar o projeto de piscicultura do Consórcio Intermunicipal da Bacia do Alto Rio Paraguai, que visa beneficiar agricultores familiares de 15 municípios da região. Segundo o ministro é “[...] um projeto estruturante, desde um laboratório para produção de alevinos, fábrica de ração, unidade de beneficiamento, caminhões para transportar o peixe vivo e depois um caminhão frigorífico para levar a produção para o restante do estado”. A expectativa de Neurilan Fraga, prefeito de Nortelândia (distante 40 km de Diamantino) e proponente do projeto é desenvolver a produção de mil toneladas de peixe com investimento de 16 milhões e meio de reais. O investimento majoritário é do Governo Federal, tem parceria com o Governo do Estado e

contrapartida das prefeituras do Consórcio. Dos 16 milhões e meio de reais, 500 mil são para contratar mão-de-obra em assistência técnica. Perguntado sobre a dificuldade em vender o peixe criado nos tanques, o ministro Crivela respondeu:

A venda sempre vai ser um problema se o pescador não tiver como industrializar esse pescado. Aqui (no projeto de Nortelândia) é diferente porque nós temos unidade de beneficiamento, frigorífico, estrutura para não perder o produto. Se o frango, o boi e o porco dão certo, imagina o peixe (Marcelo Crivela).

Muitas têm sido as iniciativas técnicas visando promover a padronização dos produtos da agricultura familiar. No entanto, tais iniciativas não têm gerado grandes transformações, predominando ainda as mesmas lógicas produtivas familiares, ou seja, aquelas baseadas em arranjos técnicos mais artesanais. Isto mostra, em outras palavras, que o paradigma do crescimento econômico vem incorrendo em dois equívocos simultâneos: insistir na lógica da competição de mercado que historicamente tem fracassado perante o complexo contexto socioambiental e desconsiderar as lógicas familiares locais de produção.

O fato é que uma reflexão sobre as possibilidades de consolidação de agroecossistemas efetivamente sustentáveis pouco tem avançado. Não se tem uma base de informação consistente e abrangente das famílias acompanhadas pela assistência técnica, uma vez que esta se limita às atividades financiadas pelo crédito e, conseqüentemente, negligencia uma leitura mais ampla desses agroecossistemas. Assis e Silva (2003) alertam para o forte caráter exógeno expresso pelo Pronaf.

Esta distância da realidade tem origem em vários fatores, mas, sobretudo, na ausência de índices técnicos para atender as particularidades regionais e na falta de uma compreensão sobre o real significado do desenvolvimento sustentável como um processo. A sustentabilidade, compreendendo esta como permanência no tempo, precisaria então envolver os aspectos culturais (sociabilidade, festas, hábitos alimentares) de cada comunidade rural.

Para os jovens, muitos aspectos da cultura em que se assentam as lembranças dos pais e avós já se enquadram no reino da história; isso, na medida em que esta é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, enquanto a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. Embora se prendam a preocupações e interesses diferentes dos pais e avós, trazem consigo os elementos herdados deles, como a forma de lidar com a roça, observável pelo modo como manuseiam os insumos agrícolas, pelo modo como se relacionam para produzir, pela forma de fazerem negócios entre si.

Plínia Macedo, uma das filhas de Euzébio, é casada com o paulista João Rodrigues. O casal já morou em Diamantino, onde Plínia era professora, mas está de volta à comunidade desde que ela se aposentou. Há cerca de cinco anos, seu marido João se desentendeu com Renato. As famílias administravam a farinheira de forma coletiva. O negócio era lucrativo e a farinha de mandioca com

a marca Peraputanga tinha muita saída. “Não se encontra farinha boa como a daqui”, diz João Rodrigues. Desde o desentendimento ele não tem feito parte dos trabalhos coletivos, apesar de manter relações respeitadas com todo o grupo.

João é funcionário público, motorista do ônibus escolar da Secretaria de Educação Municipal de Diamantino. A ele cabia o transporte, no caminhão da associação, da farinha produzida até os compradores. Renato também queria essa função, questionou João Batista, e os cuidados na manutenção do caminhão. Além disso, havia problemas com os prazos de entrega aos mercados. João tentava garantir entrega regular aos comerciantes e cobrava comprometimento dos envolvidos na farinheira. Certa vez, com uma entrega já combinada por João Rodrigues, em Nova Mutum, Renato preferiu entregar o carregamento de farinha ao comércio do seu genro, Elmes, em Diamantino. João se queixou do descumprimento do contrato, mas ninguém da comunidade lhe deu razão. Ofendido, João recusou-se a continuar a tarefa. O desentendimento causou desconforto em toda a comunidade e evidenciou uma ruptura na coletividade. Depois disso, a produção coletiva de farinha parou. Ainda há farinha, mas produzida de acordo com a necessidade de cada um.

Um dos fatores que mantém a Peraputanga diferente do entorno, baseado no agronegócio, é a relação entre seus moradores. Era essa atenção solidária a que se referia João Rodrigues, quando falou da intervenção benevolente de Romana Macedo. A solidariedade ainda existe e tem determinado o comportamento, o comércio e a permanência do grupo, enquanto cultura diferenciada. Para manter a harmonia, as pessoas na comunidade raramente se opõem a opinião de outra, evitando assim os temas polêmicos. Com isso os temas proibidos vão se somando com o tempo, à espera de esquecimento. O que ficou claro é que o esquecimento só acontece quando os envolvidos na discórdia falecem. Segundo Montenegro,

[...] entre outras práticas e discursos escolares, encontra-se também a idéia de que o passado, passou. Ora, nenhum passado passa, todo passado é presente. A questão é saber como ele se insere nas práticas cotidianas e, por extensão, como influi na maneira de pensar, sentir e agir no presente (MONTENEGRO, 2005, p. 4).

Durante a pesquisa havia duas situações conflituosas que foram apresentadas. Uma delas foi o desentendimento de João Rodrigues e Renato Macedo, que mesmo adormecido, mudou definitivamente a relação de ambas as casas. A outra, segundo Maria, vem em decorrência desta, ou pelo menos da postura de Renato. Afirmo anteriormente que Maria, na presidência da associação da comunidade, era a liderança institucional no momento, mas ainda não havia ficado claro quem exerce a liderança após a lacuna deixada por Euzébio e Romana.

Essa pergunta deixou Luiz num longo silêncio, fez Tide soltar um riso envergonhado e só obtive resposta depois do jantar, na cozinha, conversando com Maria. Segundo ela, Renato e sua família sempre tiveram maneiras diferentes de se colocarem diante do grupo. Enquanto a maior

parte das pessoas consulta os outros sobre uma decisão, esse núcleo familiar geralmente se posiciona de forma imperativa. Na etiqueta tradicional da Peraputanga, discordar abertamente soa rude, por isso essas decisões têm sido acatadas, como no caso do pinhão-manso, relatado logo a seguir.

Um dos genros de Renato é o Elmes Rosa de Souza, que possui um mercado em Diamantino e atualmente é funcionário da prefeitura na Secretaria de Obras. Ele mora na cidade e tem uma casa na agrovila da Peraputanga, onde passa os fins-de-semana. É a pessoa com melhor situação financeira entre os moradores fixos ou flutuantes na comunidade. A sua maneira empreendedora, comum a muitos sulistas migrantes em Mato Grosso, vê empecilhos de realização de projetos na forma caipira da família Macedo. Elmes é gaúcho e traz propostas de investimento que ainda não receberam o aval dos Macedo, mas ele busca mudar esse quadro e assumir a presidência da Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento Peraputanga.

Na terceira visita à Peraputanga foi oferecido um almoço de Dia das Mães, organizado pelo gaúcho, na antiga escola, que é o espaço comunitário atualmente. A adesão ao almoço sofreu resistência de muitas pessoas, inclusive de Luiz e Maria. Os mais jovens, em visita à comunidade por ocasião do dia das mães, foram os primeiros a chegar atraídos pela música e pela cerveja. Pensei que não deveria ir, já que meus anfitriões não estavam à vontade com a festa. Quando começaram a tocar violão e cantar músicas sertanejas usei o argumento de retratar a festividade como descrição da Peraputanga e me aproximei para fotografar. Vendo que eu estava entre os músicos, Luiz e Maria trouxeram pratos e renderam-se à confraternização.

Figura 18 - Confraternização do dia das mães do espaço da escola desativada



Nota: Foto do autor.



Esse momento foi um dos mais importantes para perceber as relações atuais e as forças presentes. Elmes fez um churrasco de costela assada num forno de tijolo, chamou todos os moradores, mas alguns só foram chamados no dia do almoço. Por isso houve a recusa por parte destes. Mais cedo, na casa de João Rodrigues, Luiz deu o recado, de que o gaúcho o havia convidado. “Obrigado, mas ele já convidou todo mundo desde a semana passada. Convite assim, no dia, é porque não quer que eu vá”, sentenciou João Rodrigues.

Havia violão, pandeiro e um atabaque acompanhando a cantoria de modas sertanejas. Os de parentesco adquirido (genros, noras e cunhados) que moram fora, tentaram cantar músicas de outros estilos, mas não eram acompanhados pelos nativos. Antes de servir a comida, Elmes apresentou os gastos com a alimentação e dividiu o valor pelas pessoas presentes. Houve um certo constrangimento já que essa não costuma ser a prática entre os mais velhos. Apesar disso, todas as manifestações foram positivas no momento.

Como de costume, um almoço em família é antecedido de uma oração. Depois de apresentar as finanças e o valor devido por família, o gaúcho pediu que Maria fizesse essa oração. Esse é o momento mais delicado desta cena. Elmes tem poder econômico, tem postura proativa, mas não tem legitimidade como liderança. Ele chamou a presidente da associação, que tem a liderança religiosa e a confiança dos mais velhos. Nesse momento ele cedeu o poder de conduzir a reunião para ganhar respeito, já que reconheceu Maria como representante leiga da igreja Católica, da qual a comunidade é fiel. Após a oração, o almoço seguiu com todos no mesmo ambiente, mas agrupados em seus núcleos familiares.

Após o almoço, muitos se retiraram para cochilar, ou tiram a cesta, por isso segui o costume e esperei o horário conveniente para novas visitas. Ao chegar à casa de Euzébio Filho (Zebinho), seu cunhado comentava o alto valor atribuído à costela bovina servida no almoço. Zebinho concordou e afirmou que se matasse um boi, sairia mais barato que a costela do gaúcho. “Se é pra alguém pensar que eu saí na vantagem eu preferia não fazer festa”, disse Zebinho, deixando clara a reprovação na condução do almoço.

O gaúcho tem o apoio de seu sogro, Renato, que exerce uma liderança a contragosto. Das filhas de Renato, apenas uma mora com os pais. O caminho do gaúcho à presidência da associação não tem a simpatia dos mais velhos, mas pode não encontrar obstáculo algum depois de ter sua candidatura oficializada, já que as críticas são veladas e o confronto, tradicionalmente evitado. No único dia em que coincidiu a presença de Elmes na comunidade e minhas visitas de pesquisa, ele estava ocupado com o churrasco e não tive como entrevistá-lo. Para exemplificar a maneira de proceder diante de decisões, observemos o caso do pinhão-manso.

Em 2003, agrônomos da empresa Bio Auto e representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantino procuraram a comunidade com uma proposta: plantar pinhão-manso

(*Jatropha curcas* L) para a produção de biodiesel. Foi apresentado um plano de fornecimento das sementes e compra da produção que agradou a todos. A área para plantio foi aberta e gradeada pela empresa. A Associação assinou o contrato e a comunidade, em mutirão, plantou 60 hectares de pinhão-manso. Contudo, o negócio se mostrou um grande engodo. Tide disse que, além do prejuízo financeiro, ficaram sem a capoeira alta que cobria a área. Arrependida do negócio, a comunidade decidiu não fazer mais parcerias comerciais de plantio. João Rodrigues atribuiu a tomada de decisão à condução de Renato.

Não é somente o prejuízo o motivador dessa desistência de investimentos. Os irmãos Macedo já estão aposentados como agricultores e recebem pensão da Previdência Social. Há somente quatro pessoas em condições de pedir aposentadoria que ainda não recebem o benefício, dessa forma, a renda básica já está garantida. Com a aposentadoria, aconteceu uma pausa no processo de penetração de técnicas do agronegócio. Não existe mais a necessidade de se plantar todo o alimento, como antes, nem a necessidade de adaptação rápida a novas técnicas para se ter renda.

Cada casa ainda faz pequenas roças que garantem mandioca, abóbora, banana e outros frutos, e recentemente, em 2007, foram construídos tanques de peixe pela Secretaria Municipal de Agricultura. Conforme supracitado, o objetivo da construção dos tanques era proporcionar mais uma fonte de renda com a venda de três espécies de peixe. Os tanques têm servido à comunidade assim como as roças, para fornecer alimento à medida da necessidade.

João Rodrigues também vê como equivocada a construção de tanques sem um plano de comercialização de peixes. Ele agora aguarda a consolidação do assentamento e o título de propriedade para realizar negócios em condição de independência da associação e da comunidade. “Quero pegar um empréstimo no banco e plantar um bananal numa área que já tenho aberta no meu lote, fazer negócio é mais complicado no coletivo. Quando é na camaradagem tudo bem, mas com dinheiro é mais fácil fazer sozinho”. O título de propriedade transformará cada lote do assentamento em uma propriedade juridicamente independente. Mesmo que a intenção agora seja de retornar aos trabalhos coletivos, reanimar os mutirões, existe a tendência de acentuação das transformações iniciadas com a implantação das cercas.

Figura 18 - Antu, acompanhado de um de seus netos, e Tututa na varanda



Foto do autor.

Nota: da direita para esquerda.

As avaliações produzidas sobre a agricultura familiar têm criado inúmeras ações e formas de pensar a melhoria e a continuidade deste modo de vida. Porém, ainda há limites de avaliação dos resultados, visto que, em grande maioria, tais reflexões não permitem uma visão efetiva dos impactos sofridos pelas famílias envolvidas e dos ambientes onde se inserem. Distintos focos e escalas de abrangência determinam formas diferentes de perceber as nuances e peculiaridades das distintas realidades, mas precisam estar apoiadas numa abordagem sistêmica.

Um indício do que pode acontecer com a Peraputanga, especificamente, foi dado por Aquiles Filho, filho de Tide e Toco, neto de Euzébio e Romana. Ele cresceu na comunidade, aprendeu cedo a gostar de cavalos, a montar e a lidar com o gado. Adolescente, foi trabalhar num haras onde aprendeu técnicas menos rústicas para lidar com cavalos. Vendo o empenho do funcionário, seu chefe o enviou a São Paulo, onde fez o curso de adestramento de cavalos, conhecido como Doma Racional. A técnica tem por princípios básicos a aproximação do cavalo em um ambiente cercado e pequeno, a docilidade no trato e a imposição de um tom de voz seguro e tranquilo ao conversar com o animal. Com o conhecimento adquirido, demonstrou dominar a técnica aplicando-a adequadamente ao trabalho. Por isso, fez um novo curso, dessa vez no estado do Rio de Janeiro. Aquiles Filho aprendeu a respeito de administração de propriedades rurais e operação de colheitadeiras de grãos. Mesmo com seu interesse e domínio de novas técnicas de adestramento de cavalos, o trabalho mais frequente é outro. Na ocasião da segunda visita, Aquiles Filho estava descansando com a família depois de uma semana inteira operando máquinas na

colheita do milho no município de Nova Mutum. Na segunda visita ele estava se recuperando de ferimentos feitos justamente por um cavalo em processo de doma. Seus planos são de retornar a morar na Peraputanga, instalar uma pousada e desenvolver o turismo rural e ecoturismo. “Aqui é minha terra, é disso aqui que eu lembro quando penso em casa”.

Por outro lado, Antônio Carlos, neto de Antu, criado como filho dele, trabalha em Nova Mutum com venda de imóveis. Ainda não é corretor porque não tem registro na categoria profissional, mas se mostra orgulhoso do seu progresso e desenvoltura. Quando pedi a entrevista, Antônio Carlos adquiriu um tom solene. Fomos para o pátio traseiro da casa onde ele começou sua narrativa sem mesmo que eu perguntasse.

Visivelmente emocionado ao falar do pai, ele contou da infância com poucos recursos, do cheiro de querosene das noites e da difícil rota até a escola. Deu destaque à educação que cria homens firmes, mas, desde pequenos, cientes da etiqueta caipira. A camisa xadrez de manga longa, o chapéu de fibra sintética imitando palha e o cinto o aproximam mais estilo da burguesia rural das cidades pequenas de Mato Grosso que da imagem dos caipiras cururueiros da baixada cuiabana. Apesar disso, Antônio Carlos declarou sua intenção de voltar a morar na comunidade. Acompanhado da esposa, com quem está casado desde 2006, ele pretende implantar piquetes de confinamento de gado.

O gado da Peraputanga, mesmo que não esteja no mercado de fornecimento de carne em voga, é importante na renda das famílias, pois é uma forma de acessar recursos em caso de emergência. É válido declarar ainda que mesmo que o gado não gere renda ou não seja abatido para o consumo, a sua presença é importante para o orgulho dos moradores da Peraputanga. Ter gado é “ter alguma coisa”, como disse Zebinho. Antônio Carlos não parece ter experiência com criação de gado confinado, mas mescla sua idealização de vida no campo com as novas influências observáveis na cidade de Nova Mutum.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Luiz, Maria, Antônio Carlos e Aquiles Filho são da geração mais jovem com poder de decisão na comunidade. Os moradores de hoje já estabeleceram condicionantes para o desenvolvimento na Peraputanga, que incluem a proteção da mata, dos animais e da boa convivência entre os habitantes. O casal, Luiz e Maria, planeja produzir e vender produtos agroecológicos, principalmente mel, “[...] que ajuda na conservação das matas com a polinização da vegetação nativa”, como diz Luiz. Aquiles Filho pensa em turismo rural e Antônio Carlos, em gado confinado. Mas há inúmeras influências que interferem no modo de vida da comunidade, algumas pequenas e invisíveis, outras tão difíceis de ignorar quanto às cercas e suas consequências.

Para Canclini (1999) “[...] poucas são as tarefas tão necessárias para repensar a cidadania quanto a de vincular o conceito de negociação a outros conceitos presentes neste título. Em trabalhos recentes que buscam redefinir o que é identidade, o que é classe e o que é popular, a análise dos processos de negociação constitui um recurso chave”. A prática caipira de evitar atritos com os mais próximos é tão cheia de melindres que a negociação se torna mais frequente com atores externos que no seio da comunidade. Para a comunidade é reservada a tradição, a manutenção das práticas, enquanto as inovações são buscadas com negociações externas.

Eu quero morar no sítio nosso, na nossa propriedade. A gente gostaria que os filhos trabalhassem dentro da propriedade, mas a medida que a gente começa a produzir e gerar renda os filhos tendem a voltar. O ideal seria que cada casa da Peraputanga fosse dentro do seu lote. Assim cada um podia desenvolver melhor o lote. O bom de antes é que o pessoal produzia quase tudo aqui. Seria bom voltar a produzir a maior parte do alimento dentro da propriedade, com espécies crioulas. Hoje o que se planta aqui são híbridos (Luiz).

O futuro na Peraputanga se amolda à medida que a vida transcorre, ao selecionarem ou sofrerem a imposição de elementos que aos poucos vão se incorporando ao modo de vida, em um processo de reinvenção das tradições, de negociação da cultura (CANCLINI, 1999). Anseiam por possuir automóvel, eletrodomésticos, enfim, o conforto da contemporaneidade, mas refratam as mudanças necessárias à reestruturação da produção e reorganização das relações sociais.

A partir da visão de que as identidades não são rígidas e que resultam da transitoriedade de processos de identificação, percebe-se no presente da comunidade um desalojamento identitário. As transformações apenas aconteciam e eram encaradas como melhorias. Somente quando os moradores são impelidos a decisões que podem mudar as relações entre vizinhos a mudança causa o desconforto, é posta em questionamento e recebe um momento para reflexão. As relações são, agora, o ponto comum de valor da comunidade, o que os fazem ser a Peraputanga.

Isso nos leva a questionar a forma que as instituições de apoio aos agricultores apresentam seus projetos. As ações sociais e políticas que se desencadearam nos mais recentes anos da

Peraputanga não romperam com a teia de sustentabilidade da cultura local, mas não se preocupam com a mobilização em torno do novo projeto ou com a capacidade e interesse de realizá-lo. As transformações contemporâneas revitalizaram as percepções das identidades nacionais, por isso alguns setores consideram as culturas populares como a última reserva das tradições, essenciais à resistência contra a globalização (CANCLINI, 1999).

É nesse confronto ou encontro cultural entre a homogeneização e a diversidade de culturas que se produzem as novas referências para o agenciamento dos saberes nascidos nas distintas comunidades. Esses saberes passam a exercer a função mediadora na formação de novos sujeitos sociais, de novas memórias e novas narrativas. Portanto, o interesse para a compreensão deste processo colocou no cerne deste trabalho a discussão do encontro de epistemologias avaliadas e julgadas no dia-a-dia da comunidade, de acordo com a aplicabilidade dos conceitos. Essa aplicabilidade tem critérios extremamente subjetivos.

“[...] as reformulações negociadas de sua iconografia e práticas tradicionais são táticas para expandir o comércio e obter dinheiro, com objetivo de melhorar a vida cotidiana. O consumo multicultural, com quem procuram satisfazer suas necessidades aproveitando seus recursos tradicionais e os de diferentes sociedades modernas, confirma essa reorientação sutil dos setores populares” (CANCLINI 1999, p 198).

O conhecimento histórico é um dos pesos da balança que leva a comunidade a tentar se manter diferente de seu entorno. Xandozinho, Alcides e Toco que vieram da comunidade do Buritizal, contam que lá não existe mais nada do que foi a comunidade, apenas pasto. Perguntado se esse pode ser o futuro da Peraputanga, Alcides respondeu que “[...] se a gente não tiver o que oferecer aos jovens, aqui vai acabar do mesmo jeito”. Isso significa que quando os filhos de Romana e Euzébio não estiverem mais lá, quando os herdeiros diretos da cartilha de Romana e Euzébio deixarem de ser os protagonistas da Peraputanga, a tendência é que os netos do casal pioneiro disputem a terra. Sem conhecimento rural e com novos hábitos urbanos, a solução pode ser vender cada lote separadamente para dividir o valor em dinheiro entre si. Se a terra for comprada pelos vizinhos fazendeiros, servirá para ampliar seus pastos ou a plantação de grãos.

Nas imagens abaixo é possível perceber o avanço da plantação de grãos. Na primeira, a placa que indica a “fazenda” está em frente à cerca e ao pasto, de outra propriedade, que marcavam a localização na BR 362. Na segunda, não há mais cerca para facilitar o trânsito de plantadeiras e colheitadeiras mecanizadas. Também não há mais a placa.

Figura 20 – Placa “Fazenda Piraputanga”  
(maio de 2013)



Figura 21 – Sem placa (setembro de 2013)



Nota: Foto do autor.

O valor dado à descrição desse passado de autonomia reflete a importância dos antigos hábitos, ao trabalho coletivo, ao conhecimento do manejo da natureza. Mas as escolhas são multi referenciais, através das quais determinam algumas alternativas para um possível futuro conduzido no sentido do interesse do grupo, desde que atendam as necessidades e vontades individuais.

A política governamental voltada para a agricultura familiar, praticamente resumida ao Pronaf e ao Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), tem como maior problema o processo burocrático de liberação do crédito. Essa burocracia inibe algumas iniciativas locais de financiamento e atrasa os calendários de implementação das atividades produtivas. Só isto já expõe a necessidade de novos princípios governamentais de desenvolvimento rural, onde a sustentabilidade dos recursos naturais no tempo também englobe os aspectos socioambientais que mantiveram esses recursos disponíveis até hoje (MATTEI, 2005, p. 64). Para isso, é preciso que os indicadores dos sistemas de produção enxerguem além do produto. A política agrícola se equivoca ao focar suas metas no crescente do montante financeiro, esses valores não correspondem sempre à satisfação das pessoas e ainda menos à sustentabilidade da agricultura.

Evidencia-se, pois, a importância de entender o desenvolvimento sustentável englobando a dimensão cultural e como um processo e não como um ponto de chegada. Consequentemente, para tornar o conceito de sustentabilidade compreendido pelos diversos setores da sociedade este precisa ser substanciado na interação entre os formuladores de políticas públicas e os atores locais, de maneira que explicita claramente as diferenças entre crescimento e desenvolvimento.

Diante de um presente conturbado pelas questões que afligem o local e o global, tornou-se inquietante saber como manter a singularidade, a história pessoal e coletiva. Em contraponto a essa

política de homogeneização cultural, é emergente a necessidade de cuidar das memórias, das pequenas histórias, da cultura local. É importante que o grupo social retratado tenha a escolha de preservar o que for possível, de respeitar as peculiaridades, a diversidade cultural formadora do mosaico latino-americano. As gerações que assumem as decisões reconhecem o passado como parte do presente e do futuro cultural da Peraputanga.

Assim, buscou-se desvelar em cada narrador, os significados e subjetivações inerentes à sociedade local e, ao mesmo tempo, globalizadas, propondo assim entender a apreensão de conhecimentos e valores por esse grupo específico. Nas narrativas dos depoentes, foi frequente essa interligação entre a história da comunidade e a história de vida de Euzébio e Romana Macedo tornando-se até mesmo impossível relatá-las separadamente. E, nesse sentido, percorreu-se o curso da história local na trajetória dos seus fundadores com a proposta de recuperar, descrever um quadro narrativo da construção da comunidade.

Essa análise nasceu de um esforço de compreender como se pensam as relações entre natureza, sociedade e desenvolvimento. A partir dos últimos depoimentos pode-se indicar uma tendência da transformação que está se ensejando para o Assentamento Peraputanga. Certamente os mais jovens - que não se desligaram totalmente da cultura local e, ao mesmo tempo, vem assimilando outras práticas, saberes, técnicas, tecnologias que já não remetem ou ligam à cultura cabocla, caipira - poderão, por um processo de *mestiçagem* e *hibridização*<sup>17</sup> vir a incorporar novos elementos às práticas antigas, ajudar o Assentamento a seguir o seu curso e fugir das malhas estritas do agronegócio.

---

17 Termos estes tomados de Gruzinski (2001). Por *mestiçagem* considera o “[...]embate de civilizações ou de conjuntos históricos diferentes” e por *hibridação* os “embates no interior de uma mesma civilização ou de um mesmo conjunto histórico”. Para ele a mestiçagem teria sido mais agressiva, corrosiva. Não somente por ser um saber exógeno, mas por ter a marca da improvisação e da brutalidade, causando um efeito deletério nas culturas locais. Tal efeito recebeu da parte de Santos (op cit) o nome de epistemicídio – a morte do saber local causado por um saber exógeno.



## LISTA DOS NARRADORES

ABREU, Kátia, Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva na 2ª Bioenal de Negócios da Agricultura. Cuiabá, Mato Grosso. 11 de junho de 2012.

RIVELA, Marcelo, entrevista Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva no Lançamento do projeto de piscicultura do municípios do Consórcio do Alto Paraguai, Nortelândia, Mato Grosso. 11 de junho de 2012.

BARBOSA, Silval da Cunha. Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva e à imprensa presente no Congresso Brasileiro de Soja. Cuiabá, Mato Grosso. 11 de junho de 2012.

MACEDO, Luiz. Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva e José Carlos Leite. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 07 de julho de 2012.

MACEDO, Euzébio (Zebinho). Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva e José Carlos Leite. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 07 de julho de 2012.

MACEDO, Plínia. Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 07 de julho de 2012.

MACEDO, Aquiles (Tide). Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 07 de julho de 2012.

MACEDO, Maria Augusta (Tututa). Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 07 de julho de 2012.

MACEDO, Antônio (Antu). Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 07 de julho de 2012.

MACEDO, João (João Bocage). Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 08 de julho de 2012.

MACEDO, Renato. Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva e José Carlos Leite. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 08 de julho de 2012.

MACEDO FILHO, Aquiles (Aquiles Filho). Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva e José Carlos Leite. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 08 de julho de 2012.

ROSA, Maria do Divino Oliveira, Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 08 de julho de 2012.

## REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz. Domínios morfoclimáticos atuais e quaternários na região dos cerrados. **Craton & Intracraton escritos e documentos**, n. 14, v. 1, p. 39. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, São José do Rio Preto, 1981.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, jan., 2000. 31 p. (Texto para discussão n. 702).

\_\_\_\_\_. **A Rede, os nós, as teias: Tecnologias Alternativas na Agricultura - RA P**, Rio de Janeiro 34 (6), p. 159-77, nov./ dez. 2000

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” como fator essencial de transição. **Somanlu**, ano 4, n. 1, jan./jun. 2004

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Editorial Nordan-Comunidad, 2002. Montivideo. 338 p.

ANDRADE, Daniela. **Pobreza rural e conservação da Mata Atlântica no processo de transformação do sistema de produção agrícola caboclo: história agrária do município de Iguape**. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade de São Paulo, 2003.

AMINOFF, Michael J. **Neurology and general medicine**. Org. 2008, 4ª ed Churchill Livingstone Elsevier, 2008 837p.

BAGLI, P. Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

BARROZO, João Carlos. **Em busca da pedra que brilha como estrela: garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai Diamantino**. Cuiabá-MT: Calini & Caniato, EdUFMT, 2007.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1993.

BOSERUP, Esther. **Evolução agrária e pressão demográfica**. Editora Hucitec: São Paulo, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL ICMBio. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/parnatijuca/>> Acesso em: 28 out.

2013.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei n. 4.504 – DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/ministerio/missao>>. Acesso em: 27 out. 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Demográfico 2010. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=510350>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012, Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12651-25-maio-2012-613076-norma-actualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

BRIENZA JUNIOR, Silvio. **Programa agroflorestral da EMBRAPA-CPATU/PNPF para a Amazônia brasileira**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1982.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. 266 p.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75. out., 1998. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/rurbzeze.html>>. Acesso em: 28 mar. 2008.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania mulher e morte no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2003.

DAVENPORT, Robert B. **Feasibility and legitimacy of land use regulatory instruments in three agrarian reform settlements in northwest Mato Grosso, Brazil: the influence and role of integrated conservation and development projects**. Magister Scientiae en Manejo y Conservación de Bosques Tropicales y Biodiversidad Turrialba, Costa Rica, 2013.

DAVIS, John. H.; GOLDBERG, Ray Allan. **A concept of Agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.

FERREIRA, Manuel Eduardo et al. **Desmatamentos no bioma Cerrado: uma análise temporal (2001-2005) com base nos dados MODIS** - - UFG/IESA Lab. Processamento de Imagens e Geoprocessamento - LAPIG Goiânia - GO, Brasil.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada. O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB/USP, 2000 v. 1. 198 p.

FERREIRA, Leila da Costa. **Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006.

CLEMENTE FERREIRA, Mário. A disputa ibérica pelo domínio do rio Paraguai na segunda metade do século XVIII e a sua representação cartográfica. Anais... **I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA**. Parati-RJ, 2011.

FERRI, Mário Guimarães. **Contribuição ao conhecimento da ecologia do cerrado e da caatinga**. 170 f. Dissertação (Mestrado em Botânica) - Faculdade Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1955.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Zahar. Rio de Janeiro, 1973.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. 8 ed. Editora Civilização Brasileira S.A: Rio de Janeiro. 248p. 1991.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, 1996.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, 9ª edição.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. (1ª Edição: 1957).

LAMERA, Janice Alves; FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues. **Os assentamentos rurais em Mato Grosso**, Cuiabá: EdUFMT, 2008.

LAMERA, Janice Alves; Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo. Os assentamentos Rurais em Mato Grosso, Cuiabá. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/9/147.pdf> 2008.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História Oral: Muitas Dúvidas, Poucas Certezas E Uma Proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe (Org.). **(Re) Introduzindo História Oral no Brasil**. Série Eventos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1.996.

LEITE, José Carlos. Posse e conflito pela terra em Jauru-MT: 1980-1990. In: BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato Grosso do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato Editorial, 2008 (p. 231-258).

MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, (1998).

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores**. Série Estudos: 11, Brasília, 2005, 136p.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória – a cultura popular revisitada**. 3a. ed. São Paulo: contexto, 1995. 153 p.

\_\_\_\_\_. Colectivo de Historia Oral y Asociación Pedagógica “APPTOS” <[www.colectivohistoriaoral.org](http://www.colectivohistoriaoral.org)> 11 Encuentro Internacional de Historia Oral “Oralidad y Archivos de la Memoria” Mayo 5, 6 y 7 de 2005.

MORAES, Maria Dione de Carvalho. **Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense.** Campinas: SP, 2000. Disponível em: <<http://libidigi.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jun. 2008.

MORENO, Gislaine. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla: 1892-1992.** Cuiabá: Entrelinhas/ EdUFMT, 2007.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A Inteligência da Complexidade.** São Paulo: Petrópolis, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2006.

MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra). **Reforma agrária.** Disponível em: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>. Acesso em: 01 jul. 2012.

NEPOMUCENO, Rosa. **Música caipira: da roça ao rodeio.** 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2005. 104p.

NOVAES, Sylvia Caiuby. **Mulheres, homens e heróis.** Dinâmica e permanência através do cotidiano da vida Bororo. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

PADILHA JÚNIOR, João Batista. **O Impacto da Reserva Legal Florestal sobre a Agropecuária Paranaense, em um Ambiente de Risco.** 181 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) - Ciências Florestais, na Área de Concentração Economia e Política Florestal, do Setor de Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes.** 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: Von Simson, Olga de M. (Org.). **Experimentos com histórias de vida.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

REIS, Douglas Sathler dos. O rural e urbano no Brasil. **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS - ABEP**, 15. , 2006, Caxambu. Anais... Caxambu: ABEP, 2006. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006\\_777.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006_777.pdf)>. Acesso em: 28 de maio 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro.** A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os Índios e a civilização: a integração das populações Indígenas no Brasil Moderno.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

RUA, João. As crises vividas pelo Estado do Rio de Janeiro e a emergência das novas territorialidades em áreas rurais. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. p. 271-298.

- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.
- SANTOS, Boaventura de S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes, **Revista Crítica das Ciências Sociais**, 78 f, 3-46. 2007.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.
- SCHLESINGER; NORONHA, **O Brasil está nu! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais**, Rio de Janeiro : FASE, 2006. 148 p.
- SILVA, J. M.; NOVATO-SILVA, E.; FARIA, H. P.; PINHEIRO, T. M. M. **Agrotóxicos e trabalho**: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 891-903, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232005000400013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400013)>. Acesso em: 24 ago. 2013.
- SILVA, Carolina Joana da; SILVA, Joana Aparecida Fernandes. **No ritmo das águas do Pantanal**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo, 1995.
- SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53-64. (Coleção Expressão). 248p.
- SOROKIN, P.A. ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C.J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 198-224.
- VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade**: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- VEIGA, J. E. **A dimensão rural do Brasil**. São Paulo: FEA-USP, 2004. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/seminários/artigos>> Acesso em: 23 de mar. de 2008.
- VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006, p. 65.
- ZUNTINI, Danieli, et al. **Alimentação natural da Piraputanga**, *Brycon hilarii* (Teleostei - Characidae) no Rio Miranda, Município de Jardim, UEMS, Projeto Piracema, Centro de Pesquisas em Biodiversidade - CPBIO - Laboratório de Ictiologia, Dourados, MS (2004).